

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCar
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS – CECH**

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - DCSo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA - PPG-Pol

**Empresário e Dependência no Pensamento Político de Fernando
Henrique Cardoso**

(1957-1967)

Dissertação de mestrado
apresentada à banca
examinadora do Programa de
Pós-Graduação em Ciência
Política

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vera
Alves Cepêda

Autor: Daniel Osterreicher Laporta

São Carlos - Brasil

Novembro de 2010

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

L315ed

Laporta, Daniel Osterreicher.

Empresário e dependência no pensamento político de
Fernando Henrique Cardoso (1957-1967) / Daniel
Osterreicher Laporta. -- São Carlos : UFSCar, 2011.
142 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2010.

1. Ciência política. 2. Intelectuais. 3. Desenvolvimento
econômico. 4. Cardoso, Fernando Henrique, 1931-. 5.
Estado - Modernização - Brasil. I. Título.

CDD: 320 (20^a)



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
Daneil Osterreicher Laporta**

26/11/2010

Profá. Dra. Vera Alves Cepêda
Orientadora e Presidente
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Prof. Dr. Milton Lahuerta
Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho/UNESP

Prof. Dr. Rogério Baptistini Mendes
Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo/FESPSP

Submetida à defesa em sessão pública
Realizada às 14:00h no dia 26/11/2010.

Banca Examinadora:
Profá. Dra. Vera Alves Cepêda
Prof. Dr. Milton Lahuerta
Prof. Dr. Rogério Baptistini Mendes

Homologado na CPG-PPGPOL na
18ª Reunião no dia 14 / 12 / 2010

Prof. Dr. Eduardo Garuti Noronha
Coordenador do PPGPOL

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de estudar a obra de Fernando Henrique Cardoso tendo como foco as ideias do autor referentes a sociedade industrial e modernização brasileira do pós-1930. Pretende-se fazer um exame descritivo e teórico sobre o processo de formação acadêmica do intelectual supracitado e analisar parte de seu pensamento político, o qual seja, aquele de maior contribuição e centralidade teórica para os debates sobre dependência e desenvolvimento. Busco observar o diálogo do autor com as teorias do *desenvolvimento*, tanto *cepalinas*, como *marxistas ortodoxas*. Destaco que é um dos aspectos da análise literária existente sobre a obra de Cardoso que dentro dos estudos sobre o pensamento político brasileiro foram pouco explorados, o que nos leva a revisitar a importância deste intelectual para o estudo e para a formação da sociedade brasileira.

Palavras chave: Fernando Henrique Cardoso – Intelectuais – Desenvolvimento – Dependência – Pensamento político brasileiro

Abstract: This text aims to study the Fernando Henrique Cardoso's works focusing the author's ideas concerning the industrial society and the Brazilian post 1930's modernization. It is intended to make a short descriptive and theoretical examination about the academic career of this intellectual and to analyse part of his political thoughts, which is those of greater theoretical centrality and contribution for the development theories, both the *cepalinas* and the Latin American orthodox Marxism ones. It is highlighted that one aspect of the existing literary analysis about Cardoso's work is that the Brazilian political studies have been underexplored, which take us to revisit this intellectual importance to the study of Brazilian society formation.

Keywords: Fernando Henrique Cardoso - Intellectuals – Development – Dependency – Brazilian Political Thought

- Sumário

Introdução

O problema do pensamento político de Fernando Henrique Cardoso: período 1957-1967.....06

Problema de pesquisa, Hipóteses e Método.....13

Capítulo I

A formação histórica do pensamento político de Fernando Henrique Cardoso: da formação da Cadeira I a passagem pelo CESIT.....26

1.1 A constituição institucional da Universidade de São Paulo –contexto histórico inicial.....26

1.2 A Cadeira I de sociologia, a influência de Florestan Fernandes e o ingresso de Fernando Henrique Cardoso dentro do âmbito científico33

1.3 O grupo de estudos do “Capital”/ Seminário de Marx e os primeiros diálogos intelectuais sobre o desenvolvimento brasileiro e a conclusão dos estudos raciais.....45

1.4 O CESIT.....50

1.5 A influência da CEPAL, PCB, Caio Prado Jr. André Gunder Frank, Rui Mauro Marini e Theotonio dos Santos.....57

Capítulo II

A descrição das idéias sobre *Empresário e Dependência* no pensamento político de Fernando Henrique Cardoso.....81

2.1 O “particular” Empresariado brasileiro.....81

2.2 Direção, Tradição e Renovação empresarial no Brasil.....96

2.3 O *desenvolvimento* ainda que *dependente*..... 104

2.4 Poslúdio: O futuro “passado” de Fernando Henrique Cardoso.....125

2.5 Conclusão.....128

Bibliografia.....139

Siglas:

AP (Ação Popular)

ARENA (Aliança Renovadora Nacional)

CIA (Central Intelligence Agency)

CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)

CESO (Centro de Estudos Sócio-Econômicos)

CNI (Confederação Nacional das Indústrias)

CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento)

CFSPC (Conselho Federal do Serviço Público Civil)

CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe)

CLAPCS (Centro Latino-Americano de Ciências Sociais)

CESIT (Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho)

DASP Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP)

ELSP (Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo)

EBAP (Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas)

FGV (Fundação Getúlio Vargas)

FFCL- M. A (Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Rua Maria Antonia)

FAPESP (Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo)

FLACSO (Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais)

FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo)

ILPES (Instituto Latino Americano de Planejamento Econômico Social)

ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros)

MDB (Movimento Democrático Brasileiro)

ONU (Organização das Nações Unidas)

ORM-POLOP (Organização Revolucionária Marxista – Política Operária)

OSS (Office off Strategic Services)

PCB (Partido Comunista do Brasil)

SBPC (Sociedade Brasileira para o Congresso da Ciência)

SUMOC (Superintendência de moeda e crédito)

USP (Universidade de São Paulo)

UnB (Universidade de Brasília)

UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization)

"Em nossa época, o cientista precisa tomar consciência da utilidade social e do destino prático reservado a suas descobertas... O intelectual divergente, considere-se ou não parte da burguesia, tem de seguir outro caminho. Para explicar-se, ele precisa começar pela verdade – não uma parte da verdade, mas toda a verdade. Todavia, fazer isso não é o mesmo que procurar uma justificação. Ao contrário, é repor o intelectual no circuito das relações e dos conflitos de classes, para poder descobrir como e por que numa sociedade capitalista dependente mesmo a intelligentsia crítica e militante é importante, enquanto as forças de transformação ou de destruição dessa sociedade não chegam constituir-se e a operar revolucionariamente, engendrando ou uma ordem burguesa efetivamente democrática ou uma transição para o socialismo. Por sua vez, de nada adiantaria uma retórica ultra-radical, de condenação e expiação: o intelectual não cria o mundo no qual vive. Ele já faz muito quando consegue ajudar a compreendê-lo e a explicá-lo, como ponto de partida para a sua alteração real".

Florestan Fernandes

1- Introdução: o problema do pensamento político de Fernando Henrique Cardoso - período 1957-1967

Antes de apresentar o tema desta dissertação. Achamos interessante observar esse breve prelúdio, que expõe um pouco a complexidade do intelectual aqui estudado.

Foi em um oito de agosto de 2003, oito meses após o fim do segundo mandato, que o ex- presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, proferiu um discurso, dentro da *Tercera Cátedra Raúl Prebisch*, que carregou ares de recordação e agradecimento ao seu período de vivência na Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). Com o título de “*Más Allá de La economía: interacción entre política y desarrollo económico*”, Cardoso foi lembrando a origem da *instituição* e a salientou veementemente como uma de suas maiores fontes inspiradoras, ao lado da USP. No texto, lembra que “...*el mayor mérito de la Comisión fue haber alcanzado la originalidad en la copia...*” referindo-se a um dos princípios da instituição e a influência que herdou das teses do maior expoente da CEPAL, o economista argentino Raúl Prebisch (1901-1986)¹.

Cardoso reconheceu nesse discurso que o conhecimento científico das Ciências Sociais evoluiu mediante *processos acumulativos*, onde são abertos novos ângulos e perspectivas de reflexão e análise teórica mediante as demandas históricas, nunca se dissociando do saber já existente. Sendo assim, para Cardoso, Prebisch traçou muito bem sua nova perspectiva teórica tomada, ao tentar adequar a *Teoria do Desenvolvimento* e do *Comércio Internacional* dentro das particularidades contexto regional latino-americano.

Prebisch demonstrou que o movimento do comércio internacional não havia condicionado e beneficiado a América Latina a trocas comerciais, mas sim, diferente do que pregava a *Lei das Vantagens Comparativas* desenvolvida por David Ricardo e outros rediscutida exaustivamente pelos economistas neoclássicos, delegou aos países

¹ Economista Argentino, Prebisch é de longe o maior expoente teórico cepalino. Com o título de “El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas” de 1949 Prebisch lançou as bases da hipótese *Prebisch-Singer*, desenvolvida em 1952, creditada também ao economista alemão Hans Singer, que rompeu o paradigma liberal no contexto Latino-Americano. Ainda que não tivesse trabalhado diretamente com Prebisch, os dois economistas são considerados co-autores pois chegaram praticamente as mesmas conclusões. Mas, é possível concluir, através da literatura, que a hipótese inicial é do economista argentino. Veremos sua história com mais detalhes na seção cinco do primeiro capítulo desta dissertação.

que compõem esse grande bloco a uma posição assimétrica frente aos países centrais, notadamente países da Europa ocidental e Estados Unidos da América, não equiparando com isso os *fatores de produção* e conseqüentemente o tipo de mercadorias produzidas (commodities da América Latina e manufaturados dos países centrais) sendo então a remuneração desigual, o que reproduzia assim exponencialmente a desigualdade econômica.

Para Prebisch, que possivelmente se baseou tanto nos conceitos como no fenômeno histórico da *luta de classes* e da crescente *divisão social do trabalho*, a origem central desses problemas estava acima de tudo em uma variável política contraditória, na capacidade de organização, conquista e defesa de direitos, vantagens e benefícios oriunda da luta política de trabalhadores e empresários fabris nos países centrais, gerando altos custos produtivos que eram remetidos aos custos finais das mercadorias industriais, o que impedia assim que os frutos do progresso técnico fossem compartilhados com os latinoamericanos, produtores essencialmente de matérias primas. Os países periféricos estavam então, fadados a deterioração contínua dos termos de intercâmbio, mediante a queda, muitas vezes constante, dos preços dos bens agrícolas, o que incompatibiliza a geração de divisas excedentes para acompanhar a alta dos preços de produtos industriais.

Estabelecidos estes fatores, Prebisch recomendava aos Estados dos países periféricos a aplicação de políticas de *planejamento econômico* para a constituição da ordem industrial, destinada a ampliar a capacidade de acumulação capitalista e a reorientar o perfil do comércio exterior frente a concorrência dos países centrais, acelerando o processo de substituição de importações de bens manufaturados. Mas isso era impensável, sem fazer frente também a necessidade de reação política a favor da integração econômica regional, fundamental para atender as exigências de uma demanda em escala industrial. Assim, para Cardoso, a variável “*política*” vai se tornando a partir deste momento cada vez mais sistematizada dentro do *pensamento político e social*, com a contribuição de Prebisch, e, por assim dizer, vai emanar nos trabalhos futuros de outros expoentes da tradição *cepalina*, como Celso Furtado, notadamente o maior expoente dentro do pensamento econômico e social brasileiro. Com isso, seria necessário também estabelecer novas condições **políticas** igualitárias para o redimensionamento do papel da América Latina nas relações

econômicas. Daí que Cardoso afirma no discurso, “...sempre fui e continuo sendo discípulo de Raúl Prebisch.

1.1 Problema de Pesquisa

É sobre uma parte do pensamento político e social de Fernando Henrique Cardoso que iremos tratar nesta dissertação.

O presente trabalho é oriundo de uma pesquisa, investigações e estudos acadêmicos relacionados ao tema do pensamento político e social em que intelectuais se debruçam sobre a questão do desenvolvimento e modernização política, econômica e social do caso brasileiro.

O foco deste exame tem por objetivo descrever e refletir sobre a constituição do pensamento político brasileiro, tendo como foco a constituição da formação intelectual de Fernando Henrique Cardoso e duas de suas principais obras intelectuais “*Empresário industrial e desenvolvimento econômico*” e “*Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*”, em um recorte normativo por nós estabelecido que, a grosso modo, se estabelece tendo como “cenário” histórico uma problemática política, onde em nossa avaliação, se encontra sua maior contribuição referente ao problema do *desenvolvimento brasileiro*, em seus aspectos *econômicos políticos e sociais*, questão central que passa toda a obra do autor. Vamos passar a limpo a temática do *empresário* desenvolvida dentro do CESIT, bem como as formulações sobre o tema da “*dependência*” já em momento “*cepalino*”².

Visamos aqui, ainda que também dentro de um ambiente oportuno e de grandes virtudes de reflexão que é o resgate da “*tradição*” dos estudos sobre pensamento brasileiro empreendido no projeto temático da FAPESP “*Linhagens do pensamento político brasileiro*”, *formalizar uma pesquisa bibliográfica qualitativa e extensiva sobre uma parte da obra e da formação de Fernando Henrique Cardoso, buscando tratar e verificar o processo e as influências históricas e “resgatar” a trajetória de uma parte*

² Cabe aqui recordar também que o livro “*Dependência e Desenvolvimento na América Latina*” foi escrito em co-autoria com o historiador chileno Enzo Faletto Verné, intelectual no qual Fernando Henrique Cardoso conheceu durante sua estada na CEPAL. Faletto era orientando do sociólogo espanhol José Medina Echevarría. Queremos afirmar também que não será objetivo nosso avaliar qual foi a real participação de Faletto na obra. Contudo, queremos destacar que, tendo em vista os trabalhos futuros de Cardoso nos anos 70 e começo dos anos 80, está clara a continuidade dos trabalhos sobre a dependência mais do que sobre Faletto, ainda que nunca poderíamos tirar o mérito da co-autoria deste importante intelectual.

do pensamento político que no mínimo que se pode dizer é ainda polêmico e controverso dentro do panorama teórico das ciências sociais no Brasil em especial da teoria e análise política brasileira dentro da gênese de uma *sociologia do desenvolvimento*, bem como de constituição da ciência política.

Para nós, a importância de Fernando Henrique Cardoso, enquanto intelectual e pensador do desenvolvimento brasileiro, só é análoga, na nossa opinião; a de Florestan Fernandes, o seu grande mestre e de quem era professor-assistente na Cadeira de sociologia I na Universidade de São Paulo entre 1953 e 1964; e o economista Celso Furtado, que foi um dos, se não o principal interlocutor na *Comissão Econômica para a América Latina e Caribe* (CEPAL).

Coloca-se a este escopo, revisar uma parte do trabalho intelectual de Cardoso, dado também a outra questão pertinente. *O que teria sido fundamental para a constituição intelectual deste sociólogo?*

Cardoso continua sendo direta ou indiretamente, um objeto de estudos decorrente nos trabalhos acadêmicos dos campos da Sociologia, Ciência Política, Economia e História social. Estudar a obra do autor requer o esforço maior que é congrega a literatura que discute o pensamento político e social brasileiro, a questão dos intelectuais e política dos anos 50 e 60 do século XX, , deixando claro que temos um foco autoral que faz uma interlocução indireta com uma miríade gigantesca de conhecimento já estabelecido que, devido a nossas limitações teóricas e de cronograma, seria impossível contemplar por completo e com afinco .

Veremos a seguir que na obra de Cardoso, *Dependência econômica e Desenvolvimento econômico* não são incompatíveis e contraditórios e sim, essencialmente complementares na constituição da modernização latino-americana. A situação de dependência, pensada enquanto fator tanto político como econômico, faz com que os países busquem a reação política que geraria o desenvolvimento.

Observaremos também mais a frente com detalhes, ao analisarmos as duas principais obras de Cardoso, que os investimentos estrangeiros, combinados com os investimentos públicos, somados ao capital privado nacional, ainda que incipiente, foram os principais fatores para que nos anos cinquenta e sessenta os países latino americanos dessem pequenos saltos de desenvolvimento econômico, mas sem antes

demonstrar seu caráter *contraditório* e *excludente* deste processo, o que remete, futuramente, a uma discussão, antes de mais nada, sobre a busca pela *democratização do desenvolvimento*, assim sendo, objetivar para que se adéquiem as políticas de orientação econômica e social, demandas que foram e ainda são cada vez mais crescentes, através de um ator político central, o *Estado*, pensado tanto como um ente regulador, interventor e distribuidor de bens materiais e simbólicos. O que, afinal, era o sentido do pensamento político, econômico e social de Prebisch, Celso Furtado, Cardoso e todos aqueles comprometidos com os ideais da CEPAL.

Colocamos aqui, como referencia os trabalhos de Wagner (2007) Bielschovsky (1988) e Cepêda (1998, 2004) acerca de intelectuais e desenvolvimento; B) Castro (2007), Romão (2003), Baptista (2004, 2009) Goldenstein (1994), Palma (1978) Mantega (1984, 1997) que repensaram questões históricas pertinentes ao CESIT e a construção da “teoria” da dependência; e C) Sorj (2001), Pecaut (1990) e Lahuerta (1999) acerca da trajetória do grupo intelectual que se inseriu Cardoso na vida política e Gildo Marçal Brandão, (2007) que estabeleceu caminhos e colocou questões pertinentes, bem como nos deu excelentes caminhos e respostas teóricas e metodológicas para o entendimento do pensamento político-social brasileiro. Porém insistimos em fazer deste texto um constituinte do limiar tênue entre análise e descrição de algumas obras do autor e investigação do processo histórico e intelectual de seus períodos correspondentes. Todavia, como se verá a seguir no desenvolvimento deste texto, existem inúmeras outras obras citadas por nós que foram fundamentais para a construção deste trabalho.

Entretanto, o aspecto da análise da obra de Cardoso que ainda é controverso e que damos ênfase em investigar é o que chamamos aqui da *Problemática da dependência*. A novidade desta suspeita é que tratamos enquanto uma problemática, *um pensamento diagnosticado através de um conjunto de problemas da mesma origem teórica e campo de atuação intelectual e política, em um ambiente histórico onde idéias, instituições e contexto histórico*, formando assim identidades intelectuais singulares. No fundo veremos também que essas obras do pensamento do autor estão respondendo sempre a um mesmo problema central, o tipo de modernização e desenvolvimento traçado em sociedades de economia “dependentes” como é o caso da brasileira, foco de atuação do autor estudado, bem como os problemas, dificuldades,

impedimentos e incertezas do panorama e possibilidades de *desenvolvimento* – processo que ainda está em curso na América Latina .

Podemos dizer que se existem dificuldades em transformar as teorias de Cardoso em objeto de uma dissertação está no fato dessa imensa participação do autor na vida *acadêmica e política*, fato que é antes de tudo, um importante exemplo de protagonismo e ação intelectual na História da sociedade brasileira, e que destaca e transcende a figura de um ator político de notável conhecimento científico, que participou das grandes reflexões sobre a sociedade brasileira originárias das salas de aula das universidades e dos grandes centros de pesquisa, para o complicado ambiente da política brasileira e das questões de Estado e da “*alta política*”, ao virar senador, líder partidário, ministro de Estado e posteriormente presidente da república, trajetória peculiar que o torna mais relevante ainda enquanto objeto de estudo.

Ao se transferir de um ambiente de teoria em que vive o intelectual, para um espaço de práxis, tal qual é o do estadista, Cardoso perpassou o limiar dos dilemas vocacionais da *Ciência* e da *Política* sempre no limiar entre a *Virtú* e a *Fortuna* maquiaveliana.

Muitas questões colocadas previamente por colegas pesquisadores e professores para com esta pesquisa foi o de como fazer uma análise que não invadisse os limites da partidarização, tornando a análise de tom maniqueísta e não analítico, como encontramos em alguns textos que não tem relevância aqui citar.

Não se busca, portanto, fazer neste trabalho este tipos de análises de senso comum, permeadas de juízo de valor e de uma leitura pouco atenta e descontextualizada da obra de Cardoso. *Queremos sim expor, descrever o processo de formação intelectual e ver o que está por trás das idéias e questões colocadas por Cardoso dentro do mesmo meio intelectual, fazendo destas nosso objeto de estudo.*

Pois bem, a análise primária e qualitativa dos livros publicados foi um dos meios encontrados para neutralizar esse processo de questionamento inicial, ao partir diretamente para a essência das obras produzidas dentro de nosso recorte. Cardoso, enquanto estudante, militante, político, pensador e sociólogo do desenvolvimento, tratou das questões colocadas sobre a modernização econômico, político e social brasileiro, em diferentes contextos, processos e períodos, por mais incrível que pareça, em todas as

suas obras, desde os estudos seminais reflexivos sobre “*O petróleo*”, no periódico, *Tribuna Estudantil*, ainda estudante secundarista no Colégio São Paulo, datada de 1948, até os recém lançados artigos no jornal o Estado de São Paulo, datados de 2010. São sessenta e dois anos se dedicando a praticamente o mesmo tema, o *desenvolvimento* e as particularidades deste processo no Brasil e na América Latina.

No entanto, salientamos que nosso estudo se foca nas obras de cunho científico sociológico, deixando para outra ocasião analisar artigos e discursos deste autor de natureza profissional bastante diversa. E há muita história e particularidades nesse ínterim que provavelmente não serão totalmente contempladas. Como um autor-sociólogo e participante dinâmico do pensamento político-social brasileiro, tal como outros tantos, se focou em questões ligadas ao seu tempo histórico contemporâneo, sem menos estudar as *raízes* históricas de nosso passado colonial e do salto para a “modernização”, *locus* fundamental para entender as questões presentes e lançar projeções de um futuro próximo.

Como já mencionado anteriormente neste texto, infelizmente é impossível rever e tratar de todas as obras, dada a complexidade do conjunto dessas obras e o fôlego de produção, da qual não temos, em um espaço curto de tempo hábil, em uma pesquisa de dissertação, capacidade de contemplar. O período formal tratado, ainda que seja complicado delimitar precisamente, corresponde de 1957, início dos estudos sobre desenvolvimento e modernização dentro da Cadeira I de sociologia da universidade de São Paulo, que irá perpassar pela constituição do CESIT e do projeto “Economia e Sociedade” que, por sua vez, vai formar a base da formulação da pesquisa que dará na obra “*Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*” até meados de 1967, pegando, por fim, a obra “*Dependência e Desenvolvimento na América Latina*”. Contudo, volta e meia, vamos avançar e retroceder ao nosso recorte, dado a necessidade de explicar a trajetória do autor e o contexto que está inserido.

Como ponto de partida das hipóteses iniciais aqui trabalhadas, não podemos afirmar peremptoriamente que foi o intelectual brasileiro que *mais* produziu ou introduziu questões no pensamento brasileiro, nem que melhor reformulou “velhos temas do pensamento”, isso seria um contra-senso visto que a própria dinâmica das ciências humanas, em seu constante jogo coletivo de hipótese, experimentação, tese, erro e refutação é o principal motor do conhecimento de nossa área, e não é a

capacidade teórica maior ou menor, mas clara ou obscura, de um ou outro autor/intelectual do pensamento que assim o faz. Todos, em maior ou menor grau contribuem e atuam na geração do conhecimento, seria complicado fazer qualquer tentativa de hierarquização normativa entre autores.

Cardoso atua no campo das ciências humanas, tem sua importância, mas não é uma usina primária e básica de conhecimento. Suas grandes teses surgiram a partir das inovações e lacunas teóricas deixadas pelo pensamento político e social de outras gerações e tipos intelectuais. Podemos sim trabalhar com a idéia de que seu conhecimento não advém de uma força mística do “*príncipe dos sociólogos*”, como Glauber Rocha uma vez o chamou e que de forma descontextualizada muitos de forma imprudente e partidarizada o chamaram, talvez também nem com a real intenção de glorificar ou macular sua pessoa, mas de o situar em um nível de formação e atuação intelectual, política, discursiva e ideológica.

É possível que Cardoso expõem também uma capacidade de conhecimento próprio, mas, inclusive de uma capacidade de conectar antigos problemas e gerar novas idéias que deram certa inovação intelectual dentro do pensamento político-social e destaca-se pela capacidade de liderança e organização, para a geração de conhecimento dentro de diversas equipes de pesquisa da qual passou na cadeira I, no grupo de estudos do capital, do CESIT, da CEPAL e do CEBRAP atuando decisivamente nesse jogo coletivo das ciências humanas que foi supracitado, e que lhe foi ensinado, passado e reproduzido, acredito eu, principalmente pelo próprio Florestan Fernandes dentre inúmeros outros intelectuais ilustres como Raul Prébisch, Alain Tourraine, José Medina Echevária, Gino Germani, Celso Furtado dentre outros. Instituições e intelectuais de diversas origens mas que tiveram em comum o problema do desenvolvimento nos países periféricos são as balizas que demarcam o alcance teórico de Cardoso.

A atuação no ambiente acadêmico em um contexto de crescente institucionalização das ciências sociais no Brasil permeia a atuação intelectual de Cardoso. Fazemos aqui uma breve exposição biográfica e histórica no contexto a qual trabalhamos, para aproximar e fazer com que o leitor minimamente entenda o objeto que estamos inquirindo.

Problema de pesquisa, Hipóteses e Método

A concepção de pensamento político no Brasil, apesar de já ter sido trabalhada de forma muito competente por alguns autores da Sociologia e da Ciência Política (Lamounier, 1985; Faoro, 1994; Brandão, 2007), ainda é muito indefinida, principalmente com relação a parte de análise metodológica. É em boa hora que a organização de um campo de estudos como é o projeto “*Linhagens do pensamento político-social brasileiro*”. No entanto, este trabalho defende que ainda é complicado definir e conceitualizar o “mercado interno de idéias” através de blocos estanques, que ao invés de verificar as particularidades e rupturas que definem as diferentes identidades intelectuais e que multiplicam os pontos de vista, buscam certas afinidades entre os autores do pensamento. Também ficar tentando dissociar *pensamento* de *idéias* de *teoria* não é algo muito recomendável dentro do estudo do fenômeno intelectual. Se é possível pensar a finalidade do *intelectual do desenvolvimento* é a busca de pressupostos e justificativas para as ações políticas, ordenar, organizar a vida dos homens através de idéias que são constituídas com um mínimo de constituição e organização científica do pensamento em busca da resolução de “nossa” *questão nacional* que é a modernização, porque então não olhar para a “particularidade” do conflito e da inovação? Seria necessário mesmo compartimentar o pensamento em tipologias? Certamente, como disseram insistentemente Gildo Marçal Brandão e Gabriel Cohn³, o ator intelectual não pode ser carregado enquanto ator isolado dentro de um sistema e de um contexto social. Assim então seria importante buscar interpretar o autor, sua inovação, as relações que estão envolvidas e sua mudança conceitual. Muito provavelmente existem estilos de se fazer ciência e Cardoso foi um intelectual que buscou aproveitar ao máximo sua formação mas também formar seu próprio estilo de fazer ciência, de buscar novos entendimentos para as realidades sociais, de verificar o estágio da consciência histórica das classes sociais.

A constituição e descrição de *Idéias, Instituições e Processo Histórico* permeiam metodologicamente e as hipóteses de todo o nosso trabalho de investigação do processo de formação de Fernando Henrique Cardoso.

Aqui nesta dissertação, hipoteticamente, *Idéias* são trabalhadas enquanto possíveis representações mentais de conhecimento que organizam o *Pensamento*

³ Discussão proferida no Seminário “Linhagens do pensamento político brasileiro” feito no dia 18/11/2009 na FFLCH - USP.

político-social do autor em um sentido profissional e uma direção política, se formatando sobre a realidade social concreta e que expando uma conduta intelectual do autor, tanto na maneira de ver e investigar os fenômenos sociais através de uma concepção de ciência, bem como de se agir ideologicamente sobre a realidade tendo, como propósito prático, *formas de ação política* e de *investigação* da mesma, através de formulações e uma visão sistêmica. É possível que isso possa ser verificado, nos textos de Cardoso que formam diálogos teóricos, científicos e políticos que refletem um estilo de *Pensamento* que se ampara na intervenção social e no desenvolvimento de uma sociologia “prática” do desenvolvimento.

Possivelmente, as Ciências Humanas, campo de atuação profissional de Cardoso nos dão uma verdadeira constelação de *Idéias* a serem desenvolvidas e adotadas, ainda mais por intelectual teoricamente pragmático como foi este autor. Apesar disso, no recorte aqui adotado podemos, a grosso modo, identificar quais *Idéias* perpassam mais constantemente sobre a obra do autor seria um esforço colossal, portanto, a obra do autor aqui estudado vai nos remeter a uma variedade gigantesca de temas, formulações teóricas e problemas históricos e teórico-conceituais, mas que caminham, necessariamente, sobre uma mesma problemática de estudo, o processo de *desenvolvimento* das sociedades, seja no passado colonial ou no tempo presente, este último foco da pesquisa aqui desenvolvida, traduzida para nós nas duas obras citadas acima que nos propormos aqui a estudar.

Entretanto, ainda hipoteticamente, seria impossível pensar sua constituição enquanto intelectual sem refletir também as *Instituições científicas* da qual perpassou, ou seja, organismos públicos de ensino e pesquisa que formalizaram, profissionalmente e no modo de agir e ao compreender, dentro deste intelectual, certas maneiras de avaliar, proceder e julgar frente aos fenômenos sociais e necessidades históricas, científicas e acima de tudo *políticas* dentro de um processo que passa pela racionalidade do conhecimento, sem que necessariamente tenha captado essa “realidade” por completo através de teses irrefutáveis, mas estabeleceu em seu *pensamento* um certo ascetismo regido por concepções de verdade, juízos de valor e de legitimidade do próprio *pensamento*. As *Instituições científicas* nos dão idéia sobre também sobre metas e objetivos, bem como valores que perpassam o intelectual trabalhado e que são, ainda que parcialmente, adotados pelo autor. Seria possível dizer que os exemplos mais claros de Cardoso, aqui trabalhados, para a sua constituição de intelectual são a Cadeira I de

Sociologia que funcionava na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e a CEPAL.

Nada disso aqui apresentado se movimenta sem antes passar pelo crivo do *Processo Histórico*, ou seja, passado e presente, que agrega o conhecimento e a dinâmica social, quase sempre, de forma irresistível, a origem uma série de lutas e problemas socialmente constituídas e mal resolvidas, que devem ser respondidas tendo em vista seu agravamento social futuro.

O problema de pesquisa por nós trabalhado são as circunstâncias históricas da formação intelectual de Fernando Henrique Cardoso. Seguimos aqui uma proposta histórica indutiva que busca a avaliação de um fato particular, ou seja, rever os processos e conjunturas políticas que colocam, frente a frente, diferentes protagonistas políticos, em especial intelectuais vinculados a questão do desenvolvimento, ainda que trabalhem apenas com um ator específico, o que acaba demonstrando *diálogos intelectuais*.

Interessa-nos demonstrar então empiricamente e historiograficamente, a relação entre o devir histórico e a estrutura de pensamento do intelectual aqui estudado. Seria então dar espaço para a descrição de *Idéias, Instituições e Processo Histórico*, sempre tendo como orientação a interferência para a ação política, ou seja, o protagonismo dos intelectuais nas criações, transferências, acumulação e assimilação de conhecimento, do singular para o universal.

Para tal campanha, o desenvolvimento de um apanhado metodológico é fundamental para dar início a uma boa pesquisa acadêmica de ciência política. A metodologia, usada enquanto ferramenta de trabalho de pesquisa é o primeiro quesito que define uma ciência política enquanto ferramenta de investigação de fenômenos históricos. Assim coloca a reflexão de Sartori (1997):

“Não há ciência sem teoria. Mas a ciência, ao contrário da filosofia, não é só teoria. É uma teoria que se dirige para a investigação, e uma investigação (pesquisa, experimentação, ou outra forma de aquisição de dados) que reverbera sobre a teoria. Mais ainda: a ciência é também aplicação, tradução da teoria na prática. É verdade que o debate metodológico das ciências sociais explorou, sobretudo, a relação entre teoria e prática (ou práxis). Mas basta alongar nosso olhar para percebermos que a ciência não é uma teoria que se esgota na pesquisa; é também uma teoria que se prolonga na ação prática: um projeto destinado a intervir na realidade, uma praxeologia.” (Idem, 184)

É possível dizer que não há como pensar uma teoria e método de estudo das idéias do autor sem pensar o processo histórico a qual se constituem e estão inseridas. É uma relação *sine qua non* que às vezes são equivocadamente separadas. Sem isso seria impossível pensar desta forma a formação de Fernando Henrique Cardoso e o historiador das idéias cometeria seu “pecado mortal”, o anacronismo.

Isso, contudo, não quer dizer que tentamos fazer uma discussão como a de Miceli (1979), que faz tentativas de interligação lógica entre origem social do autor e sua produção intelectual. Buscamos sim uma sintonia com a lógica de Brandão (2007) e Ortiz (2002), enxergamos a produção intelectual enquanto um projeto e um *diálogo intelectual que é tanto teórico, quanto histórico* que busca “acrescentar, criticar e renovar” na contribuição para a resolução das questões sociais. Existe um diálogo presente com a história, presente e constante e com os diferentes “intérpretes” do Brasil dentro do devir histórico. Assim, Brandão (2007) coloca-nos enquanto referencia de investigação que:

... nenhuma grande constelação de idéias pode ser compreendida sem levar em conta os problemas históricos aos quais tenta dar respostas e sem atentar para as formas específicas em que é formulada e discutida; ao mesmo tempo, que nenhuma grande constelação de idéias pode ser inteiramente resolvida em seu contexto. (Idem: 33)

Arrisco ainda a dizer que talvez esses *diálogos intelectuais* formalizados por Cardoso nas duas obras aqui estudadas não sejam tão distantes quanto se costuma pensar, podendo ser separados tanto contemporaneamente, certas vezes por alguns meses de distanciamento, porém podem transcender muito além do limite periódico geracional. No caso de Cardoso encontramos ambas espécies de *diálogos*, tanto, a título de exemplo, com os “*intérpretes dos anos 30*”, notadamente quando se verifica a questão racial brasileira, quanto nas respostas as teorias do desenvolvimento da CEPAL, do PCB ou dos chamados “Teóricos da Dependência” como Theotonio dos Santos, Rui Mauro Marini, e André Gunder Frank que são clássicos interlocutores de Cardoso. (Goldenstein, 1994; Baptista; 2004; Wagner, 2005)

Vamos então expor aqui no início dessa discussão sobre Cardoso, *o contexto histórico* das fases que inserem a problemática da dependência, os fatos políticos

econômicos sociais e culturais que permeiam a questão do desenvolvimento da sociedade brasileira e internacional para entender a própria realidade que o intelectual esta querendo dar resposta, tendo em vista a formação de *Idéias* e a passagem por *Instituições científicas*. Olhando sobre o período da década de 1950 e 1960, recorte que nos demonstra um momento fértil para a constituição do Nacional-Desenvolvimentismo que traduz uma etapa de transição da sociedade brasileira, seguimos também outro pressuposto de Brandão (2007) que apresenta que:

(...) a idéia-força, organizadora do campo intelectual é a do desenvolvimento, e a questão subjacente é a da democracia. Prefigurado quando a necessidade de modernização do Estado ocupava o primeiro plano, o problema teórico da estrutura e dinâmica da sociedade tal como se está constituindo torna-se determinante e logo, projetos distintos, aliados e opostos de “superação do atraso” lutam para imprimir à mudança social, direção.” (Idem: 36)

Assim, em nossa hipótese, as formações de diagnósticos dos problemas sociais associam-se muito mais a formação de uma identidade própria e particular do pensamento político e social brasileiro do que uma concepção universal e idealização do campo intelectual enquanto organizador e condutor político de um processo de revolução nacional, mas sim de investigador do campo das idéias tendo em vista os problemas sociais e políticos que afloram com a modernização brasileira a partir de 1930 e radicalizados já na metade do século, que estão inseridos em um processo crescente de *condução material e concreta do destino da sociedade brasileira através do campo da ciência* que se transfere aos poucos para o campo da política. Seria importante ter em mente então que:

A intelectualização e a racionalização crescentes não equivalem, portanto, a um conhecimento geral crescente acerca das condições em que vivemos. Significam antes, que sabemos ou acreditamos que, a qualquer instante, poderíamos, bastando que o quiséssemos, provar que não existe, em principio, nenhum poder misterioso e imprevisível que interfira com o curso de nossa vida; em uma palavra, que podemos dominar tudo, por meio da previsão. Equivale isso a despojar de magia o mundo. Para nós não mais se trata, como para o selvagem que acredita na existência daqueles poderes de apelar a meios mágicos para dominar os espíritos ou exorcizá-los, mas de recorrer à técnica e à previsão. Tal é a significação essencial da intelectualização. (Weber: 1967: 31)

Pensamos e operamos essa dissertação com a abertura e exposição de dois eixos referenciais: de um lado o contexto histórico brasileiro, dentro do problema da modernização, do desenvolvimento e da dependência, e de outra, a atuação acadêmica e a criação de condutas científicas e regimes de verdade dentro do campo científico.

Ambos os eixos específicos se realizam de forma recíproca, onde a “*força orgânica é o desenvolvimento*” e a fundamentação deste através da ciência, que transcende esse pensamento particular, nas *Idéias, Instituições e Contexto Histórico* que permeia a formação de Fernando Henrique Cardoso e não o “nacionalismo” e a formação de uma “ideologia” de superação nacional, como no caso de alguns intelectuais ligados ao ISEB.

Os intelectuais são marcados e calcam suas idéias e interesses através de diferentes abordagens, formas e métodos de suas escolas de origem, mas isso não quer dizer que as “academias” e as instituições científicas transmitam conhecimento completamente distanciadas de problemas de ordem política na busca do bem coletivo nacional.

Partir deste pressuposto para falar de apenas um intelectual, como Cardoso, é complicado, assim, é necessário investigar todo o processo, as interações; contradições; constituições; lutas políticas; negociações; o que torna mais *sui generis* tal processo. Seria interessante refletir sobre a afirmação de que Cardoso é um *autor/ator* cuja vida política é a prova da permeabilidade dos interesses que passam dentro da vida intelectual, mas é a prova também da existência do protagonismo público dos intelectuais com a carga de legitimidade e seu “*respaldo da sua condição de acadêmicos*” e de conseguir “*fazer*” ciência.” (Lahuerta, 1999: 03).

Com ressalvas metodológicas e contextuais, é justamente essa condição profissional de “acadêmico” que aproxima a figura do intelectual contemporâneo da “*vocação*” inicial pela “*ciência*”, de compreender a sua nova posição, enquanto um grupo especializado, diferenciado na sociedade, para a formação de autoconhecimento, não na formação de “*verdades*”, mas da investigação das relações sociais que nos condiciona, que nos problematizam e dão nosso formato, *através da crítica*, do mesmo. Assim, seria importante ter sempre em mente ainda as palavras de Weber que nos diz que:

“A ciência é (...) uma vocação, alicerçada na especialização e posta ao serviço de uma tomada de consciência de nós mesmos e do conhecimento das relações objetivas. A ciência não é produto de revelações, nem a graça que um profeta ou um visionário houvesse recebido para assegurar a salvação das almas; não é também porção integrante da meditação de sábios e filósofos que se dedicam a refletir sobre o sentido do mundo. (Weber, 1968: 47)

Finalizando a formação de hipóteses, caberia aqui fazer uma discussão das idéias, já problematizada por Lahuerta (1999) a respeito dos intelectuais e política na “Escola Paulista de Sociologia” e Viviani (2009) a respeito do movimento tenentista (2009) e os trabalhos de Cepêda (1998, 2004) a respeito de Celso Furtado e Roberto Simonsen, que dão enfoque ao controverso debate do instrumental teórico-conceitual sobre o papel dos intelectuais na política, concebidos inicialmente por Antonio Gramsci e Karl Mannheim. Entretanto, apesar da existência de tal demanda, não temos tempo hábil, nem nos sentimos seguros intelectualmente para atingir demanda tão essencial e trabalhosa. Também, é importante lembrar que não queremos idealizar a figura do intelectual como ator político portador de uma consciência de classe ou grupal “*desvinculada de interesse*” que transmitem sempre a idéia de que os mesmos falam “*em nome da nação*”, e buscam a superação das necessidades culturais e materiais das sociedades contemporâneas na modernidade.

A pesquisa de dissertação aqui apresentada se baseia nos seguintes procedimentos metodológicos de pesquisa social.

- 1- Pesquisa bibliográfica extensiva da obra do autor que envolvem nosso objeto, buscando fazer a leitura, tratamento, revisão, fichamento e reflexão das obras e conceitos trabalhados que se relacionam com os temas estudados, privilegiando análises de tendência temática e debates intelectuais do pensamento do autor com outros autores “transcendentes e contemporâneos”.
- 2- Pesquisa bibliográfica extensiva de obras que se concentram sobre a constituição do processo de modernização do Estado e da sociedade brasileira, tocando principalmente na questão desenvolvimentista, usando como ferramentas secundárias, ainda que fundamentais no suporte de nossa investigação histórica do processo em curso.

- 3- Levantamento básico biográfico dos livros, teses e dissertações sobre o tema, narração escrita dos momentos históricos e fatos particulares da fase histórica do recorte pretendido desta dissertação, buscando cruzar dados da história da vida de Cardoso e do grupo intelectual que estava inserido, descrevendo e problematizando-o .
- 4- Comparação e demonstração entre fenômenos sociais de importância e obras através de método diacrônico que contempla *história das idéias com história das instituições*, buscando a compreensão da evolução do devir histórico de um conjunto de fatos que envolveram a vida do autor na constituição de suas idéias e as distintas instituições dos quais passou e formatou as obras escolhidas.

Arrisco a dizer, reforçando nossa hipótese inicial, que o que define o intelectual como Fernando Henrique Cardoso e sua produção é a formatação de sua própria trajetória *teórica, política e institucional* e principalmente, *as conseqüências* (sucessos, fracassos e nível de interlocução e respaldo entre seus pares e na sociedade) dos resultados das produções vistas nas obras que refletem dentro de limites, que são condicionados pelo *contexto histórica*, tecido em variáveis políticas e econômicas, *das sociedades em processo de desenvolvimento e modernização*, o que reflete futuramente a formação de novas idéias, identidades intelectuais, rupturas teóricas, objetivos, ambigüidades, recusas e ação na formação de uma singular “*cultura política intelectual*”. Assim, no estudo da formação intelectual, seria possível pensar sempre na concepção hipotética que faz a interlocução tríade entre *idéias, instituições e contexto*. Teremos sempre então a necessidade de investigar:

a-) *Formação* de uma particular “profissionalização”, “intelectualização” e “racionalização” científica, política e social tanto da investigação sobre a História particular do *desenvolvimento* econômico, político e social dos países periféricos, em especial o Brasil, quanto da intervenção intelectual sobre esse processo.

b-) *Organização* do conhecimento, concepções e procedimentos científicos, recursos, estímulos e experiências acadêmicas adquiridas dentro da Universidade de São Paulo, quando esteve enquanto aluno e professor associado a Florestan Fernandes dentro da Cátedra I de Sociologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP; bem como as conseqüência da leitura da obra de Marx no grupo de Estudos do Capital, o intercâmbio com intelectuais franceses como Alain Tourraine, a constituição do CESIT e a transferência no pós golpe de 1964 para a CEPAL e;

c-) *Inserção* no debate intelectual, com as diversas correntes de investigação do processo de desenvolvimento, notadamente as correntes teóricas da modernização, as formulações cepalinas do subdesenvolvimento, bem como as chamadas tese estagnacionistas, as diversas formulações políticas oriundas do Partido Comunista Brasileiro, que deram, inclusive, na criação da chamada “Teoria da dependência”.

Os artigos acadêmicos de Cardoso, no recorte 1957-1967 difundidos nos periódicos *Revista brasiliense*, *Revista brasileira de estudos políticos*, *Ciência e cultura*, *Ciencias Políticas y Sociales*, *Revista Brasiliense*, *O Jornal do Ceupes*, *Revista de História*, *Sociologia*, *Anhembi*, *Boletim do Centro Latino-Americano de Pesquisa em Ciências Sociais*, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *Pesquisa e Planejamento –CRPESP*, *CEPAL*, *Relatório ILPES*, *Les Temps Modernes*, *Economía y Administración*, *Revista Paraguaya de Sociología*, *Sociologie et Sociétés*, *Boletín Elas*, *Revista de Administração de Empresas*, *ABBIS-UNAM*, *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, *FLACSO*, *Latin American Perspectives*, *Dados*, *Revue Tiers Monde*, *Revista Mexicana de Sociología* permeiam e congregam os estudos referentes ao desenvolvimento e modernização da sociedade brasileira.

Os temas desses artigos se referem a seguinte constelação de idéias e conceitos: *Desenvolvimento*, *no sentido político e econômico*, *sociedade de massas*, *nacionalismo*, *empresariado/burguesia*, *operariado/proletariado*, *Teoria do desenvolvimento*, *industrialização*, *economia cafeeira*, *populismo*, *método dialético de análise sociológica/contribuição do marxismo/debate marxista*, *Dependência/Impedimentos estruturais de mudança social e desenvolvimento*, *teoria da dependência*, *análise concreta de situações de dependência*, *subdesenvolvimento*, *mudança e conservação das sociedades periféricas*, *Estado/Burocracia/aspectos políticos do planejamento*, *modelo político brasileiro/autoritarismo*, *democratização*.

Todavia, devido a limitações referentes ao recorte da dissertação, a capacidade de fazer o levantamento e mesmo da disponibilidade de acesso a todo material, reflexão do mesmo e de verificar em tempo hábil essa imensa carga de leitura, optamos por uma saída ortodoxa que é a de verificar apenas um extrato das obras publicadas dentro do que chamamos aqui de *problemática da dependência*. Em maior ou menor grau as idéias agregadas desses artigos se refletem nas publicações editoriais, ou seja, nos livros e obras que vamos expor a seguir.

Não vemos esse método de análise como algo arriscado a ser omissivo, já que o conteúdo dos artigos é reproduzido em grande parte nos livros do autor. Não queremos também de modo algum minimizar a importância dos artigos e da análise dos mesmos, mas sim fazer um recorte da dissertação que sintetize a relevância do tema proposto dentro da plataforma teórica das obras. São nestas que se dá a formação das reflexões que engrossam a expressão de uma consciência e um local que visa *dotar o mundo de sentido*, dentro da imensa produção teórica do autor.

Tal como é a imensa maioria das obras do chamado pensamento político e social no Brasil, o conjunto da obra de Fernando Henrique Cardoso é, no mínimo complexa, podem grosso modo se dividir em três áreas de concentração: *artigos acadêmicos, publicação em periódicos e livros*. **Sem contar ainda as inúmeras entrevistas. Mas salientamos, a dissertação se concentra na última área, os livros, dentro do recorte proposto.**

Dado ainda o gigantesco fôlego intelectual de Cardoso, vamos nos encerrar em uma parte dessas obras, escritas em português, escritas e publicadas em 1964 e 1967 respectivamente, que tratam a fundo o tema do desenvolvimentismo brasileiro, em especial os estudos sobre mudanças sociais que envolvem o papel das classes sociais, Estado, desenvolvimento dependência política e econômica, planificação, centro, periferia e o processo que contempla todos esses temas, *a modernização brasileira*. Essas obras são chamadas aqui de *Problemática da dependência*. As obras são:

(I) *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. De 1964;

(II) *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. De 1969;

Essa delimitação é relevante para o estudo, pois:

a) Concentra os esforços no período de primeira fase intelectual de Cardoso⁴, onde, ainda que não se desvinculando, já há uma maior independência intelectual para com Florestan Fernandes e demonstra os resultados de sua atuação no chamado *Grupo*

⁴ De forma consciente nos isentamos de analisar com descrição e detalhes as obras *Cor e Mobilidade social em Florianópolis* e *Capitalismo e Escravidão no Brasil meridional*, pois tratamos como obras que fogem ao problema da modernização contemporânea e o desenvolvimento industrial brasileiro, ainda que sejam duas obras de fundamental importância para a estruturação inicial da concepção de ciência de Cardoso, mas que não estabelecem um propósito político e de intervenção muito claro no pensamento do autor.

de estudos do capital, a passagem pelo CESIT e o momento *cepalino* inicial do autor que explicaremos a importância a seguir.

b) Está inserido na conjuntura histórica de maturação da modernização e expansão do capitalismo industrial brasileiro e principalmente do Estado desenvolvimentista, o grande agente desse processo frente a outras classes e grupos sociais, internos e externos a nossa sociedade.

c) É o contexto que corresponde aos primeiros diálogos intelectuais com o debate do desenvolvimentismo que inclui autores de diversas correntes e programas de pesquisa, tal como as teorias do desenvolvimento econômico, as teorias sociológicas produzidas na Europa e nos Estados Unidos, as teorias desenvolvidas na CEPAL, as teses do Partido Comunista Brasileiro.

d) Contempla três períodos de obras de Cardoso, a passagem pela *Escola Paulista de Sociologia*⁵ que inclui tanto o Centro de Estudos de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), como o Grupo de Estudos do Capital, como seu período de exílio onde atuou na *Comissão Econômica para a América Latina e Caribe* dentro do Instituto Latino-americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES) e Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO) nos estudos sobre a questão da dependência

O itinerário e a organização da dissertação segue em dois capítulos:

No capítulo I, buscamos apresentar o contexto histórico geral de formação das instituições científicas e da formação de Cardoso, relevante para apresentar processualmente a materialidade das idéias do autor, destacado certas particularidades que balizam a parte inicial da carreira do intelectual, as escolhas e preferências profissionais, mas essencialmente, destaca-se dentro do mesmo capítulo, a idéia de trabalhar com a criação e interlocução de idéias e instituições, destacando a Universidade de São Paulo e a Cadeira I de sociologia enquanto primeiros pilares de sustentação da formação intelectual inicial de Fernando Henrique Cardoso, já pensando este enquanto contribuinte do pensamento político e social brasileiro em seus primeiros estudos, ainda que não profundamente trabalhos devido ao nosso recorte, abarcados no projeto UNESCO, na criação do CESIT e o início do projeto “*Economia e Sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento*”, *Idéias e Instituições* que dão

⁵ Explicaremos o significado dessa nomenclatura a seguir.

enfoque e que possivelmente condicionaram o autor a estudar as características do capitalismo dentro da sociedade brasileira, tendo a figura do empresário industrial como tema de destaque dentro do pensamento do autor, dando proeminência também para a obra *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. Dá-se evidência, no mesmo capítulo, para os *diálogos intelectuais* feitos com outros intelectuais também no período.

Posteriormente, no capítulo II, já em um ambiente de maturação, consolidação e renovação de *Idéias*, objetivamos tratar da passagem e estabelecimento de Cardoso em outras *Instituições* científicas, como professor na Faculdade de Economia da Universidade do Chile e da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) e como diretor-adjunto da Divisão Social do Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES), órgão interno da CEPAL, por sua vez instrumento da Organização das Nações Unidas (ONU); razão pela qual dará ao autor condições de formar idéias para a formação, junto com Enzo Faletto, de sua obra de maior repercussão - *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*.

Esta dissertação não é um trabalho crítico que busca as lacunas teóricas, muito menos valorativo e partidário da “razão” das obras de Cardoso, tem sim a intenção rever um período das obras do autor que são para nós um tanto quanto opacos na busca tanto da elucidação, quanto da gênese do pensamento político do autor. Acrescentaremos uma análise do período histórico correspondente ao momento em que Cardoso possivelmente empenhou-se em contribuir para a formulação mais sistemática da Sociologia do Desenvolvimento e por em ação sua atividade no meio intelectual, uma crítica as concepções existentes dentro do meio intelectual e político. Vamos tentar situar o debate intelectual e das idéias políticas, econômicas e sociais contemporâneas, fazer-se sentir dentro da contenda de prognósticos e diagnósticos não só do pensamento, mas de reflexões em todo meio acadêmico e econômico, político e social no desempenho de suas funções enquanto pesquisador em diferentes instituições.

Para estudar este intelectual, valeu de muito escutar uma frase na aula inaugural de pós-graduação em Ciência Política, na Universidade Federal de São Carlos, proferida em 2008 pelo palestrante, o Professor da Universidade de São Paulo Gildo Marçal Brandão em que colocou um pensamento mnemônico que usei em toda a pesquisa. “A

vida intelectual não é aleatória... é de interesse... se existe uma continuidade... existem interesses". Afirmo então. A vida e o pensamento de Fernando Henrique Cardoso não foram constituídos de forma aleatória. Foi fundada enquanto o resultado de um processo histórico em curso. Sua vida foi constituída de interesses em cima desse processo intelectual em curso, o de contribuir para a investigação da condição específica da sociedade brasileira. Existiu então uma continuidade temática desses interesses, pois o interesse acima falado é característico e se enraizou no pensamento político e social brasileiro desde os primórdios de nossa reflexão social.

Capítulo I – A formação histórica do pensamento político de Fernando Henrique Cardoso: da formação da Cadeira I a passagem pelo CESIT

1.1 A constituição institucional da Universidade de São Paulo –contexto histórico inicial

Refletindo então a história do processo de modernização da sociedade brasileira na literatura das Ciências sociais, a Revolução de 1930 é o ponto de ruptura, mas as perceptíveis mudanças da estrutura e dinâmica da sociedade brasileira são mais latentes nas duas décadas seguintes com a aceleração, ainda que tardia do processo de industrialização por parte do chamado Estado desenvolvimentista, ordenador político do processo. Neste momento histórico, a conjuntura socioeconômica expressa um momento de esforço de modernização do Estado brasileiro para romper com a lógica do capitalismo mercantil agroexportador de base cafeeira constituído na primeira república, para se promover a modernização no sentido de construir se a ordem capitalista industrial brasileira⁶. Os acontecimentos de 1930 não estouraram como um “raio em céu azul”, são oriundos de toda um processo político e social que agitou a década de 1920, nos quais se destacam principalmente o movimento tenentista e o PCB, e as conseqüências que este trouxe para a contestação da dominação política e os problemas econômicos, políticos e sociais desenvolvidos durante a I República, foram no sentido de radicalização da mudança. O sentido desses movimentos era justamente alterar uma sociedade tradicional, de base patrimonial rural, latifundiária, voltada a produção exportadora que gerava a chamada “crise social”. Tendo um Estado e uma sociedade com uma formação social diferenciada, o Brasil não constituiu uma ordem industrial burguesa tal qual foi o arquétipo de configuração dos moldes liberais clássicos. É preciso analisar esse processo com acuidade, dado que o caso da modernização brasileira segue o paradigma “prussiano”, revolução feita por elites políticas que dão o tom protótipo de transformação que permeia esse processo. (Cepêda, 1998; 2004; Draibe, 1985; Ianni, 1996; Sallum Jr, 2003 Nunes, 1997, Schwartzman, 1988, Mattos,

⁶ Os acontecimentos de 1930 não estouraram como um “raio em céu azul”, são oriundos de toda um processo político e social que agitou a década de 1920, nos quais se destacam principalmente o movimento tenentista e o PCB, e as conseqüências que este trouxe para a contestação da dominação política e os problemas econômicos, políticos e sociais desenvolvidos durante a I República, foram no sentido de radicalização da mudança. O sentido desses movimentos era justamente alterar uma sociedade tradicional, de base patrimonial rural, latifundiária, voltada a produção exportadora que gerava a chamada “crise social”.

2006, Fausto 1995, Schneider, 1994 Bielschowsky, 1988)

Já no contexto pós revolução constitucionalista de 1932, dentro Estado de São Paulo, derrotado militarmente pelas forças federais, foram inauguradas duas instituições científicas, de ensino, pesquisa que deram uma guinada na sociedade paulista, demonstrando o empenho de suas elites políticas rumo a buscar tentativas de modernização social. Uma delas foi a Escola Livre de Sociologia e Política, planejada já no final do ano de 1932 e criada em 1933. Esta “Escola” propunha-se ser uma escola de formação de técnicos e intelectuais capazes de atuarem como a elite do serviço público brasileiro, tendo, possivelmente em vista a factível importância dada ao papel do Estado na construção social da modernização brasileira. Roberto Cochrane Simonsen, foi um dos membros dessa elite intelectual promotores desta escola e proferiu seu apoio público através de *Rumo a verdade*, um dos discursos da solenidade inaugural da escola em 1933. Vera Cepêda (2004) apresenta que a abertura das atividades da ELSP é:

“(…) orientada por dois objetivos fundamentais: primeiro, ser instrumento capaz de sanar a crise de ***ausência de direção intelectual*** que caracterizava a sociedade brasileira, formando uma elite dirigente capaz de realizar essa tarefa; em segundo lugar, produzindo ***um estoque de conhecimento novo e variado*** capaz de refletir as características da sociedade brasileira ***sem recorrer a exotismos intelectuais***, ao mesmo tempo em que permitisse a elaboração de projetos corretivos. (...) A fundação da Escola Livre não foi uma criação original e pessoal de Roberto Simonsen, ***mas sim o resultado de uma circunstância histórica e de um desejo paulista*** encabeçado pelo grupo da Comunhão Paulista que congregava os liberais do estado, ligados à família Mesquita (grupo detentor do jornal *O Estado de São Paulo*) e de forte presença e influência na política estadual e nacional. Este grupo associava o problema da formação de uma elite alinhada aos interesses estaduais à existência de uma universidade ou sob seu controle ou sob sua influência, habilitada a produzir um conjunto de idéias mais modernas e ajustadas ao espaço cultural e intelectual que se abria na sociedade e, para o qual, as carreiras profissionais tradicionais (da Escola de Direito, Faculdade de Medicina e Escola Politécnica) encontravam-se defasadas. (Cepêda, 2004: 235-236, grifos nossos)

Contudo, além desta importante instituição, logo em 1934 criava-se, através de decreto do Governador Armando de Salles Oliveira, outro proeminente membro da elite paulista, associado ao “grupo do Estado⁷”, a Universidade de São Paulo e com ela, a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras. Para formar o quadro de professores, em um

⁷ Castro (2007) coloca que vários intelectuais começaram a levantar a discussão sobre a questão da educação enquanto um problema nacional, ainda na década de 1920. Em São Paulo, reuniram-se políticos e jornalistas ligados ao Jornal “O Estado de São Paulo”, conhecido como “grupo do Estado”, que reuniria intelectuais como Fernando de Azevedo, Júlio de Mesquita, Oliveira Viana, dentre outros.

período de total escassez de profissionais suficientes para preencher os quadros universitários, foi sondada e recrutada uma *missão* de profissionais, professores e pesquisadores europeus de diferentes nacionalidades, como franceses, alemães, italianos e suíços. Curiosamente então como Del Vecchio e Diéguez (2009) já apresentaram, a etapa inicial de profissionalização das ciências humanas,

“(...)ocorria no ambiente formado por um complexo de instituições às quais os pesquisadores vinculavam-se de modo cumulativo, que compreendiam desde escolas recém-fundadas, como o Instituto de Educação e a Faculdade de Ciências Econômicas da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, a ELSP e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, o Instituto de Organização Racional do Trabalho e o Departamento de Cultura de São Paulo (2009: 5).

Ainda de acordo com os autores, bem como Costa de Paula (2002) já via apontado, sendo uma disciplina “novata” na sociedade brasileira, a *Sociologia* estava intimamente ligada ao processo de reorganização e edificação de um projeto, ainda que não sistemático, de construção de um ideário de edificação da concepção de *nação*.

Ao contrário do que se possa pensar, a ELSP e a Faculdade de Filosofia da USP não se opunham radicalmente entre si e tinham sim projetos de certa forma complementares, apesar de diferenciados. Todavia não foi nada fácil, tanto para a USP quanto para a ELSP, consolidar terreno social e institucional dentro de um terreno autônomo na política. Para se ter uma idéia o reconhecimento institucional oficial pelo governo do Estado desta última só veio em 1938. Logo no ano seguinte a ELSP foi incorporada a mesma estrutura da USP, só que como instituição autônoma, até a década de 80⁸.

Luís Carlos Jackson (2007) apresenta que os cursos, tanto da ELSP, quanto da FFCL, balizavam objetivos mais acadêmicos do que políticos, o que acabou trazendo a São Paulo uma “vida acadêmica” dando suporte científico as oportunidades de trabalho intelectual na cidade, gerada não só pela universidade, mas pelo ativo consumo em empreendimentos e bens culturais que eram de constante expansão dentro da nova metrópole, idéia na qual Arruda (2001) também concorda. Sobre este processo, Costa de Paula (2002) discute sobre a relação entre o movimento de 1932 e a criação da USP enquanto uma reação “educacional” a derrota sofrida pelos paulistas e a tentativa de criar uma elite dirigente no Estado e no país. Todavia a autora coloca que é importante:

⁸ Mais detalhes ver http://www.fespsp.org.br/Mantenedora/historico_instituicao.htm

(...)uma análise mais realista da relação entre a Revolução Constitucionalista de 32 e a criação da USP aponta não apenas para um confronto entre as classes dominantes paulistas e o governo federal, mas também para mecanismos de conciliação e compromisso entre ambos, mecanismos estes que tornaram possível a concretização do grande projeto universitário paulista. (Costa e Paula, 2002: 148)

Ainda no seio dessa discussão, Prando (2009) expõe que a disposição de alguns membros da intelectualidade paulista ligada ao jornal “*O Estado de S. Paulo*” foi de fundamental importância para a consolidação desse processo:

O projeto e a consolidação da USP foram, em grande parte, patrocinados pelos intelectuais e profissionais liberais ligados ao grupo formado no seio do jornal *O Estado de S. Paulo*. Fernando de Azevedo será, com seu *Inquérito*, importante ator nessa empreitada. Azevedo sustentava que a educação deveria servir como elemento de regeneração social, isto é, somente pela educação – e, no caso das elites, mediante uma educação especial – poderiam formar-se os grupos dirigentes e intelectualmente distintos da massa ignara. (Prando, 2009: 08)

Como já mencionado acima, as propostas da ELSP e da USP contaram com o apoio da missão francesa (Caso uspiano) e americana (caso da ELSP) que veio ao Brasil dar sustentação as seminais atividades da Faculdade de Filosofia e não só participaram da criação da estrutura dos cursos de ciências humanas, como também os de biológicas e exatas. Costa e Paula (2002) salienta que Georges Dumas, professor da Sorbonne, se comprometeu com o jornalista Júlio de Mesquita Filho, dono do jornal “*O Estado de S. Paulo*” em reunir os professores de diversas universidades francesas que formariam a primeira “missão francesa” que constituiu o corpo docente inicial da USP. A partir de então, futuros proeminentes intelectuais europeus, em sua maioria franceses, vieram ao Brasil, ainda como jovens pesquisadores e deram suporte a essa missão, Paul Ambrose Bastide, Claude Levi Strauss (1935-1939), Roger Bastide (1938-1955), Fernand Braudel (1935-1937)⁹, Georges Gurvitch, Jean Maugüé, Pierre Monbieg, Gilles Gastón Granger, Charles Morazé, Paul Hugon, Émile G. Leonard, dentre outros, interessados

⁹ Para maiores detalhes ver, Costa de Paula (2002) e Spirandelli (2008)

não só na Universidade em si, mas no desenvolvimento de suas próprias pesquisas científicas e a busca por novas inspirações e objetos de pesquisa.¹⁰

Deste contexto surge então os curso de ciências sociais na referida universidade, baseada na estrutura universitária meritocrática francesa, com o sistema de cátedras. Para tal entendimento Spirandelli (2008) expõe que:

O modelo de organização dos cursos em Cadeiras remonta às tradicionais e seculares universidades européias, em especial as da França – não por acaso, o principal país de origem das missões trazidas para dar início à USP. Por esse modelo, o professor catedrático detinha o poder absoluto (intelectual, institucional e hierárquico) sobre sua disciplina, determinando desde as lides teóricas desta até as contratações dos professores auxiliares ou subordinados. O Catedrático era não apenas professor, mas pesquisador em sua disciplina, produzindo teoria e conhecimentos novos, fazendo avançar a área, tudo isso em critérios internacionais. Pelo menos, era dessa maneira que, idealmente, a nova Universidade deveria funcionar. Assim, na Europa e, em certo sentido, o modelo foi implantado com êxito na instituição paulista, até o referido modelo ser extinto em fins da década de 1960. (Idem: 56-57)

Jackson (2007) identifica um cenário curioso de disputa intelectual nesse sistema que acontece na FFCL-USP:

Durante sua vigência (1934-1969), na FFCL-USP, havia duas cátedras de Sociologia, que polarizaram as disputas em torno das concepções de ensino e pesquisa (frequentemente misturadas às questões de ordem política) que deveriam orientar a constituição das ciências sociais nessa universidade. Os primeiros catedráticos foram Paul Arbousse-Bastide (primeira cadeira) e Lévi-Strauss (segunda). O confronto entre os dois em torno da organização do programa do curso teve como desfecho o afastamento de Lévi-Strauss, no final de 1937. Para seu lugar, foi contratado Roger Bastide, personagem central na FFCL-USP (e no cenário cultural paulista) até seu retorno à França, em 1954. No começo da década de 1940, ele assumiu a cadeira de Sociologia I, ocupando a segunda cadeira Fernando de Azevedo (Arbousse-Bastide tornou-se catedrático em Política). A cadeira de Antropologia foi criada em 1941, regida por Emílio Willems até 1949, em seguida por Egon Schaden e por João Baptista Borges Pereira (nos anos de 1960). (Idem: 119)

¹⁰ Antonio Cândido, em depoimento, coloca que a Universidade também abrigava professores de origem italiana e alemã, e que não faziam questão alguma de abandonar a língua nativa e proferir as aulas na língua portuguesa.

Lahuerta (1999) apresenta que é característica desse processo dentro da cidade de São Paulo a busca por uma “mentalidade técnica-científica” através da criação de ambientes universitários que balizariam as “atividades intelectuais”. A profissionalização desta atividade é vista como um lema, uma proposição preliminar que expõe a necessidade de “*institucionalização*”, “*preparo técnico*”, “*organização do trabalho intelectual*” de superar o bacharelismo, o autodidatismo, e o ensaísmo sem legitimidade de base científica. Radicalizam-se as preocupações com “*missão intelectual, a crítica, responsabilidade e engajamento*”, ainda que avessos, em um primeiro momento, a intervenção política. Lahuerta ainda afirma que nesse período se encontra o “*momento zero*” da FFCL. Nesse contexto:

(...) as elites políticas e culturais de São Paulo se defrontavam pela primeira vez não com um ou alguns intelectuais que renegavam o papel ornamental que, implicitamente, se lhes atribuía na tradição liberal-oligárquica. Todo um grupo – uma geração – começava a colocar em cheque o elitismo, a dominação cultural e o monopólio social do poder (...) No entanto, foi inevitável ao longo dos anos 50 que os jovens que circulavam pela Faculdade de Filosofia da USP acabassem marcados por influências as mais diversas e até contraditórias: pelo clima nacional-desenvolvimentista; pela busca de rigor científico que era a pauta da instituição; pela intensa industrialização e pela urbanização crescente que se dava no país, em especial na capital paulista (Lahuerta, 1999 18-23)

Ao falar um pouco sobre este processo, Florestan Fernandes (1980) coloca um ponto de vista importante: .

...a instituição – digamos: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a Universidade de São Paulo, a Escola Livre de Sociologia e Política – não deve ser vista em si por si mesma, isoladamente. Ela expunha o intelectual em formação a uma segregação espacial e a um isolamento cultural, que eram irremediáveis mas também eram produtivos; porém ela interagiu com a sociedade. A cidade a provocava de várias maneiras e era para a cidade, em última análise, que ela funcionava, se não a cidade como um todo, pelo menos os centros onde as forças sociais de conservantismo, de reforma e de revolução operavam com maior intensidade ou com alguma virulência”. (Idem: 47)

É sobre este processo que discutiremos mais a fundo a seguir na seção seguinte, salientando o processo de formação da cadeira I, a participação de Florestan Fernandes e o início da carreira de Fernando Henrique Cardoso.

1.2 A Cadeira I de sociologia, a influência de Florestan Fernandes e o ingresso de Fernando Henrique Cardoso dentro do âmbito científico

É necessário afirmar e reafirmar, com base no suporte dado pela literatura revisada neste trabalho a seguir, como também por diversas entrevistas, depoimentos de colegas e discursos do autor estudado, que Florestan Fernandes é o responsável inicial direto por Cardoso ter um firme rigor intelectual acentuado em suas pesquisas e análises e em ser bem sucedido em avaliar a realidade brasileira fundamentalmente através de modelos científicos empíricos, sempre pensando como plano de fundo a crítica social e o engajamento intelectual. Isso não seria resultado de uma preferência de Florestan pela formação de Cardoso, mas sim do projeto acadêmico que este intelectual buscou frente a Cadeira I de Sociologia da USP, ao balizar formas científicas normativas, através das exaustivas leituras dos clássicos das Ciências Sociais e sintetizar um rigor intelectual sobre *o que é fazer ciência*, bem como ter um pensamento crítico sobre as particularidades econômicas e sociais da sociedade brasileira e formular uma boa dosagem *Ciência e Militância* que o primeiro ajudou a fundar no Brasil.

Castro (2007) coloca que já no pós guerra, se forma um terreno ainda mais fértil para a reflexão sociológica, com as constantes mudanças no espaço econômico e urbano e a maturação das *instituições* universitárias e organizações culturais criadas na década de 1930.

Arruda (2001) nomeia o grupo da Cadeira I de Sociologia, com Florestan a frente, de Escola Paulista de Sociologia. Com relação a essa nomenclatura dada ao grupo da Cadeira I de Sociologia que cresce em torno do professor Florestan Fernandes, chefe da cadeira a partir de 1955, Castro (2007) defende a argumentação de Elide Rugai Bastos (2002) que seria necessário trabalhar com o termo “*Escola Uspiana de Sociologia*” e não “*Escola Paulista de Sociologia*”, pois o termo que carrega arbitrariedade, abrangência e ambigüidade, pois abre margem para se denominar um único estilo intelectual, uma homogeneidade de temas e métodos para toda a sociologia desenvolvida em São Paulo, que não se confirma.

Tendo em vista a pluralidade de cátedras, observa-se então que os trabalhos concretizados no meio universitário da USP entre a década de 1940 e 1960 são bastante heterogêneos, abarcando desde estudos raciais e sindicais, até de análises empiricista e dialética, dando uma grande constelação de análises seminais e completamente

diferenciadas, dando espaço também para os trabalhos ensaísticos, é importante salientar que a rígida postura intelectual de Florestan não se ampliava diretamente para outros professores e intelectuais do meio universitário uspiano.

Possivelmente, Florestan Fernandes é um pensador de caráter e postura singular dentro desse processo, entretanto, é bom lembrar que a história intelectual deste autor não é a história da USP em si, apesar das duas intimamente se entrelaçarem no mesmo processo histórico. Apesar do pensamento social deste autor não ser o foco de nossa pesquisa, é muito importante para este trabalho destacar a figura de Florestan Fernandes enquanto intelectual e primeiro mestre de Fernando Henrique Cardoso. Nascido em 1920, Florestan, filho de imigrantes portugueses, era um ser de destaque em muitos aspectos. Tendo concluído o curso supletivo ginásial e colegial de jovens e adultos que existia a época, ingressa em 1941 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo no curso de Ciências Sociais. Se destaca enquanto um excelente aluno já iniciando docência em 1945 enquanto professor assistente da Cadeira de Sociologia II, chefiada pelo Professor Fernando Azevedo. Logo em seguida ingressa no mestrado na ELSP, “A organização social dos Tupinambá”, com Herbert Baldus e em 1951, orientado por Roger Bastide, escreve a “A função da guerra na sociedade tupinambá”, sua tese de doutorado. Nas palavras de Arruda (2001) pode-se captar um pouco da essência da importância inicial de Florestan Fernandes:

Já se tornou um lugar comum a afirmação de que Florestan Fernandes introduziu uma clivagem no pensamento sociológico brasileiro. Em grande parte, tal afirmação prende-se à personalidade intelectual multifacetada do sociólogo da USP. Intelectual incomum para o momento, Florestan Fernandes combinou sua produção, fortemente marcada pelos princípios da academia, com grande erudição, mas centrada no campo das Ciências Sociais, o que o afastava do padrão corrente do intelectual brasileiro. Enfim, escreveu uma obra, principalmente na primeira fase de sua carreira, com todas as características de um verdadeiro *scholar* [...] A utilização dessa forma de expressão intratável e infrequente, naquela época, afasta os trabalhos de Florestan Fernandes do padrão vigente até o momento. Quando comparado aos seus colegas de geração, como Antonio Candido, Azis Simão, Ruy Coelho e Lourival Gomes Machado, a escrita de Florestan carrega a sensação de que pouco tem a ver com a deles. Distante encontra-se, por certo, dos chamados intérpretes do Brasil, como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. O estilo leve e literário desses últimos seduz o leitor logo nas primeiras frases. Em suma, o sociólogo paulista rompeu com o modo cultivadamente poético da exposição, uma vez que não recebera herança familiar cultivada, tornando-o, entre todos, mais permeável à absorção da linguagem da Ciência (Idem: 221-223).

Ainda que não concordando com uma suposta ausência de “herança familiar cultivada” como determinante para a formação da personalidade científica, é sempre importante colocar o modo de agir, as *Idéias* e *Interesses* de Florestan dentro de uma conduta intelectual que se assemelha ao *ascetismo*, ainda que *científico*. Castro (2007) nos diz que considerando sua ética:

(...)suas reflexões possibilitam perceber a sociologia em três níveis: como uma ciência, uma técnica social e um ponto de vista. Florestan Fernandes entende que a ciência precisa ser institucionalizada de acordo com os padrões universais de desempenho, devendo assumir-se como ciência aplicada, em função de um planejamento racional e transformador da sociedade. Decorre dessa sua concepção de ciência, uma preocupação fundamental com as transformações estruturais da sociedade mediante técnicas sociais apropriadas, objetivando a constituição de uma sociedade na qual a democracia seja um dos seus pilares básicos. Incisivo quando ao papel de cientista, Fernandes atribui aos intelectuais considerável parcela de responsabilidade na tarefa de combater o “atraso cultural” da sociedade que ele faz parte. E, nesse sentido, o cientista precisa impor a si mesmo uma “ética de responsabilidade científica”. Essa postura conjuga o elo entre a ciência e a política. Fernandes defende, portanto, a tese de que o intelectual não cabe a “neutralidade científica”, enfatizando que os sociólogos não devem perceber-se como servos do poder, mas como agentes do conhecimento e da transformação social. (Idem: 90)

Não é a toa que, a grande preocupação científica de Florestan da década de 1950 era a formalização de uma cultura e uma linguagem científica que abrangesse a pluralidade teórica, a construção de procedimentos, conceitos e de métodos de validação e comprovação sobre a descrição dos fenômenos sociais, afastando-se por completo do que era considerado enquanto “ensaísmo”, esforço que foi traduzido posteriormente no livro “*Fundamentos empíricos da explicação sociológica*”, em 1959.

Entretanto, o que formava uma certa homogeneidade dentro do ambiente uspiano da década de 1940-1950, ainda de acordo com Castro (2009), é a união de “*pesquisa*” e “*ensino*” em um projeto particular de formação de elites e de uma comunidade científica própria que fizesse contraste ao que estava se desenvolvendo nas instituições universitárias do Rio de Janeiro, capital federal a época. Indo além, seria possível afirmar que a “*escola uspiana*” :

“(...)criou uma abordagem própria dos problemas, na qual os critérios científicos eram utilizados de modo a manter uma distancia segura da vida política queurgia; tal ética de distanciamento desdenhava das questões imediatas e propugnava mudanças estruturais na sociedade brasileira, procurando uma intervenção política que se impusesse mais pela força dos argumentos e menos pela militância nas questões sociais (ao menos em sua época inicial.” (Castro, 2007: 16)

Os anos quarenta e cinquenta provocaram uma singularidade histórica nas diversas correntes do pensamento político e social brasileiro, que possuíam a mesma agenda intelectual, produzir teorias para interpretar, dentro do problema do Desenvolvimento, a realidade especial do caso brasileiro. Já nesse processo histórico, *Sociologia e Desenvolvimento* são duas peças do mesmo arcabouço que foi a modernização política, econômica e social que se objetivava dentro da sociedade brasileira. Martins (2007) coloca que nos anos 50, as atenções nacionais estavam no desenvolvimento da indústria e na tentativa de superação da ordem agrícola tradicional, relacionada ao atraso, tendo em vista melhorias inspiradas na industrialização dos “países considerados desenvolvidos”. Esse processo se traduzia, principalmente, na ênfase sobre o discurso econômico que respondia tanto a demandas de compreensão do processo de desenvolvimento como também expectativas teóricas e práticas centradas na intervenção estatal sobre o capitalismo brasileiro, formatando, por um lado, a aceleração do processo de industrialização, bem como o desenvolvimento da ciência e da tecnologia nacional, o que vincula a promoção também a universidade nessa diagramação. Nesse processo, também a Sociologia começa a concentrar seus esforços sobre o mesmo problema, a partir de 1954. Reformula-se a *questão nacional* brasileira. É a partir de então que Martins (Idem) expõe que termos e discussões específicas como “*mudança social, dualidade atraso/moderno, desenvolvimento social, planejamento social, reforma social, imperialismo, nação, alienação, racionalização, etc*” entram no vocabulário científico. Essas mudanças acompanham alterações da economia brasileira, alterações produtivas trazidas pelo processo de industrialização e mudanças qualitativas do padrão de vida são marcas do processo que acompanha urbanização, diversificação acelerada de classe e de atores sociais com a formação do proletariado, classes médias e do empresariado.

Jackson (2007), salienta que “*desde a década de 40, quase toda a produção acadêmica nas ciências sociais tinha como foco o problema da modernização brasileira*”. E, ainda mais, este fato mobilizou a inteligência brasileira, ligada a

entender o processo de “*nossa formação- social, econômica, política e cultural*”. Respondendo ao processo histórico, esses fatores se voltaram agora para “*as mudanças, possibilidades e entraves de transformação da sociedade brasileira em uma sociedade moderna. São diversos e variados os caminhos analíticos tomados:*

(...)mas o objeto é de certo modo o mesmo para todos, e por isso, até o final da década de 1960, a comunidade relativamente restrita de cientistas sociais dialoga de maneira entre si, ao contrário do que ocorre a partir de então, quando a especialização progressiva implica a dispersão temática e a formação de grupos, definidos por áreas de pesquisa.” (Jackson, 2007:116)

A “Escola Paulista de Sociologia” ou “Escola Uspiana de Sociologia”, com Florestan Fernandes a frente da Cadeira I, justamente tentava romper com a tradição do Bacharelismo e do Ensaísmo na análise de problemas sociais, visto nas outras correntes teóricas contemporâneas a época. A meta, nas palavras de Florestan era “*Temos que produzir pesquisa para produzir ciência*” para aí sim buscar uma intervenção.

Florestan e a “Escola” trazem ao debate os autores clássicos da Sociologia para justamente buscar interpretar com as grandes teorias “do universal ao caso particular brasileiro”, ou seja, uma tentativa de entender, pela discussão das teorias sociais e fazer sínteses sobre o processo de modernização econômica política e social em curso, afastando-se principalmente do dogmatismo partidário da cultura ensaísta cultivada pelos precursores das ciências sociais no Brasil , problemáticos para a formação de uma comunidade científica e para a formação de legitimidade perante os seus pares americanos, principalmente da “Escola de Chicago” e das universidades européias. Arruda (2001) apresenta que:

A institucionalização da linguagem sociológica, expressa na vasta produção acadêmica de São Paulo, conduz necessariamente à eleição de figuras referenciais, em torno das quais poderão ser encontrados pontos comuns e divergentes que sustentem comparações, componham perfis capazes de explicitar diferentes estilos de reflexão. No cenário do saber sociológico, Florestan Fernandes (1920-1995) destaca-se como figura singular. (Arruda, 2001: 189)

Ainda, de forma contemporânea, Arruda justifica que o processo científico em São Paulo e mais especificamente na cadeira um buscava a formação de uma dignidade profissional e o próprio conhecimento passou a requisitar o saber científico, traduzido

em referências bibliográficas exaustivas, evidências comprovadoras e erudição na investigação. Nesse processo então,

As Ciências Sociais desenvolvidas nos quadros universitários redirecionam, então, os critérios de confecção das normas de elaboração das linguagens. No interior do sistema intelectual, as oposições estarão pontuadas pelas diferenças entre reflexões consideradas rigorosas e científicas e aquelas vistas como impressionistas e arbitrárias (...) No que se refere aos temas, emergem objetos mais circunscritos, exprimindo o abandono dos grandes panoramas históricos e das análises centradas no render conta dos largos processos de constituição da sociedade brasileira, típica do ensaio. Isso não significa, no entanto, que se desprezou a busca da compreensão da história brasileira a partir de uma visão do conjunto. O que pretendo salientar é que, apesar do remetimento a totalidade, o foco da análise passa a incidir sobre um problema determinado. Diferentemente dos chamados interpretes do Brasil, dirigidos para a questão dos fundamentos da sociedade, os sociólogos paulistas buscam compreender as relações entre certos fenômenos e o contexto abrangente. Por isso, os trabalhos monográficos entram na ordem do dia.” (Idem: 206-211)

Ampla parte da literatura revisada aqui dentro do tema preocupa-se em salientar constantemente que o processo de formação, maturação e consolidação intelectual de Florestan Fernandes se destaca:

1-) pelo rígido ascetismo intelectual, ou seja, pelo esforço em dominar a literatura principalmente dos clássicos das Ciências Sociais produzidos até então, pelas diversas correntes teóricas e metodológicas;

2-) É de destaque também a utilização de dados empíricos, de natureza histórica e contemporânea, das mais diversas naturezas que de certa forma pudessem contribuir para a defesa perspicaz dos escritos, chancelando-os enquanto científicos;

3-) o lançamento para o debate “legítimo” dentro do meio científico nacional e internacional, através da busca pela publicação e pelo debate dentro do âmbito científico . (Lahuerta, 1999; Arruda, 2001; Prando, 2009, Romão, 2003).

Dentro desta perspectiva, Carolina Pulici (2007) coloca que os sentidos dos objetivos de Florestan levam a se manifestar contra o que consideravam um conhecimento “*livresco*” que desconsiderava a Universidade enquanto um espaço para a produção de conhecimento científico baseado em pesquisa empírica tendo em vista edificar e fortalecer a Sociologia enquanto disciplina fundamental para a transformação social da sociedade brasileira. Daí então a escolha de assuntos para serem contemplados nos estudos que fossem mais relevantes, não apenas cientificamente, mas para a

resolução de problemas do momento histórico que se passava e que tivessem finalidades práticas e aplicadas. Dai a *questão racial* e depois a *questão do desenvolvimento*. Ambos pesquisados através do incentivo ao trabalho em equipe e a formação de especialistas, tanto teóricos, quanto práticos, bem experimentados com a realidade através do trabalho de campo . (Pulici, 2007:101)

Ainda sobre essas características supracitadas, é notório da parte de Florestan e de seus assistentes da Cadeira I¹¹ o comportamento de se lançarem ao debate através da publicação em revistas especializadas nacionais como a *Anhembi*, a *Brasiliense*, *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, *Ciência e Cultura* e, já em seu período de destaque intelectual internacional como *Les Temps Modernes* de Jean Paul Sartre, dentre outras já citadas na introdução deste trabalho, justamente para se legitimarem cada vez mais a validade de suas pesquisas dentro do ambiente, tanto científico-intelectual, como político e social, dando reputação e notoriedade a cátedra.

Foi buscando contrariar cientificamente

Tendo em vista contrariar os primeiros interpretes da questão racial e de formação do povo brasileiro (como Oliveira Viana e Gilberto Freyre) que a participação de Florestan Fernandes junto com Roger Bastide em 1950/1951 no projeto *Relações Raciais entre negros e brancos em São Paulo*, se centrou, com a chancela e o financiamento da UNESCO¹², através do INEP e da CAPES. Sobre esse projeto, Maio (1999) elucida que :

¹¹ Para fins de informação, passaram pela Cátedra I de Sociologia na USP sob alguma atividade de docência, pesquisa ou assistência os seguintes intelectuais, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Renato Jardim Moreira, Octávio Ianni, Marialice Mencarini Foracchi, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Celso de Rui Beisiegel, Leôncio Martins Rodrigues Neto, José Cesar Aprilanti Gnaccarini, Gabriel Bolaffi, Lourdes Sola, Cláudio José Torres Vouga, José Carlos Pereira, Luiz Pereira, Pedro Paulo Poppovic, José de Souza Martins, Sedi Hirano, José Rodrigues Barbosa e Gabriel Cohn. Detalhes em Pulici (2007)

¹² UNESCO é a sigla para *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* ou traduzindo Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, órgãos da Organização das Nações Unidas para a promoção do desenvolvimento em seus aspectos científicos, culturais e organizacionais. Advém da antiga idéia já contida na extinta Liga das Nações, da comissão de cooperação intelectual (ICIC). Tem sua sede em Paris desde que foi criada. Blanco (2007) concorda com Maio (1999) e coloca que essa instituição, ainda que incipiente, teve um papel de grande importância na promoção e financiamento de pesquisas sociais, bem como independência científica perante as ciências naturais, criando, inclusive um departamento próprio de Ciências Sociais, dirigido por Arthur Ramos e posteriormente Ruy Coelho e Alfred Métraux, criando grandes laços associativos internacionais de pesquisa e publicações, formando provavelmente, como se pode ver na relação entre Roger Bastide, Alfred Métraux e Florestan Fernandes, grandes redes sociais de fomento de pesquisa e repasse de verbas de pesquisa.

Ainda sobre este processo, Lilian Schwarcz coloca que: “Para o desenvolvimento da investigação foram

Nos anos de 1951 e 1952, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) patrocinou uma série de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil. As investigações foram desenvolvidas em regiões economicamente tradicionais, como o Nordeste, e em áreas modernas localizadas no Sudeste, tendo em vista apresentar ao mundo os detalhes de uma experiência no campo das interações raciais julgada, na época, singular e bem-sucedida, tanto interna quanto externamente. [...]o Projeto Unesco veio a possibilitar a análise das trajetórias sociais e intelectuais dos pesquisadores envolvidos, das redes internacionais de cientistas, dos conteúdos teórico-metodológicos que informaram as pesquisas e do estado da arte de determinadas disciplinas, especialmente a Antropologia e a Sociologia. Ou seja, o ciclo de investigações chancelado pela instituição intergovernamental ofereceu uma oportunidade singular para o desenvolvimento das ciências sociais no Brasil dos anos 50. (Idem: 141)

Ainda sobre estes fatos, Antônio Candido coloca que:

Em 1950 Roger Bastide aceitou o encargo de dirigir uma pesquisa sobre as relações raciais em São Paulo, a pedido da Unesco, via Métraux, mas com a condição de Florestan Fernandes partilhar a responsabilidade da direção. Como tenho dito e escrito, esse momento me parece corresponder à grande virada de sua carreira e de sua atuação sociológica. Ele tinha 30 anos e estava sendo considerado como igual por um sociólogo eminente, que fora seu professor. Ao aceitar a tarefa, pode-se dizer que assumiu simbolicamente a consagração que o destacava como o sociólogo mais completo de sua geração. (Cândido, 1996: 16)

É sobre este clima *científico* que Fernando Henrique Cardoso ingressou no curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo no ano de 1949.

Escolhera antes fazer o processo seletivo o curso de Direito, mas não passara nos rigorosos exames de latim da Faculdade do Largo São Francisco. Cardoso, em depoimento¹³, atribui a uma motivação socialista e também ao acaso a chegada a Ciências Sociais. Em uma viagem de férias a Lindóia-SP, conheceu o Professor Nuno Fidelino Figueiredo, Professor da Faculdade de Filosofia que, ainda que não esclarecendo muito sobre o que se tratava do curso de Ciências Sociais, o aproximou da

contratados especialistas como C. Wagley, Thales de Azevedo, René Ribeiro, Costa Pinto, Roger Bastide, Oracy Nogueira e, entre outros, Florestan Fernandes, que deveriam pesquisar a “realidade racial brasileira”. De parte da UNESCO havia a expectativa de que os estudos apresentassem um elogio da mestiçagem, assim como enfatizassem a possibilidade do convívio harmonioso entre diferentes grupos humanos nas sociedades modernas” (SCHWARCZ, 2007 apud Prando, 2009:13)

¹³ Apresentado no livro “*Conversa com sociólogos brasileiros*” Bastos et al (2006), importante referência para avaliar a trajetória do autor.

universidade, incentivando-o a prestar o vestibular. Prestou então os exames e passou em segundo lugar, apenas atrás de Ruth Vilaça Correia Leite, futura colega de curso e posteriormente, esposa.

Curiosamente, Cardoso é oriundo de uma família de políticos e principalmente de militares onde muito dos membros esteve envolvido diretamente com a política brasileira desde os tempos coloniais, tendo tios e o próprio pai (deputado pelo PTB na década de 50) , envolvidos com o movimento tenentista e no Getulismo. Ainda jovem secundarista, Cardoso militou junto com o pai nas campanhas nacionalistas e trabalhou em outras atividades intelectuais mas que se envolviam diretamente com a política, como o trabalho editorial na revista *Problemas* e esteve no conselho executivo da revista *Fundamentos*, fundada por Caio Prado Jr. (Garcia Jr., 2004)

Inicialmente Cardoso, como muitos alunos ingressantes na Universidade, não tivera um gosto inicial pelo curso. De acordo com ele, o nível de abstração intelectual inicial requerido nos dois primeiros anos no qual o autor chama de “formação filosófica” e mesmo a dificuldade em entender certos temas, bem como a língua e os textos, na sua maioria em idioma francês, alemão e italiano, que os professores passavam, o que o desestimulou inicialmente. Cardoso tivera a primeira aula e contato com Florestan na disciplina de introdução a Sociologia. A partir do terceiro ano de graduação se aproximou de vez de Florestan, que insistia com Cardoso na preparação para a vida acadêmica, tornando-se assim seu orientador “informal”. Cardoso também tentara a pesquisa em outras áreas que não a sociologia, tendo participado de pesquisa sobre psicologia social e antropologia com Roger Bastide e a colega Maria Isaura Pereira de Queiroz e sendo envolvido pelo próprio Florestan para trabalhar com o professor Mário Wagner Vieira da Cunha, catedrático de Ciências da Administração da Faculdade de Economia, indo depois para o Instituto de Administração para auxiliar a professora Lucila Hermann, onde o autor relata que aprendeu a trabalhar com pesquisas em Sociologia e posteriormente fora trabalhar com a professora Alice Canabrava, sendo nomeado primeiro assistente de economia, dando inclusive aulas na Faculdade de Economia da USP, sem ao menos ter terminado a graduação, o que forçara até o Reitor da Universidade a baixar portaria autorizando a sua nomeação enquanto docente .

Após desentendimentos com a professora Canabrava, Cardoso é demitido, sai na Faculdade de Economia e vai trabalhar na Secretaria do Trabalho da prefeitura da cidade de São Paulo, onde pesquisa sobre o tema da força de trabalho. No final de 1952 se forma na graduação e resgatando seu contato com Florestan e Bastide consegue

voltar para a Faculdade de Filosofia para trabalhar como auxiliar de ensino de Bastide na Cadeira I, dentro da Faculdade de Filosofia.

Com o retorno de Roger Bastide a França e a ascensão de Florestan a chefia da Cadeira I, Cardoso se aproxima de vez a Florestan, sendo seu primeiro assistente. Cardoso relata que Florestan tinha a arrojada idéia de transformar São Paulo, assim como foi feito em Chicago, em um “grande laboratório” de pesquisa e análise sociológica

Com o desenrolar das pesquisas do projeto UNESCO, Cardoso vai junto com Octavio Ianni e Renato Jardim Moreira¹⁴, também assistentes da Cadeira I, fazer trabalho de campo nas cidades e regiões do sul do país que demonstraram ter industrialização, ainda que incipiente, como Porto Alegre, Florianópolis, Vale do Itajaí, e Curitiba¹⁵. Em carta conjunta com esses colegas de pesquisa, Cardoso demonstra muita afinção com o ceticismo científico e atenção as particularidades históricas:

“A situação de contato inter-racial aqui é um pouco diferente da de São Paulo, com condições histórico-sociais distintas, principalmente no que diz respeito ao aproveitamento da mão de obra servil, o que, naturalmente, nos obrigou a repensar o esquema da interpretação que conhecíamos.” (trecho de carta a Florestan Fernandes, Porto Alegre 12/02/1955 impressa na integra na seção anexos em Prando, 2009).

Esse trabalho de campo, desdobramento do Projeto UNESCO para o sul do país, irá resultar na pesquisa, a partir de 1956, que deu origem a obra *Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional*¹⁶, de 1958 e seu aprofundamento na tese de doutorado *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, de 1961.

¹⁴ Renato Jardim Moreira era o segundo assistente de Florestan na Cadeira I de sociologia.

¹⁵ Prando (2009) esclarece que “O estudo engendrou leituras, observação, entrevistas e aplicação de questionários junto às crianças (brancas e mulatas). Fernando Henrique foi responsável pelo estudo da história socioeconômica do Estado e Octávio Ianni refletiu sobre as atitudes raciais correntes na sociabilidade entre grupos e indivíduos.” (Prando, 2009:18)

¹⁶ Maio (1999) apresenta que “Em dezembro de 1959, Florestan Fernandes concluiu o prefácio do livro *Cor e mobilidade social em Florianópolis*, de Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni. A pesquisa, patrocinada por duas agências governamentais (INEP/CAPES), contou com o apoio de Anísio Teixeira e Charles Wagley. Ela era o desdobramento do Projeto Unesco para o sul do país, que até aquela altura ainda não havia sido contemplado. A coleta do material empírico foi realizada em 1955 e o trabalho concluído em 1957 (...). O estudo era o exemplo mais bem acabado da influência do Projeto Unesco no processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil. A investigação representava o primeiro resultado de maior vulto da cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, sob a coordenação de Florestan Fernandes. No prefácio de *Cor e mobilidade social em Florianópolis*, Florestan considera que os estudos sobre as relações raciais seriam um indicador preciso do

Estas duas obras, principalmente a tese de doutorado, são as provas empíricas, como veremos a seguir, das primeiras tentativas de uso do método histórico dialético, ainda, como diz depoimento de Cardoso, que não fora recomendado por Florestan, devido ao baixo domínio do método, que supostamente teria Cardoso.

Esses trabalhos seguem, a uma explicação diferenciada mas muito influenciada pela ênfase na tese do atraso cultural de Florestan, distanciando-se também do “*racismo latente*” de *Populações Meridionais do Brasil* de Oliveira Viana e da “dualidade” e do “*tom ensaístico e amenizador*” da tese de democracia racial de *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre e das teses do PCB que também seriam problematizadas por Caio Prado Jr na desmistificação de supostas relações feudais contidas na economia, política e sociedade brasileira, bem como os resultados iniciais de outras pesquisas abarcadas no Projeto UNESCO, que tornava “*quase que serenas*” as relações raciais da sociedade brasileira, taxando essa de sociedade de raças harmônicas . O passo importante dessas obras, a peculiaridade da relação entre escravidão e capitalismo em uma parte específica do país, foi segundo Schwarz, que:

De entrada ficavam relativizadas pela história as polarizações abstratas entre escravidão e liberdade, entre os correspondentes tipos sociológicos, ou a identificação ideológica entre liberdade e capitalismo. Se em última análise o capitalismo é incompatível com a escravidão, e acaba por liquidá-la, por momentos ele também precisou, para desenvolver-se, desenvolvê-la e até implantá-la. De sorte que nem ele é tão avançado, nem ela tão atrasada. Assim, *a escravidão podia ter parte com o progresso*, e não era apenas um vexame residual. É claro que não se tratava aqui de elogiá-la, mas de olhar com imparcialidade dialética os paradoxos do movimento histórico, ou, ainda, as ilusões de uma concepção linear do progresso. (Schwarz: 1998: 105)

Dado a limitação objetiva desta dissertação, essas obras do início da carreira acadêmica de Cardoso não serão tratadas mais a fundo. Contudo, é importante destacar que:

“A trajetória intelectual do grupo, pelo menos desde a tese de livre docência de Fernando Henrique, *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*, defendida em 1963, sofrera uma guinada explícita e passara a questionar a idéia de uma “burguesia progressista”, portadora de um projeto de emancipação nacional e parceira na aliança anti-imperialista. Portanto, essa modalidade de

amadurecimento das ciências sociais no Brasil. Afora a importância das preocupações teóricas e empíricas que mobilizariam os cientistas sociais, ao ampliarem os conhecimentos acerca dos padrões de relações raciais existentes no país, haveria um interesse em responder questões de natureza imediata e de caráter político.”

marxismo jamais se manteve distante da ciência social mais inovadora (inclusive, porque que ela foi a ciência social mais inovadora feita no país no período), além de pretender também fundar desde essa época uma nova “interpretação do país” que pudesse alicerçar uma “outra política”. (Lahuerta, 1999: 93)

Entretanto, é importante salientar que o trabalho de Cardoso, assim como de uma gama de pensadores sociais brasileiros como Caio Prado Jr. e Celso Furtado, está inserido em um ambiente (década de 50/60) onde as idéias intelectuais se voltam para a investigação das particularidades da história dos países periféricos, notadamente nas questões do desenvolvimento e da modernização brasileira.

É possível afirmar que o autor é um exemplo destacado de nossa história intelectual que visou interferir e ainda interfere na “realidade” histórica brasileira mesmo demonstrando como essa interferência poderia levar a uma saga quixotesca. Ainda é importante sobressair sua semelhança com Furtado¹⁷ e outros autores do pensamento social brasileiro. Cardoso é um autor que buscou a mescla entre a probidade científica e ousadia intelectual (sendo a primeira uma demarcação clara do que significa ser discípulo de Florestan Fernandes) e esses fatores irão ser suas duas características definitivamente marcantes seu legado enquanto cientista social. Veremos no próximo tópico, que será no final da década de 1950, um período histórico de acelerado processo de desenvolvimento capitalista brasileiro que o autor buscou a aproximação e familiaridade com a obra de Karl Marx, bem como outros importantes autores para proporcionar uma base teórica para os estudos sobre o papel da dinâmica das classes sociais dentro do processo de modernização dos elementos políticos e econômicos das sociedades periféricas.

¹⁷ Ainda que outros analistas pensem e especulem o contrário, tendo em vista trabalhos conjuntos, bem como debates, Celso Furtado foi para Fernando Henrique Cardoso mais uma referência intelectual do que um antípoda.

1.3 O Grupo de estudos do “*Capital*”/Seminário de Marx , primeiros diálogos intelectuais sobre o desenvolvimento brasileiro e a conclusão dos estudos raciais

O final da década de 1950 e o início da década de 1960 se sobressai a história das ciências sociais nas nações periféricas latino americanas um momento de maturidade da *institucionalização das Ciências Sociais*. Nas palavras de Blanco (2007):

Nesse momento, as ciências sociais haviam se autonomizando no sistema de educação superior, a partir do estabelecimento de carreiras e cursos de sociologia (De graduação e pós-graduação), e, com isso, uma nova classe de produtores intelectuais, a dos cientistas sociais, detentores de competência intelectual e técnica exclusiva, depositários de formação acadêmica inovadora e auto-representados como uma elite intelectual moderna, ingressava na vida pública e intelectual das sociedades da América Latina. (Idem: 89)

Ainda de acordo com esse autor, o nascimento da intelectualidade latino-americana foi resultado de um conjunto de atores que buscaram fazer uma renovação na forma e conteúdo das Ciências Sociais, em conjunto com a pressão de órgãos internacionais e regionais tendo em vista a modernização do conteúdo e da própria forma de fazer pesquisa sobre os problemas sociais de cada núcleo nacional de onde partiram, como o caso da atuação da equipe da Cadeira I. Entretanto:

(...)o fenômeno foi menos o resultado de uma ação centrada ou planejada do que o fruto de uma série de iniciativas locais, regionais e internacionais, de diferentes operações culturais, assim como de projetos de diferentes atores com interesses políticos, cognitivos e institucionais diversos, que gradualmente, e em virtude de uma série de condições políticas e institucionais, resultaram convergentes e alcançaram um importante grau de articulação. (Idem: 90)

Cardoso, a partir de 1958 criou, em parceria com outros colegas e professores assistentes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, o grupo de estudos do “*Capital*”, também conhecido pela literatura como *Seminário de Marx*. Este evento será essencial para acelerar a dinâmica de entendimento da obra de Karl Marx, referência clássica e transcendente no estudo do processo de desenvolvimento capitalista e suas conseqüências, bem como a demonstração de uma nova guinada intelectual em sua carreira enquanto sociólogo. É em período contemporâneo que Cardoso começa a ampliar seu horizonte teórico e metodológico, se

afastando gradualmente no apanhado funcionalista e eclético de Florestan, bem como de temática intelectual, fazendo a transição gradual de seu papel dentro dos estudos raciais desenvolvidos desde 1954 com Florestan para se dedicar a desenvolver uma sociologia do desenvolvimento. Baptista (2004) elucida que:

Há duas preocupações na criação deste Grupo: o primeiro refere-se à linha analítica que procura afirmar, a fim de que através da constatação de certas necessidades geradas pelo desenvolvimento da industrialização na América Latina pudessem identificar a que passo andava o capitalismo nacional; o segundo diz respeito à busca de autonomia teórica fazendo frente a metodologia eclética de Florestan Fernandes, criticada principalmente por Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso. Todavia, é significativo notar que, apesar da tendência esquerdista, ao estudar Marx o grupo da USP não pretendia forjar pensamentos que estariam embasando a Revolução, ou seja, não intencionavam assumir uma postura de *revolucionários*, mas mantinham-se no limite dentro de um pensamento radical. (Idem: 44)

Lahuerta (1999) coloca que:

A expectativa desmensurada dos comunistas em relação à revolução leva-os a alimentar uma série de equívocos políticos ao longo dos anos 50 (...) Tal compreensão fazia com que se perdesse de vista a questão da intelectualidade como estrato. Inclusive, os dirigentes partidários manifestavam tal desprezo pelo tema que procuravam dissolver as identidades intelectuais na militância, mobilizando-as para uma suposta ação política direta(...) No entanto, principalmente em São Paulo, reforçado pela aformação de um ethos científico, estabeleceu-se um contraponto a isso, radicalizando-se uma identidade intelectual que se quer cada vez mais profissional, pretende se manter distante da participação política direta e introduz uma pauta essencialmente técnica como sua prioridade número um. (Idem: 26)

A invenção do grupo se deu pela instigação do filósofo José Arthur Giannotti, recém regresso da escola francesa de onde concebeu a idéia de estudar a obra de Marx, através de um grupo autônomo e interdisciplinar, aos moldes de outro grupo que freqüentou brevemente na sua primeira experiência na academia francesa, “*Socialisme ou Barbárie*” de Claude Lefort e Cornelius Castoriadis, onde a temática era a crescente burocratização e totalitarismo no curso histórico da União Soviética¹⁸. Somado a isso,

¹⁸ Até onde pesquisamos, não existem trabalhos sistematizados de autores brasileiros sobre as origens do “*Socialisme ou Barbárie*”. Também não nos foi acessível a vasta literatura francesa sobre o tema. Cleaver (1981) e Thompson (1982) apresenta que tanto Castoriadis quanto Lefort eram combatentes sistemáticos da burocratização do socialismo na União Soviética. Ambos os autores eram filiados ao Partido Comunista Francês e formaram a partir do pós guerra uma seção do partido que ficou conhecida como tendência “Chaulieu-Montal” que agregava a camada intelectualizada do partido que abertamente combatia tanto as tendências tanto stalinistas quanto trotskistas. Buscavam não só fazer essa crítica, como

havia, de forma quase análoga ao grupo francês - a suposta precariedade da interpretação conceitual e doutrinária da obra de Marx feita pela recepção panfletária das sínteses da III Internacional socialista dominante na interpretação do Partido Comunista Brasileiro, já desconfiada pela maioria dos membros do grupo, que eram afastados de posições dentro da política¹⁹.

A proposta - de “*perspectiva prática*”, de divisão de tarefas e cristalização de uma técnica científica *avançada, não sacralizante, rotinizada e rigorosa* (salientada nas aulas por Florestan Fernandes) e a necessidade do domínio do padrão científico real do raciocínio através do “*materialismo histórico dialético*”, o método de análise de Marx, de forma de ver a *totalidade* dos processos e enxergar *as relações sociais de produção* e as *classes sociais* dentro do processo de desenvolvimento político econômico e social, - tentaria superar as técnicas de produção e leitura intelectual destacadas anteriormente no próprio pensamento sociológico de outras escolas.

Cardoso relata que devido a ênfase de formação que Florestan dava no funcionalismo, a obra de Mannheim, Durkheim e Weber, a obra e as *Idéias* de Marx eram delegadas a um segundo plano escolar que não se contemplava cientificamente dentro da Cadeira I. Ainda de acordo com Cardoso, a proposta do grupo era essencialmente a *leitura teórica e a verificação das possibilidades e limitações do pensamento marxiano* e a inclusão de autores que dialogavam com este, como Max Weber, J.M. Keynes e J. Schumpeter. Os membros usufruíam das diferentes perspectivas interpretativas que cada um dava, como vemos no relato a seguir:

... o seminário foi quase uma pós graduação. Qual era o seu sentido? Primeiro quem dava o tom acadêmico e de rigor era o Giannotti. Cada um lia uma língua diferente, ao mesmo tempo, para

entender as novas formas de conflito social no pós guerra, usando a interpretação marxista. Harry Cleaver nos diz que “*Socialisme ou Barbárie tinha dois porta vozes principais: neste caso, Cornelius Castoriadis, um economista grego, e Claude Lefort. O rompimento de Castoriadis com o trotskismo foi provocado pelas suas experiências na Grécia durante a Segunda Guerra Mundial quando começou a perceber que a análise trotskista do partido comunista era perigosamente inadequada. Compreendeu que o partido não tinha possibilidades de tornar-se “instável” se chegasse ao poder (o que os trotskistas da Grécia acreditavam), o que também não ocorreria com o Partido Comunista Russo, que saíra da guerra mais forte do que nunca. Como seus companheiros americanos, ele achava que a realidade do poder crescente da burocracia russa contrariava dogmaticamente a teoria de Trotski de um “Estado operário degenerado”. Lefort, que tinha a mesma convicção trouxe também para a crítica da ortodoxia trotskista a influência de seu antigo professor, o Filósofo Merleau-Ponty, e uma forte dose de fenomenologia existencialista. Junto com outros em seu grupo, eles realizaram não só uma análise detalhada da União Soviética (...) como também a inevitável crítica dos conceitos leninistas do partido e do socialismo.*” (Cleaver, 1984: 64)

¹⁹ Veremos mais detalhes sobre esse processo a seguir.

cotejar, mas não era por espírito de religião política, era um com sua especialidade: um era historiador, outro antropólogo, outro economista, outro sociólogo, outros tinham vivência política, outros tinham uma vocação literária ou filosófica. Era como se fosse um *college* inglês: havia a convivência intelectual e depois o jantar. A convivência nos tornou muito próximos e teve uma influência direta na elaboração das nossas teses de doutoramento, em todos nós, inclusive na do Giannotti. (Depoimento de Cardoso in Bastos *et al*, 2006: 76)

Sobre esse mesmo processo Cardoso (1988) esclarece que:

Este foi o corte: a temática mudou. Mudou graças aos estímulos da vida social e a revolução teórica que os estudos de Marx produziram em todo o grupo. Já nas nossas teses de doutoramento (a minha e a de Ianni sobre escravidão, a do Giannotti sobre a noção de trabalho no capitalismo) era visível a leitura de Marx. Assim, a partir do início da década de 60, passamos a influenciar tanto os estudantes da Maria Antônia quanto os dos cursos de ciências humanas em geral. O outro pólo de influência era o ISEB, que combatíamos intelectualmente, mas que na verdade, exercia muito maior influência doutrinária do que nós. Nosso “academicismo” tornava-nos difíceis, algo pedantes e isolados dos movimentos políticos.” (Cardoso, *idem*: 31)

O problema levantado pelo grupo (e assimilado por Cardoso) era como fazer uma base, do geral ao particular, de reflexão das ciências humanas, onde a ênfase era de como criar um método de separação de *Ciência* da *Ideologia*, tendo em vista a promover trabalhos onde sua utilidade seria realmente o próprio “*fundamento científico*”, este visto como fundamento e “*vetor de transformação*” para um projeto de ciência sociológica para o desenvolvimento. Esse era um trabalho também que já vinha sendo trabalhado por Florestan, tendo em vista depois suas afirmações no livro *A sociologia numa era de revolução social* que seria lançado em 1963. O grupo assim expõe qual é a sentido proposto para a função social do intelectual. O “núcleo duro” do seminário era composto por *José Arthur Giannotti, Fernando Novais, Paul Singer, Octavio Ianni, Ruth Cardoso e F.H. Cardoso*, a época professores assistentes e os alunos *Roberto Schwarz, Bento Prado Jr, Ruy Fausto, Francisco Weffort, Michel Löwy, Gabriel Bolaffi, Sebastião Advíncula, Juarez Brandão Lopez e Leôncio Martins Rodrigues*. (Giannotti, 1998; Schwarz, 1998; Lahuerta, 1999; Sorj, 2001; Romão, 2003; Bastos *et al*, 2006). Participante do seminário, Roberto Schwarz nos diz que:

Em suma, a leitura dos textos e a explicação da sociedade se tecnicavam, de modo ora despropositado, ora esclarecedor, mas

sempre aumentando o desnível com os não-especialistas. Era a vez dos universitários que chegava. (Schwarz, 1998: 104)

Era a primeira tentativa de independência intelectual dos alunos, e dos assistentes Ianni e Cardoso, do mestre Florestan. Pelos relatos colhidos em ampla bibliografia, nem os alunos convidaram Florestan para participar das discussões nem Florestan demonstrava gostar ou ter interesse em participar no trabalho desenvolvido pelo grupo.

Pulici (2007) coloca que mesmo assim de forma distinta a da Cadeira de Sociologia II, a Sociologia I traçava os itinerários de pesquisa de cada um dos que ali passaram, formando linhas de pesquisa, contendo a variedade e focalizando e determinando os estudos, não abrindo espaço para as preferências individuais dos alunos. Quer dizer, não necessariamente era vontade pessoal dos alunos “responder a história” e os dilemas sociais contemporâneos, ou “de seu tempo”. No caso da Cadeira I isso era condição para aluno fazer parte da equipe. Isso é comprovado pela autora ao colher verificar a trajetória de notórios intelectuais que passaram pela Cadeira I, como José de Souza Martins que problematizou a convivência entre “tradição e modernidade” na figura do Conde Matarazzo, ou Claudio Vouga que dizia se interessar por literatura mas foi para a Sociologia do Trabalho, bem como a dissertação de mestrado de “*A política do petróleo no Brasil (1930-1954)*” de Gabriel Cohn”, estudos que seguiam os projetos já estabelecidos pela Cadeira I²⁰.

O tom metodológico mais pragmático, ou seja cada vez mais afastado do funcionalismo a que se dedicava, não era aceito facilmente por Florestan. Cardoso expõe que:

O seminário significava nossa emancipação intelectual. Também por isso Florestan tinha uma implicância com o tal seminário. Uma vez, ele nos disse: “Vocês estão voltando ao ensaísmo, com Lukács, Sartre. Isso é um retrocesso” que ele não aceitava, pois constituiria um perigo para o desenvolvimento da Sociologia como ciência empírica. Assim, a versão do prefácio (...) que está publicada no livro, não foi a versão original. Eu amenizei as críticas ao funcionalismo que Florestan considerou inaceitáveis. Achou que eram críticas a ele. (Bastos *et al*, 2006: 76)

²⁰ Para mais detalhes Martins, J. “*Conde Matarazzo, o empresário e a empresa*, São Paulo, Editora Hucitec, 1976 e Cohn, G. *Petróleo e Nacionalismo*, São Paulo, Difel, 1968

Em 1960 Cardoso conclui sua tese de doutorado, *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, que era oriunda ainda um desenrolar das pesquisas históricas da sociedade brasileira “tradicional” de base patrimonial e escravocrata e capitalista, já com uma aproximação com as leituras metodológicas do materialismo histórico dialético. (Lahuerta, 1999; Prando 2009; Schwarz, 1998; Sorj, 2001; Bastos et al, 2006)

1.4 O CESIT

Ainda nesse ano, abarcado no projeto “*Economia e Sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento*” idealizado por Florestan Fernandes na Cadeira I e na criação e atuação do CESIT (Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho), Cardoso chega a posição de diretor de pesquisas do Centro. Coordena os primeiros estudos sobre o desenvolvimento do empresariado brasileiro, em um contexto acadêmico peculiar como veremos a seguir. Com o desenrolar destas pesquisas formulou sua tese de livre docência “*Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, a verdadeira “caixa de pandora” do diagnóstico da situação da burguesia brasileira na modernização brasileira, contida à obra de Cardoso.

É possível imaginar que o foco do debate da questão do processo de desenvolvimento econômico, político e social no Brasil, em seu sentido *lato sensu*, foram tácitas dentro da imensa maioria das reflexões dos autores “intérpretes” do pensamento político e social, principalmente após o contexto de modernização nacional iniciado a partir da década de 1930.

Também em tal sentido pode se pensar que a preocupação inicial do *pensamento social brasileiro* era o enfoque, visto como ensaísta, sobre a relação temática *Cultura – Povo – Nação*.

Em uma segunda fase, permeada pela influência das obras do PCB/CEPAL/ISEB, pelas contribuições de Roberto Simonsen e do *Manifesto dos Periféricos* de Raul Prebisch e posteriormente na década de 1950 o ISEB, expõem um novo estilo de pensamento, já voltado para o problema do desenvolvimento, observando-se nos estudos uma resignificação temática, agora pensada como a relação entre *Economia - Povo - Nação* e uma terceira fase, procedente das reflexões dos trabalhos em volta do CESIT e da Cadeira de sociologia I que vão formar a gênese do que em seguida será a principal contribuição de Cardoso, a reintrodução da Política

enquanto “elemento” ou “variável” central nas idéias sobre Desenvolvimento, interagindo então *Cultura – Economia – Política - Povo e Nação*.

Apresentando a amplitude desse processo de transformação histórica das questões intelectuais dentro da modernização brasileira, Tatiana Gomes Martins coloca que:

O universo de discussões no qual as ciências sociais e a Sociologia se inserem no debate sobre o desenvolvimento brasileiro na segunda metade dos anos 1950 e no início da década de 1960 é marcado, portanto, pelas noções de *mudança social, atraso/moderno, desenvolvimento social, planejamento social, reforma social, crise, revolução social, imperialismo, nação, alienação, transplantação*. Por meio delas, as ciências sociais procuraram enfrentar os problemas fundamentais da sociedade brasileira do período [...] Ao mesmo tempo, esses temas se associavam, de forma particular, ao alargamento dos processos de industrialização e de urbanização, à emergência e ao fortalecimento de novos atores sociais e das tensões correspondentes, à ampliação do papel do Estado, ao efeito demonstração, ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, dentre outros fatores que caracterizavam as profundas transformações da realidade brasileira dos anos 1950 e 1960. Com isso, criam-se as bases de uma Sociologia do Desenvolvimento em plena associação com os dilemas da sociedade brasileira de meados do século (Martins. 2002 12)

Um estudo que destaca e faz a reconstituição histórica do Centro de Estudos de Sociologia Industrial e do Trabalho é “ *A experiência do CESIT: Sociologia e política acadêmica nos anos 1960*”. Para Romão (2003), a *Instituição*, criada em 1961 é o ponto de transição nas pesquisas do grupo da cadeira I de Sociologia²¹. O centro tem importante papel para a formação de inúmeros intelectuais e irá durar até 1969, entretanto aqui nos interessa destacar a participação de Fernando Henrique Cardoso dentro do Centro.

De 1954 em diante, Florestan Fernandes muda o foco de seus estudos para a investigação do processo de desenvolvimento brasileiro, apesar de seus estudos sobre a questão racial não se encerrarem por aí. De acordo com Romão (Idem) e a cronologia

²¹ Para fins de esclarecimento A idéia de formação de centros de pesquisa não era nova dentro da USP. Como demonstra Ferreira (2001) Florestan Fernandes bem como Antônio Candido já haviam sido convidados por Anísio Teixeira para dirigir o *Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo*, que estava vinculado ao uma idéia maior o *Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais*, vinculado por sua vez ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). (Idem: 04) Ambos recusaram mas participariam ativamente do Conselho de Administração desse centro, dirigido do começo ao fim por Fernando de Azevedo, de 1956-1961.

dos textos, tanto de Cardoso quanto de Ianni, demonstram para nós que estudos a respeito da industrialização e do nacionalismo se iniciam já em 1957 dentro da *Revista Brasiliense*, marcando uma polemica inicial e uma posição conflitante dentro dos debates e contraditória com os futuros textos e estudos desenvolvidos no CESIT, demarcando inicialmente uma apologia ao nacionalismo, ao anti-imperialismo e uma consciência que agregava idéias e esforços contra o latifúndio. (Idem: 98) Assim:

A apologia do nacionalismo aparece também na defesa de intervenção estatal para o desenvolvimento econômico, que deverá resultar em uma “distribuição mais equitativa” da “da renda nacional”. O autor reconhece no nacionalismo a ideologia deste novo modelo de crescimento econômico. Ressalta-se aqui dois elementos importantes : por um lado, o engajamento de Cardoso na causa do desenvolvimento, próximo das teses comunistas, Aparece aqui o publicista, que defende a ideologia nacionalista como “galvanizadora” da união entre burguesia, as massas trabalhadoras, as classes médias e os intelectuais. Por outro lado, este texto demonstra certa imaturidade do sociólogo no tratamento de questões políticas de fundo. Em verdade, aqui pouco se vê do cientista social que emite opiniões políticas baseado em análises sociológicas, posição que caracteriza a postura intelectual dos membros da Sociologia I. (Idem: 99)

O fato acima demarca que as teses principais e maduras sobre o empresariado que serão desenvolvidas plenamente no interregno de 1957 até 1964, com a tese de livre docência são permeadas pelos profundos estudos desenvolvidos dentro do CESIT, destacando assim, como veremos, profundas transformações que são devidas as atividades do centro, o que marca a importância e influencia dessa *Instituição* dentro da formação de *Idéias* e a articulação de interesses dentro do *Processo histórico*, a modernização capitalista em curso.

Ainda para Romão (ibidem), essa aproximação sugere uma maior aproximação do grupo de Florestan com o debate acadêmico, nacional, latino-americano e internacional, que por sua vez se concentrava na questão do desenvolvimento e demarca de vez dentro da Faculdade de Filosofia, dando condições iniciais de *legitimidade* para a ampliação do quadro de pesquisadores. Em depoimento que destaca a radicalização científica de Florestan a época, diz se que:

A transplantação de técnicas do pensamento e ação” originárias dos “países adiantados” deveria ser realizada de acordo com as peculiaridades sócio-culturais de cada país, sob a pena de, em um processo de transformação de conseqüências imprevistas, até promover-se a multiplicação de problemas sociais. (Idem: 08)

Como nos demonstra Romão, todavia, a constituição do CESIT será um processo conturbado de negociação dentro da *política acadêmica* com os próprios dirigentes da USP, bem como a polemica sobre a ajuda da CNI e o próprio momento de criação da FAPESP, bem como financiamento da mesma do projeto *Economia e Sociedade*, envolvendo e destacando as importantes atuações de Cardoso no conselho universitário da instituição e nas relações com políticos e empresários paulistas.

Castro (2007) apresenta que o CESIT tem sua organização interna constituída de forma hierárquica, no topo da hierarquia estão Florestan Fernandes, chefe da Cadeira I e seus dois professores assistentes, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni.

São seguidos pelos “novos” assistentes de pesquisa, que vão participar diretamente da pesquisa de campo e coleção de dados da pesquisa, dentre eles estão Marialice Mencarini Foracchi e Luiz Pereira e os pesquisadores contratados Celso de Ruy Bieseguel, Leôncio Martins Rodrigues, Gabriel Bolaffi, José Carlos Pereira e Lourdes Sola. Cabe destacar novamente que seria interessante pensar pela perspectiva de que o CESIT é a exposição clara do sentido Mannheimiano do pensamento de Florestan que Cardoso possivelmente herda quase que por completo o que faz então que a autora nos chamar atenção que:

O papel de Florestan na defesa de uma sociologia aplicada, comprometida com a elaboração de programas práticos de transformação da realidade social, mais uma vez, será decisivo. Em realidade essa preocupação crescente nos meios políticos e acadêmicos, articulava-se com as idéias de “planejamento” e de uma intervenção técnico-científica na sociedade. E, a partir dessa compreensão podemos perceber uma particular aproximação entre Florestan Fernandes e Karl Mannheim: ambos concebem as mudanças objetivadas pela intervenção racionalmente orientada no sentido da reforma social e não da revolução [...] A partir da concepção mannheimiana de que os cientistas sociais precisam alargar a sua noção de teoria, no sentido de estendê-la à investigação dos processos deliberados de intervenção na realidade. Fernandes passa a indicar a necessidade de participação ativa dos sociólogos na “conversão dos conhecimentos sociólogos em forças sociais”. (Idem: 94-99)

São estabelecidos no CESIT dois projetos iniciais que dão destaque ao fenômeno da industrialização na cidade de São Paulo, e posteriormente de forma mais ampla, no Brasil. Primeiramente o estudo “*A empresa industrial em São Paulo*”²², seguido de, “*Economia e sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento*”.

²² O projeto sobre a empresa industrial em São Paulo foi organizado com o intuito de realizar cinco monografias, cada uma deveria ficar a cargo dos seguintes pesquisadores responsáveis: Leoncio Martins Rodrigues (“*Manifestações e funções do conflito industrial em São Paulo*”), José Carlos Pereira

No primeiro projeto, o procedimento de pesquisa se restringe a analisar, através de método survey, ou seja, levantamento estatístico-quantitativo, a situação das empresas industriais localizadas em São Paulo, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano, Guarulhos; bem como qualitativo da estrutura e tipo das empresas industriais que nessa região se encontravam. Esse estudo era pioneiro, pois dava um panorama preciso sobre o tipo de estrutura econômica existente no ponto econômico e social mais moderno do Brasil. Já no segundo projeto, o estudo se amplia para as principais regiões industriais brasileiras, como Belo Horizonte, Blumenau, Recife e Salvador, dando manutenção aos dados colhidos nas pesquisas do projeto anterior, que contemplavam as cidades da grande São Paulo, tendo em vista, agora, novos aspectos, como a *mentalidade do empresário industrial* (racionalidade e consciência), a *intervenção constitutiva do Estado* (criação, fomento e condicionamento de políticas de aceleração industrial) e *mobilização de força de trabalho*, tendo em vista organização da produção, (racionalização do trabalho, transição tecnológica e de métodos de trabalho do tradicional para o moderno, fatores de distorção sociais e demográficos), e, por ultimo, *fatores societários residuais do crescimento econômico*, ou seja, as conseqüências do desenvolvimento. Os estudos foram separados entre a equipe de assistentes de Florestan, a parte da mentalidade do empresário industrial coube aos estudos de Fernando Henrique Cardoso.

Para Romão (Idem), é perceptível a suposição inicial que os projetos buscaram enfrentar a questão do Estado de duas maneiras, primeiro, a necessidade de criticar o transplante de instituições políticas, sem nenhum critério particular, dentro da realidade brasileira. Sobre o mesmo processo, Prando (2009) dá o mesmo destaque:

(...)o projeto *Economia e sociedade* partia do pressuposto de que, sob a égide de um capitalismo dependente, as classes e grupos sociais possuíam fortes limitações históricas, um verdadeiro constrangimento social que bloqueava a realização das promessas oriundas do desenvolvimento capitalista. A história não rumaria para uma efetiva constituição do desenvolvimento das forças produtivas e

(“Estrutura e expansão da indústria em São Paulo”), Lourdes Sola (“Racionalização na indústria paulista”), Cláudio José Torres Vouga (“Direção das empresas industriais em São Paulo”) e Gabriel Bolaffi (“A racionalização da empresa privada ou a racionalização do sistema econômico: o falso dilema em que se debate a civilização industrial no Brasil”), os quais contaram com a cooperação dos seguintes auxiliares de pesquisa na coleta e análise dos seguintes dados: Albertina Boal, Cacilda Maria Ascutti de Sabóia Fiuza, Gabriel Cohn, José Rodrigues Barbosa, Linda Ganej, Maria Conceição D’Incao, Maria Marcia Martins Smith, Vera Lúcia Brizola, Vera Mariza Henrique de Miranda e Zilah Branco Weffort. 104

de um regime de liberdades democráticas. Ou seja, no Brasil, o capitalismo foi incapaz de cumprir suas promessas, pois o desenvolvimento econômico não foi acompanhado pelo desenvolvimento social e político. (Idem: 29)

Neste aspecto, a idéia dos projetos se constituiu em torno das tese de que a centralidade motora da questão do desenvolvimento e da modernização está nas ações de planejamento econômico do Estado brasileiro, ou seja, no campo da Política, e na idéia de “atraso cultural”, bastante trabalhada e problematizada por Florestan Fernandes neste período, formando então duas grandes hipóteses. Outra parte destacada por Romão (2003) é o fato do CESIT marcar a “entrada uspiana na política”, tendo um projeto sistematizado, calcado na racionalidade científica da investigação social da realidade, em contraposição ao dogmatismo e intervencionismo social tanto por parte do ISEB quanto do PCB. Florestan e Fernando Henrique Cardoso respondem a essas teses ditas “equivocadas” com a própria história, tratando de investigar o fenômeno da industrialização e da urbanização acelerada, bem como crescimento e concentração demográfica nas cidades e a interação disto tudo com a política, dialogando com seus pares intelectuais, considerando a necessidade de interlocução principalmente com aqueles dos quais a análise conceitual e empírica está repleta de juízos de valor que possivelmente possam ser equivocados para a intervenção na realidade. Ainda de acordo com Romão, Florestan preocupa-se neste momento em estabelecer a interlocução entre sociologia e ação política, buscando nas palavras do próprio Florestan, uma *sociologia aplicada*. Para isso, melhorar a análise científica do processo de desenvolvimento traria novos caminhos políticos para os rumos do desenvolvimento nacional. Ai então:

O sociólogo é agente racionalizante deste necessário ajuste entre as esferas descompassadas da sociedade. É como se o intelectual pertencesse a uma esfera cultural já mais desenvolvida que outras. Assim, ao compreender os rumos necessários da mudança social, age para que outras esferas da sociedade possam alcançar aquelas mais “evoluídas”[...] No projeto, os sociólogos aparecem como atores sociais que possuem capacidade de identificar as melhores opções políticas para a melhoria da condição geral de vida – que no Brasil do início dos anos 1960 se traduziria na idéia de desenvolvimento (Idem: 97-109)

Não é a toa que dentro da própria Cadeira I, era característico da parte de Florestan incentivar a competição dos quadros de assistentes, tanto em produção bibliográfica, quanto em idéias de pesquisa, posicionamento interno dentro da própria

Faculdade de Filosofia e da USP como um todo, ainda que em um regime interno hierarquizado como o da Cátedra. Fernando Henrique Cardoso também acaba se destacando internamente na universidade, assumindo uma posição no Conselho Universitário da Universidade de São Paulo, em manobra política bem conduzida por membros pela Faculdades de Filosofia, da de Economia e de Medicina, contra a posição de domínio por membros conservador em sua maioria oriundos da Faculdade de Direito do Largo São Francisco. (Arruda, 2001; Romão 2003).

O que estamos querendo destacar aqui com a exposição histórica vista nas páginas anteriores deste trabalho, enquanto hipótese, é de que *idéias* e *instituições* se entrelaçam constantemente, afinando e constituindo, através do *processo histórico*, os dois pólos constitutivos da formação intelectual de Cardoso. Coloca-se aqui, a título de hipótese, que o “*choque*” da obra de Cardoso é a constante construção crítica do autor (grande herança de Florestan) ao pouco cientificismo e empiricismo das teses dos chamados “*interpretes do Brasil*”, bem como dos trabalhos “nacionalistas” do ISEB²³, as interpretações equivocadas da obra de Marx dentro do programa e estratégia política do PCB, os problemas carregados na análise funcionalista do próprio mestre Florestan, bem como, quando veremos mais a frente neste trabalho, os cepalinos e os Teóricos da dependência.

Já o “*movimento*” das obras se dá na verdade na superação destas teorias por interpretações que visem esclarecer melhor a questão do desenvolvimento, descrevendo e dissertando sobre, conforme a *realidade* histórica, tendo em vista, futuramente seu uso pela ação política, como visto na concepção de sociologia aplicada, sendo o objetivo final buscado de transformar o “sociólogo” no agente racionalizante do processo. Não menos que em muitos outros autores, em sua obra, além da preocupação com os “interpretes”, Cardoso dialogou diretamente do seio de órgãos acadêmicos de suma importância, inclusive mecanismos internacionais multilaterais como a CEPAL, além da academia francesa e americana.

²³ Jackson (2007) lembra que o ISEB era uma das fontes de crítica dos membros da Cadeira I, principalmente Florestan Fernandes, enfatizando o tom em cima do suposto “viés ideológico” dos trabalhos dos membros da instituição, A Polêmica Florestan X Guerreiro Ramos permeou o debate intelectual do final da década de 1950 também nos debates dos congressos a época. Colocaram-se frente a frente projetos acadêmicos de intervenção, através da sociologia, do processo de modernização em curso no Brasil. Jackson coloca ainda que o Rio de Janeiro sai na frente em âmbito internacional e se coloca a frente no movimento que estruturou internacionalmente o ensino em pesquisa em Ciências Sociais que resultaram na FLACSO (Faculdade Latino Latino-Americana de Ciências Sociais), com sede em Santiago do Chile, e na CLAPCS (Centro Latino-Americano de Ciências Sociais), sediado no Rio de Janeiro.

1.5 A influência da CEPAL e o diálogo com o PCB, Caio Prado Jr., André Gunder Frank, Theotonio dos Santos e Rui Mauro Marini

Nesta parte pretendemos apresentar as prováveis influências nas idéias de Cardoso exercidas pela CEPAL e o diálogo que teve em parte com o campo da esquerda intelectual e política no Brasil. Antes, seria importante destacar que a construção e institucionalização, na América Latina, da Sociologia enquanto disciplina de investigação social é um processo que remonta o final do século XIX (Blanco: 2005)²⁴. Não é nosso objetivo percorrer todo esse processo, cabe aqui destacar apenas que junto com a evolução teórica da disciplina, observou-se uma evolução temática e institucional que perpassou grande parte das instituições de ensino, também multiplicadas durante esse processo, como o caso do desenvolvimento, industrialização e edificação de uma estrutura rural e urbana moderna como foi o caso da CEPAL. Cabe também destacar que tal evolução não atingiu diretamente o seio político de “esquerda” no Brasil, visto a inércia do Partido Comunista Brasileiro diversificar o conteúdo de suas investigações e explicações de seu conteúdo programático. Alguns autores nos apresentam fatos importantes desse e de outros processos que possivelmente passaram pela vida intelectual de Cardoso.

Romão (2003) afirma que além da CEPAL, existe a influencia dos sociólogos franceses da sociologia do trabalho desenvolvida dentro do *Laboratoire de Sociologie Industrielle*, tal como Georges Friedmann e Alain Touraine. O próprio Cardoso teria viajado com a finalidade de treinamento em pesquisa pois foi lá para cursar disciplinas de metodologia quantitativa e qualitativa e estagiar no laboratório. Entretanto, não observamos grande diálogo com sociólogos nem com teorias econômicas ou sociológicas francesas se comparadas a cepalina, o que nos faz crer inicialmente que a obra de Fernando Henrique Cardoso se concentra na questão do desenvolvimento latino-americano e suas características peculiares. Possivelmente Cardoso levou muitas lições do estágio na França no início da década de 1960. Mas, não há como não notar uma influência cepalina direta dentro das duas obras de Cardoso aqui avaliadas. Dado a

²⁴ Esse autor apresenta o quão tortuoso foi o processo de institucionalização da sociologia enquanto disciplina na América Latina. Destaca também os problemas sociais comuns que os sociólogos atuantes na América Latina discutidos no primeiro congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia ocorrido em 1951 onde foram debatidos temas como Industrialização, Classes sociais, estratificação, problema indígena, estrutura rural e urbana, partidos e sistemas políticos, desenvolvimento econômico e suas conseqüências entre outros mais ou menos inter-relacionados, sempre levantando a necessidade de constituição da disciplina enquanto ciência empírica. (Blanco: 2005)

centralidade do pensamento da CEPAL dentro dos estudos de desenvolvimento latino-americano, seria fundamental para Cardoso não apenas voltar o diálogo de *Idéias* com os principais estudiosos da instituição, formando um papel de leitor e crítico da teoria do desenvolvimento propagada através dessa instituição. Seria fundamental avaliar a influência dos sociólogos Gino Germani e José María Echevarría²⁵ em dotar os estudos do desenvolvimento de “capacidade sociológica”. Mas, dada as limitações deste trabalho, pegaremos enquanto influência apenas o principal autor (o economista Raul Prebisch), a sua principal tese (*deterioro de los términos de intercambio*) e um período (década de 1950). Renato Colistete diz a nós que:

A influência da CEPAL no Brasil tem sido reconhecida como provavelmente a mais significativa entre os países da América Latina durante o pós-Segunda Guerra Mundial. Embora em graus variados e muitas vezes de maneira difusa, essa influência ocorreu tanto entre intelectuais e *policy-makers* como entre o empresariado industrial (Idem, 2001: 27)

Ampla parcela da literatura coloca o final da segunda guerra mundial como marco histórico inaugural para a formação das teorias do desenvolvimento e modernização dos países periféricos. Convém, entretanto, concordar com o recuo de Cepêda (1998) que essa problemática teórica está presente nas primeiras obras de Ragnar Nurske e Gunnar Myrdal na década de 1930, todavia, de acordo com a autora, será realmente no pós segunda guerra e o advento da “guerra fria”, que os movimentos intelectuais irão fazer convergência em cima do problema do atraso econômico e social das sociedades latino-americanas.

Vera Cepêda coloca ainda que dentro do contexto histórico contemporâneo a criação desta instituição que:

Podemos atribuir o zelo em discutir o problema das nações subdesenvolvidas ao potencial e perigoso solo para expansão da

²⁵ Ambos os sociólogos tiveram papel importante de constituição da sociologia enquanto disciplina empírica. Gino Germani (1911-1977) foi um importante sociólogo italiano radicado na Argentina devido a perseguição política do Fascismo. Constituiu carreira no país, onde foi perseguido também pelo Peronismo e expulso da Universidade de Buenos Aires. Voltou em 1955, levantando a questão de construção e institucionalização enquanto ciência empírica dentro do Instituto de Sociologia, elevando depois seu status para Departamento de Sociologia. Foi um dos principais articuladores de rede social de intelectuais latino-americanos que se voltaram para a pesquisa e o ensino referente aos problemas oriundos do desenvolvimento e modernização no contexto latino-americano, se envolvendo principalmente em problemas de metodologia das ciências sociais, teoria funcionalista, classes sociais e populismo, bem como o autoritarismo e fascismo. “Dom” José Medina Echevarría

ideologia comunista. A Doutrina Truman apontava que a incapacidade de satisfação das necessidades dos indivíduos tornava-os presa fácil de promessas “ainda que falsas” que levem a um caminho melhor. A pobreza assustava a estabilidade do sistema. Segundo dados da década de 50, aproximadamente 50% da população mundial, ou 1 bilhão e 300 milhões de habitantes dos países subdesenvolvidos recebem 85 milhões de dólares por ano. Isto significa pouco mais de 8% da renda mundial. (Idem: 153)

Wagner (2005) elucida que no período do pós-guerra, as Ciências Sociais entram em um estágio de debate teórico radical que tem como ponto central *o problema do desenvolvimento*. Em tempo contemporâneo ao de descolonização nos países Africanos e Asiáticos, se vivia um momento de grande transformação estrutural das economias nacionais latinas, não só pela liberação nacional e pelas diversas revoluções nacionais da primeira metade do século XX, mas pela evidente destruição e desorganização das economias industriais européias. O autor torna inteligível que:

Os principais problemas levantados giravam em torno da seguinte meta-questão: como explicar (ou justificar), naquele cenário, a existência de países com grau de desenvolvimento tão desigual, ou seja: desenvolvidos e subdesenvolvidos – segundo a classificação binária então dominante. (Idem: 19)

Deste modo, a Organização das Nações Unidas (ONU), criou em 1947 duas comissões econômicas – Comissão Econômica para a Europa e Comissão Econômica para a Ásia e Extremo Oriente. No mesmo ano, surgiu na mesma instituição um grupo de trabalho dentro de seu Conselho Econômico e Social para fazer um mapeamento inicial do estágio em que se encontrava o desenvolvimento econômico na América Latina. Para tal empreitada, foram contratados o serviços de consultoria do economista e primeiro presidente do *Banco Central de la República Argentina*, Raúl Prebisch. O que era então um grupo de trabalho torna-se em 1948 na *Comissão Econômica para a América Latina e Caribe* (CEPAL), e terá sua sede em Santiago, no Chile, virando a cidade de maior referência para os intelectuais do desenvolvimento até a década de 1970. Sob liderança de Raúl Prebisch, serão contratados diversos pesquisadores latino-americanos comprometidos com os estudos do problema do desenvolvimento econômico.

Atribui-se o sucesso inicial da CEPAL à figura de Prebisch, que forneceu a base teórica para os primeiros documentos da entidade. (...)

Prebisch encontrou na CEPAL uma estrutura institucional que poderia lhe fornecer levantamentos continentais, proporcionando dados para lapidar, comprovar e generalizar suas teses a respeito da relação Centro-Periferia, que já vinha trabalhando há algum tempo(...) Eram momentos em que não havia consenso a respeito do modo com que se propõe o desenvolvimento de regiões atrasadas. O relatório da ONU que serviu de base para o primeiro documento oficial da CEPAL já chamava a atenção para as quedas de preço dos produtos primários no comércio internacional. (Vitagliano, 2005:54)

Em 1951 a CEPAL se torna órgão permanente da ONU e assessora de políticas públicas para a região . O maior destaque do pensamento econômico de Prebisch neste espaço histórico é o lançamento do texto *Estudio Economico de América Latina* de 1949 que ficou conhecido na literatura como *Manifesto Prebisch* ou *Manifesto dos periféricos*, depois sistematizado em texto no ano de 1950 como “*El desarrollo económico de la America Latina y algunos de sus principales problemas*”. Este documento será a vanguarda teórica, o ponto de partida dos estudos de todos os cepalinos, bem como das políticas desenvolvimentistas que serão implementadas no processo de industrialização latino-americano nas décadas posteriores, inclusive por *policy makers* no Brasil (Cepêda, 1998: 155).

Tanto esta última autora aqui citada, quanto Wagner (2005) colocam *ab initio* que o argumento central das teses cepalinas, contido no texto supracitado de Prebisch, é de que existem discrepâncias latentes de progresso técnico²⁶ e por sua vez divisão social do trabalho que refletia no crescimento das economias (industriais) dos “*países centrais*” quando comparadas com a dos “*países periféricos*” (agrícolas/primário-exportadoras), indo de encontro e questionando então as teorias liberais do comércio internacional. Wagner apresenta que:

Nessa época, encontrava-se em voga a idéia de que a solução dos problemas para os países empobrecidos estava na aplicação da teoria clássica do comércio internacional, conhecida como a *Teoria das Vantagens Comparativas*. Tal teoria traduzia a idéia de que cada país deveria se especializar na produção de mercadorias em que tivesse maiores vantagens relativas. Quanto maior a vantagem, menor seria o custo da mercadoria. Vantagem que poderia ser natural ou adquirida. No primeiro caso levasse em consideração aspectos como clima, solo, relevo, etc. No segundo a vantagem provém da especialização em determinada linha de produção, à qual permitia que a força de trabalho

²⁶ Goldenstein (1994) coloca que: “Introduzindo pela primeira vez os conceitos de *centro e periferia*, Prebisch os define a partir da noção de desenvolvimento econômico, vinculada ao progresso técnico. Do centro fariam parte as economias nas quais não só as técnicas capitalistas de produção penetraram primeiro como se difundiram homoganeamente para todos os setores produtivos, e da periferia, as economias que ainda usavam técnicas atrasadas de produção.” (Idem: 26)

de um determinado país adquirisse o domínio da técnica obtendo, em função disso, custos mais baixos em relação àqueles países aonde isso não acontecia.[...] Assim sendo, se o comércio internacional não fosse obstaculizado por influências governamentais, o mercado, através da competição mundial, faria com que cada país se especializasse nas linhas de produção em que tivessem mais vantagens comparativas. Disso resultaria que todas as mercadorias seriam obtidas pelo seu valor mais baixo. O que traria, então, compensações para todos. Para as linhas de produção em que um país se especializasse haveria uma demanda externa ampla o suficiente para que este pudesse adquirir em troca todas aquelas mercadorias de que fizesse necessidade. (Idem: 20)

Vitagliano (2005) diz que seria importante destacar que apesar da desmistificação do virtuosismo do *laissez faire*, o significado da crítica da CEPAL não visava o fechamento das fronteiras comerciais para a entrada a entrada de mercadorias industriais, mas sim a constituição de uma nova estratégia comercial que tivesse como pressuposto o desequilíbrio entre o tipo de produção entre países centrais e países periféricos. Não seria real então supor que o pensamento cepalino deste primeiro momento resultasse em um concepção ideológica nacionalista. Ainda o autor nos diz que apesar de projetos nacionalistas permeassem alguns futuros autores da instituição este não era o cerne da questão, e sim, o estudo de formas de desenvolvimento nacionais que tivessem enquanto meta a inserção dos países latino-americanos no comércio mundial e que buscasse formas equilibradas de constituição do desenvolvimento econômico para trazer melhorias da qualidade de vida dos habitantes da América Latina. Neste momento então:

O Estado ganhava, a partir dessa interpretação, duas funções: primeiro de promover políticas anticíclicas; e, segundo, planejar e dirigir a industrialização. Assim, havia uma constelação de elementos para provocar o desenvolvimento econômico da América Latina, já que se diagnosticou que a distribuição do progresso técnico era restrita aos países que tinham acesso diferenciado ao mercado, ou seja, contavam com um sistema industrial desenvolvido. (...)A *industrialização não é um fim*, mas o *único meio* para se levar padrão de vida às massas, ou seja, modernização das estruturas econômicas latino-americanas (...)já se supunha (pode ser que não de modo declarado e conscientemente), que a industrialização não resolveria todos os problemas, mas era o meio por excelência para começar a tratá-los. Para levar à modernização seria preciso uma industrialização que acompanhasse e agregasse o progresso técnico internacional. Por isso, ao contrário do que muitos interpretam sobre as teorias da CEPAL, alegando que eram demasiadamente protecionistas e que inibiam o comércio internacional, apresenta-se aqui uma visão um tanto quanto diferente: protecionismo, para os primeiros anos da CEPAL, era uma estratégia de inserção para os países latino-americanos no comércio internacional, de modo que

eles pudessem aproveitar com mais eficiência dos frutos do avanço técnico e do intercâmbio mercantil. (Vitagliano, 2004: 60-61)

Apesar da pertinência dos textos citados acima para esclarecer a questão do surgimento da CEPAL, o texto de Cardoso chamado de “*A originalidade da cópia*” de 1977, contido em seu livro “*As idéias e seu lugar: ensaios sobre a teoria do desenvolvimento*” é bem esclarecedor e uma fonte muito válida que encontramos, apesar da obra transcender o recorte da nossa dissertação, para elucidar historicamente a base teórica e crítica da qual Cardoso se fundamentará perante tanto a teoria do (sub)desenvolvimento econômico, quanto a teoria da dependência .

Cardoso então coloca, com tom crítico, que a questão do desenvolvimento na América Latina, tendo a CEPAL como organismo central da discussão e debates que crescia exponencialmente no período, gerou enquanto conseqüências, criação de idéias teóricas e práticas “*espetaculares*” através de uma ampla gama de autores, porém, é acompanhada também pela repetição de “*velhas idéias*”, “*mistificações*”, “*imitação de modas culturais*” e “*persistência dos problemas crônicos de miséria, desemprego e violência*”.

Para o autor então, a CEPAL “*canalizou e difundiu um conjunto de teses a respeito das causas, condições e obstáculos ao desenvolvimento, tornando-se uma espécie de marca registrada do pensamento econômico latino-americano.*” Assim, os textos da CEPAL renovaram ao trazerem a combinação metodológica entre análise econômica e análise política-sociológica, e de idéias sobre o desenvolvimento.

A título de exemplo, caracterizaram que dentro de um estágio de *capitalismo oligopólico e não concorrencial*, os trabalhadores dos países *centrais*, tendo forte capacidade de ação política dentro das relações da “*luta de classes*” geravam “*transferência de ganhos de produtividade*” o que afetava diretamente a capacidade de acumulação de capital, tanto por parte da incipiente burguesia, quanto dos trabalhadores dos países *periféricos*.

Quebraram teoricamente então o que Cardoso chama de “*a mola fundamental*” da justificativa ideológica do livre-comércio.” Assim, Cardoso coloca que:

[...]como os trabalhadores dos países subdesenvolvidos, especialmente os do campo, não tem condições para defender os salários, e como a produção agroexportadora faz-se, em geral, a partir de patamares tecnológicos baixos, dá-se ao mesmo tempo a

possibilidade de que os produtos industrializados sejam trocados por produtos agrário-exportadores em condições de existência de um “*deterioro de los términos de intercambio*”, sem que sejam afetados os ganhos dos produtores locais. (Cardoso, 1980: 08)

Quais são os efeitos que esses fatores demonstram para o desenvolvimento econômico das nações periféricas? A perpetuação de sua condição de subdesenvolvimento, pois estrutura um jogo político e econômico que impede as nações da periferia de se industrializarem. Cardoso coloca que a deterioração crescente dos termos de troca, conceito que desmonta a lei das vantagens comparativas de Ricardo, é a prova de que:

(...) a taxa de crescimento da produtividade na produção manufatureira é mais alta que na produção de bens agrícolas; o aumento da produtividade deveria trasladar-se aos preços dos produtos industriais, através do menor valor incorporado a cada unidade produzida; entretanto, como nos países industrializados existe pressão sindical para manter o nível dos salários e a produção industrial organiza-se de tal forma que os oligopólios defendem a taxa de lucro, os preços não declinam proporcionalmente ao aumento de produtividade.” (Idem: 23)

O autor então apresenta que na década de 1950, os escritos da CEPAL buscam alternativas que revertam esse processo de deterioração econômica, ao prescreverem enquanto possíveis soluções promover a industrialização através do “*apelo ao capital estrangeiro*” através “de “*empréstimos intergovernamentais*”, “*políticas fiscais adequadas*”, “*alterações substanciais no regime de propriedade da terra*”, essas todas coordenadas pelo ator político central, o Estado promotor do “*desenvolvimento*” através das políticas de planejamento. Assim, se pensa que enquanto resultado prático analogamente ao que aconteceu nos países centrais, teríamos - *urbanização* (multiplicação de cidades), *industrialização* (formação, através de engenharia reversa, de uma economia de produção em massa de produtos das indústrias de base, de consumo e principalmente mecanização das técnicas de produção agrícola agrícola, o que geraria, por sua vez, uma renovada divisão social do trabalho, ou seja, novos empregos) e por conseqüência disto *novas atividades econômicas*, multiplicando mercados, produtos e excedentes, o que por sua vez se traduziria em novas políticas, essencialmente democráticas, que visassem a amenização do bem estar geral, com o reposicionamento entre os países dentro da divisão internacional do trabalho.

De acordo com a visão de Cardoso, essa linha de interpretação e prescrição vai por sua vez, contrastar com as análises do *empresariado* e da *dependência*, que contribuíram não por demonstrar com mais insistência o grau de dependência econômica dos países periféricos sobre os países centrais como a CEPAL, mas sim dar expressão a “existência de relações estruturais” **globais** que demonstram a interlocução econômica e política entre “*centro e periferia*”. Mais ainda, os interesses que as classes dominantes centrais imprimem as ações e articulação econômica e política dos Estados nacionais centrais aos Estados nacionais periféricos e por sua vez, as classes dominantes que o dominam, penetrando nas relações políticas da sociedade, formalizando pactos e acordos políticos que refletem por sua vez no grau de desenvolvimento das sociedades.

Cardoso coloca que o debate de idéias que Prebisch levanta, reflete um diálogo com uma gama completa de autores de diferentes espectros políticos, tanto ligados a grupos de direita quanto de esquerda, quanto de correntes teóricas, variando de clássicos, liberais, keynesianos e marxistas, inclusive, de diferentes frações internas a essas chancelas.

Assim, estão presentes, só na teoria da deterioração de termos de intercâmbio, debates como Karl Marx, Lênin, Rosa de Luxemburgo, John M. Keynes, Paul Samuelson, Bertil Ohlin, Abba Lerner, David Ricardo, Gottfried Haberler, mas que trabalham sobre um problema comum, *a teoria do comércio internacional* (debate este que é paradigmático nas ciências econômicas) e suas conseqüências frente ao sistema capitalista que se expande constantemente. Ou seja, para Cardoso, Prebisch e, por conseqüência a CEPAL, sempre acabou trabalhando sob o efeito das constelações teóricas Liberais (Neoclássica), Marxistas e Keynesianas em destaque nos “círculos acadêmicos” contemporâneos a época, bem como a herança clássica e mister da economia política para os estudos da questão do desenvolvimento.

Lembrando, Prebisch tinha enquanto pressuposto, baseado em comprovação empírica de dados das Nações Unidas, de que havia graves dissonâncias entre recursos de produção (métodos, organização, divisão do trabalho e da propriedade da terra) e principalmente, de preços e trocas entre manufaturados (países centrais) e commodities primárias (países periféricos).

Isso ia de encontro com os pressupostos da teoria liberal clássica do comércio internacional, que estabelecia, através da lei das vantagens comparativas, que os preços tendiam a um equilíbrio. Pressuposto, de acordo com Prebisch, equivocado.

Com essa suposição, para Cardoso, Prebisch demonstrou o importante papel do comércio internacional no crescimento latino-americano, com isso seria fundamental gerar o aumento de produtividade pois sem acumulação de capital por parte dos países periféricos o processo de desenvolvimento não se viabilizaria pois não geraria excedentes para consumo.

Para tal demanda, o Estado seria o *ator econômico/político central*, gerando ações de planificação econômica, protecionistas, de regulação, intervenções e políticas públicas distributivas e reversas de alocação racional de recursos, gerando formas de produção nacionais, infra-estrutura civil e industrialização dentro de uma política de *substituição de importações de produtos oriundos dos países centrais*, gerando mais divisão do trabalho e com isso emprego e aumento dos salários, dando as populações capacidade de consumo, principalmente consumo de massa. (Cardoso: 1980: 40).

Já de antemão se percebe a origem e o importante papel de Prebisch e a CEPAL na América Latina, pensada enquanto uma instituição pública, um organismo multilateral amparado internacionalmente, onde a reflexão de *idéias* tendeu para que se inaugurasse uma “tradição” de estudos teóricos que partia do olhar latino-americano, periférico, problematizando a situação econômica desarmônica que atrasava ou mesmo cristalizava o processo desenvolvimento, fazendo com que boa parte dos teóricos e estudiosos que passaram na instituição nos anos 50 tendessem a voltar seus estudos para investigar o papel do Estado, pensado enquanto ator central conclamado para liderar a construção da industrialização e de modernização econômica e social. Nas conclusões de Goldenstein (1994) as idéias cepalinas:

[...] apesar de enfatizar a singularidade das economias periféricas em relação as centrais, sua grande dificuldade de acumulação e absorção do progresso técnico com graves conseqüências sobre sua produtividade, os trabalhos da CEPAL também acabavam sendo otimistas, pois consideravam que uma política deliberada e correta de industrialização reverteria esse quadro, permitindo a periferia “captar uma parte do fruto do progresso técnico e elevar progressivamente o nível de vida das massas”, escapando assim “da maldição da degradação das relações de troca”. (Idem: 27)

Veremos ainda nesta seção que essa crença na centralidade do Estado será aos poucos problematizada pelos teóricos da dependência e a partir destes será constituída a análise de Fernando Henrique Cardoso a partir de sua entrada na CEPAL. Também futuramente não só nesta seção como no capítulo II que será fundamental ver a transição do tom do debate de idéias, do otimismo nascente dos anos 50, composto pela *Teoria do Desenvolvimento*, para o “pesadelo” estagnacionista dos processos de dependência e desenvolvimento do início dos anos 60 presentes na *Teoria da Dependência*.

Antes de fecharmos esta seção, vamos pegar um pouco da influencia das ideias marxistas contidas nas ideias do PCB e nos teóricos da dependência. Boa parte da literatura (inclusive o próprio Cardoso) aponta também como ponto de interlocução de suas idéias a influência do Partido Comunista e, obviamente, as teorias marxianas e o marxismo acadêmico, no debate sobre o debate tanto da tese do empresário quanto da dependência. Descrevendo a dinâmica desse processo teórico, Lidia Goldenstein (1994) diz que o próprio Karl Marx apontava que a expansão capitalista se daria do centro capitalista mais avançado em direção a periferia, sendo inclusive o vetor do processo de acumulação de capital, gerando aos países periféricos nova fase de desenvolvimento “superior”, pensado ainda como similar aos dos países centrais. Entretanto, Marxistas como Rudolf Hilferding, Rosa Luxemburgo, Vladimir Lênin, Leon Trotski e Nikolai Bukharin já apontavam as dissonâncias do processo, demonstrando que o “Imperialismo”, traduzido como a idéia de dominação política dentro da exploração neocolonial e o firme controle comercial, financeiro e produtivo dos mercados era parte da própria dinâmica de acumulação capitalista dos países centrais, o que faria então o impedimento do desenvolvimento industrial dos países periféricos. Elites agrárias internas aos países periféricos seriam então aliadas “naturais” e interessadas em manter a lógica de acumulação desse sistema, em parceria com as elites dos setores capitalistas.

É de extrema importância rever o processo conturbado que sofria o PCB (maior representante, ainda que precário, da esquerda brasileira no período da década de 50), principalmente por causa do futuro diálogo que Fernando Henrique Cardoso terá com as teses do partido com as conclusões da tese do empresário. Brandão(1997) coloca que:

Uma das mais obvias dificuldades para quem quer traçar o perfil e a evolução intelectual do PC e da esquerda brasileira num dado período histórico está na visível desproporcionalidade entre a forte presença política e ideológica dessa corrente e a limitada produção

teórica de sua intelectualidade. Acresce o paradoxo o fato de que, tradicionalmente, a intelectualidade é um setor social bem representado nas áreas dirigentes do PCB, assim como no restante da esquerda. (Brandão, 1997: 195)

Kátia Baptista (2004) coloca que o debate dos intelectuais do período pré-1964 apresenta questões que entram em choque direto com as teses cepalinas dos anos 50, que dava todo o suporte teórico para a ideologia nacional desenvolvimentista dos anos 50, demonstrando suas limitações para solucionar o problema do desenvolvimento das nações periféricas.

O PCB foi aos poucos se pacificando e de intelectualizando, ainda que parcialmente. Isso se torna evidente desde o início da década de 50, visto as declarações de Luis Carlos Prestes²⁷ no *manifesto de agosto*, de 1950 (que conclamava no jornal *A voz operária* a formação de um exército popular para tomar o poder), a constituição de núcleos educacionais no Rio de Janeiro, Natal, Porto Alegre e São Paulo²⁸, passando, posteriormente, pela oposição política inicial e depois defesa do segundo governo Vargas, ao apoio informal ao mandato de Juscelino Kubitschek, o PCB foi adotando a chamada “via eleitoral”, ou seja, o uso da democracia enquanto forma de tomar o poder. Somado-se a isso, a partir de 1956, com o relatório Krushev no XX Congresso do PCUS e o IV Congresso do PCB, a cúpula teórica do Partido faz uma revisão de suas teses, apontando para uma maior crítica das chamadas “teorias convencionais do desenvolvimento capitalista”. Porém, surgem cada vez mais cisões internas ao PCB, formando-se cada vez mais novas correntes, “reformistas, revisionistas e revolucionárias”, que se traduzem através de diferentes teses voltadas para a superação do subdesenvolvimento, traduzido, sempre na crítica ao imperialismo, ao latifúndio e a miséria. Detalhando ainda mais esse processo, Brandão afirma que:

Convém, entretanto, não confundir o “atraso” intelectual de várias correntes ideológicas – que pode ser creditado ao “baixo nível

²⁷ Sobre Luis Carlos Prestes, Brandão (1997) afirma que: “Talvez não seja exagero considerá-lo a personalidade política mais marcante da história brasileira do período – à exceção de Vargas, naturalmente. Apesar de sua “fidelidade a burocracia soviética, Prestes terá sido responsável pela “nacionalização” da esquerda, sua incontestável liderança terá feito “o comunismo no Brasil não só maior, como mais brasileiro, menos europeu. Sua adesão deu ao PC uma audiência que este de outra forma não obteria e implicou um este de outra forma não obteria e implicou um estreitamento e redução de seu próprio carisma, bem como do conteúdo libertário e popular de sua liderança. [...] Até então pesa sobre a esquerda o interdito de Prestes – cuja palavra é bom lembrar, era lei - e da geração vinda do tenentismo, segundo o qual 30 não passou de uma mera troca de imperialismos e oligarquias no poder[...] Da “Declaração de Março” – fruto tardio do XX Congresso – deve, de fato, ser datada não apenas a virada na linha política, mas o começo do declínio da influência prestista do PCB.” (Idem: 205-206)

²⁸ Detalhes, ver Brandão, (1997)

teórico-cultural do país” ou à carência de produção científica institucionalizada, que na área das ciências sociais apenas começa a ganhar corpo com a Cepal, o Iseb, a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo etc. – com o do PC, que se deve à predominância de uma concepção fortemente ativista e antiintelectualista da atividade política, à redução da atividade intelectual a “guia para ação”, de um lado, e divulgadora do saber universal do outro. (idem, 212)

Contudo, seria possível pensar que, justamente para desmontar essa concepção “ativista”, “antiintelectualista” e a redução do saber a um “guia de ação”, além de cada vez mais legitimar o “saber” de suas idéias, que Cardoso aponta suas teses para este tipo de esquerda dogmática no Brasil, que viria a ser combatida internamente, ainda que tardiamente se compararmos a outros núcleos intelectuais, de forma sistemática, a partir de 1958 com o lançamento da revista *Estudos Sociais* e posteriormente a revista *Brasiliense*, de Caio Prado Jr, o semanário *Novos Rumos*, e a Revista *Civilização Brasileira* (idem :214-215).

Seria possível afirmar que relacionam-se, dentro dos apanhados teóricos, cada vez mais, o “problema político” enquanto “problema econômico“, porém, sempre como meta final de superação do “atraso” a busca pela revolução socialista, seja pela via democrática, seja pela via revolucionária . Wagner (2005) afirma que:

De acordo com documentos para o IV Congresso, a sociedade brasileira ainda detinha um caráter semi-escravista e semifeudal, mesmo após a Proclamação da República. Os senhores de escravos e logo após eles os latifundiários e os grandes capitalistas comerciais e financeiros que compõem a frente que governaria o país, articulados com o capital estrangeiro, teriam submetido o Brasil à condição de semicolônia, que no caso designaria uma situação de dependência às grandes potências capitalistas. (Idem: 35)

Surgirá, dentro do partido, duas posições emblemáticas. A predominante, ou seja, a posição oficial do comitê central, era de que a estratégia, denominada de *união nacional*, visaria a “reforma” socialista que se constituiria pela via eleitoral existente, através de aliança das classes operárias e o campesinato com a burguesia industrial nacional em busca de uma revolução democrático burguesa em contraposição ao domínio da oligarquia, aríete fiel dos interesses do “capital financeiro” dos imperialistas dos países centrais.

O “canhão” intelectual do partido se volta então, em tom extremamente radical e generalizante, como se observa nos termos do discurso que o partido usa, ao

formalizar uma estratégia para a desarticulação da dominação tradicional da política e da econômica brasileira, sinalizando esforços contra a “*minoría reaccionária e parasitária*” que concentrava a produção nacional e os lucros desta para si, auferindo divisas da “renda da terra”, da especulação e da superexploração do trabalho agrícola. Somado a isso, por dominar politicamente a nação brasileira, ainda vendia as riquezas nacionais as potências imperialistas, bem como setores da estrutura de “base” da economia, como o financeiro, energético e de transportes. Assim:

Essa coligação feudal-imperialista frearia o avanço das forças produtivas nacionais, prejudicando a atividade dos industriais e comerciantes ligados ao mercado interno, seja pela concorrência desleal com os produtos importados, seja com a fragilidade desse mercado de consumo local. Os documentos caracterizavam essa como a *dupla opressão* da população brasileira – opressão do imperialismo e opressão dos latifundiários, que a tornava mais pobre e sem poder aquisitivo para comprar os produtos industriais. Daí resultava uma burguesia nacional fraca e dependente do capital estrangeiro. As condições desfavoráveis para a indústria, como citado anteriormente, ainda eram agravadas pelo alto custo dos gêneros alimentícios, resultado do desabastecimento do mercado interno em função da produção essencialmente exportadora. (Idem: 36)

Wagner ainda afirma que a *Declaração de Março*, movida por uma dissidência interna do comitê central do PCB, seguindo aquilo que já havia sintetizado no IV Congresso do partido, porém acrescentando mudanças conjunturais da política brasileira devido ao contexto nacional-desenvolvimentista do governo Vargas e a aceleração promovida pelo governo Juscelino Kubitschek, apostavam cada vez mais na estratégia de aliança classista com a Burguesia Industrial brasileira, supostamente interessada na derrubada da dominação oligárquica-imperialista. Wagner aponta então que a inovação a curto prazo (e estagnação a longo²⁹) de idéias que este documento colocou no debate do pensamento brasileiro foi :

- a) O reconhecimento de um certo desenvolvimento industrial no Brasil, com o fortalecimento da burguesia nacional e do capitalismo local;
- b) Indícios da existência de um setor da burguesia nacional que estava associado às empresas multinacionais, portanto entreguista;

²⁹ Para justificar essa afirmação, Wagner (2005) diz que o: “[...]impacto na formulação do PCB permanecerá, mantendo-se praticamente inalterada no V e no VI Congressos, realizados respectivamente em 1960 e 1967. A análise ali contida e também sua concepção estratégica perdurarão até 1978. Tendo sofrido nesse meio tempo algumas alterações. (idem: 41)

- c) Uma nova relação com o governo federal do país, com a definição do mandato presidencial de Juscelino Kubitschek como *de composição heterogênea em que se defrontavam a ala nacionalista e a ala entreguista*. A tática era fortalecer dentro do governo os primeiros, tendo como objetivo chegar a um governo nacionalista e democrático;
- d) O caminho da revolução era, agora, pacífico. Sua concretização se daria na luta pelas liberdades democráticas e pelas reformas estruturais. (Wagner, 2005: 41)

Sobre esse processo, seria interessante mostrar o depoimento de Jacob Gorender, colhido por Waldir José Rampinelli em 2002. Perguntado se a política de *união nacional* não teria sido um equívoco, levando-se em consideração a preferência da burguesia industrial brasileira de associação com o capital estrangeiro, principalmente após a *declaração de Março* de 1958 Gorender afirma que seria importante levar o contexto histórico para explicar tal estratégia:

Com a nominata dos candidatos às eleições presidenciais de 1955, o PCB — já com a experiência traumática da abstenção na eleição anterior e de seu comportamento diante do governo de Getúlio — resolveu respaldar JK[...]Havia, portanto, um clima de descontração. Deste modo, as forças políticas podiam atuar sem constrangimentos. Então o PCB, considerando que o governo de JK apresentava a perspectiva de um desenvolvimento progressista do País, resolveu apoiá-lo condicionalmente. De acordo com a análise da direção do PCB, atuavam no governo de JK duas alas: uma nacionalista, outra entreguista[...] Com este esquema explicativo, o PCB enfrentou os problemas políticos que se apresentavam. Cabe lembrar que já no período de JK apareceram os confrontos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), mais ou menos no estilo existente hoje. JK rompeu com o FMI, apoiado pelo PCB e outras forças políticas. O porta-voz de JK no Congresso, que anunciou a ruptura com o FMI, foi o industrial paulista Horácio Lafer. Sem dúvida que vista hoje, a *Declaração de Março* é um documento em que a burguesia recebe um tratamento que denuncia uma ilusão, partindo sempre daquele esquema de que falei: uma ala nacionalista e outra entreguista. Segundo o PCB, a burguesia também teria uma parte servil ao imperialismo e outra que queria o desenvolvimento e a independência do País. (Rampinelli, 2003)³⁰

³⁰ Ainda declarando sobre este processo político de disputa interna dentro do Partido, Gorender expõe que “Não se dizia isso. O que se falava era que ela devia ser apoiada. Ou seja, a aliança que o PCB tinha em vista incluía esta parte da burguesia. Com a *Declaração de Março* começou a circular o termo burguesia nacional. A declaração surgiu exatamente desta necessidade de formalizar, em um documento oficial, a política que na prática já estava sendo implementada. Isto porque os documentos oficiais do PCB ainda eram os do início dos anos de 1950, sectários e de uma retórica inteiramente fora de contexto. Por isso, surgiu a idéia de fazer uma declaração prevendo os termos de uma nova política[...]Constituiu-se uma comissão que, à margem do Comitê Central, elaborou a declaração. Deste modo, o Comitê não teve alternativa a não ser encampar a idéia. Já era um fato consumado. Logo viria o V Congresso, em 1960, que respaldou tais teses. Este foi o encaminhamento do PCB diante do governo de JK.” (Rampinelli, 2003)

Talvez seja possível dizer também que daí veio uma parte da demanda pela investigação acerca do caráter do comportamento político dos empreendedores industriais brasileiros.

É importante colocar que por outro lado, se constituiriam através das cisões internas do PCB, grupos “revolucionários”, organizados de forma notória por jovens estudantes e intelectuais e admiradores do “*Movimiento 26 de Julio*”, que havia tomado o poder em Cuba em primeiro de janeiro de 1959. Ainda sobre este processo é importante destacar que esse movimento, a partir da invasão da Bahia dos Porcos (batalha entre o exército revolucionário cubano e exilados cubanos apoiados por armamentos e pela logística da Agência Americana de Inteligência (CIA) na Playa Girón, 1961) se alinhasse ao bloco socialista, capitaneado pela URSS.

Entretanto, a miopia teórica de corrente dominante, ao enxergar na burguesia industrial fonte de apoio político e o radicalismo e a incipiência e a desorganização da segunda marcam o processo, todavia, ambas incorporam primeiramente o instrumental marxista na prática política brasileira.

Não há como olhar para a questão da *dependência* e do *desenvolvimento* sem olhar para a formação e da ampla influência de diversas vertentes da economia política marxista. A formação, expansão e reprodução do capitalismo e da industrialização, bem como as mudanças estruturais que esses fatos acarretam está na cerne da crítica da obra de Karl Marx e daqueles que seguem tal filosofia e método como Rosa Luxemburgo, Lênin, dentre inúmeros outros. Ter uma perspectiva crítica sobre o processo de formação das sociedades capitalistas é a questão nodal quando se olha para o desenvolvimento das sociedades. O processo de modernização e seu movimento dentro das sociedades conhecidas “a grosso modo” pelo pensamento econômico, político e social enquanto sociedades “atrasadas”, “subdesenvolvidas” ou “periféricas” é a preocupação que se instala – o desenvolvimento econômico capitalista é visto, quase sempre, como forma “evolucionária” superior de organização social.

Marxistas como esse dois últimos aqui citados, bem como muitos outros, pensam esse movimento através do sentido centro periferia, ou seja, as relações imperialistas, tal como pensa Lênin ao olhar sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia ou Rosa Luxemburgo sobre a acumulação e reprodução de capital no início do século XX é o de que o Imperialismo, pensado enquanto relações políticas e econômicas

deletérias intrinsecamente ligadas a interesses das classes dominantes, são os principais fatores de impedimento do desenvolvimento industrial (que por sua vez resvala em toda a estrutura econômica e social).

Essas relações imperialistas demonstrariam que o interesse no “atraso” é tanto externo (nações desenvolvidas) quanto de Elites internas (nações periféricas), que se comprometem ao se aliar através de tratados, concessões, guerras e repressões, fechando um ciclo completo de militarismo que desmistifica a idéia de que o desenvolvimento capitalista é um fenômeno ilimitado, crescente e adequadamente equilibrado à acumulação de capital que se forma dentro de todas as nações. Esses fatores são algumas idéias que a Teoria da Dependência transcendeu até se popularizar na década de 1960. Não é uma teoria de um autor e dificilmente alguém se enquadraria ou se declarasse enquanto membro dessa corrente. Há quem questione até a idéia de que é uma teoria formal, como Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, que situam suas idéias na categoria *ensaio*.

Sobre o contexto histórico, Mantega (1997) coloca que o Nacional-Desenvolvimentismo chegou ao ápice de seu dinamismo no final dos anos 1950 com o plano de metas empreendido pelo governo Kubitschek. Entretanto, já no início da década de 1960 a aliança política que sustentava o regime dá seus primeiros sinais de fraqueza. Em um período conturbado da guerra fria, com os mitos e verdades que ecoavam da revolução cubana e o início da desaceleração econômica geravam um clima de medo, incerteza e instabilidade³¹. Campanhas ideológicas ganhavam força. Manifestações sindicais na questão da carestia e aumento salarial eram decorrentes. A classe média foi se descontentando e apoiando soluções enérgicas. Mobilizações radicais também do campo da esquerda também ganhavam força, somando-se ainda a ineficiência e instabilidade trazida pela renúncia de Jânio Quadros e a recusa da posse de João Goulart. Resolvida a questão, Jango entoa a campanha pelas Reformas de Base, voltando o medo por um alinhamento mais radical. A classe média e a burocracia militar acabam por apoiar o movimento que derruba Jango em 1 de abril de 1964.

³¹ Também Sorj (2001) afirma que “Nas ciências sociais a nova geração intelectual influenciada pelo impacto da revolução cubana estabeleceu um duplo debate: com os partidos comunistas, por um lado, e com o pensamento da CEPAL, por outro. É neste contexto que se desenvolve o conceito e as controvérsias sobre a dependência. Na verdade, a noção de dependência latino-americana dos anos 60 e início dos 70, campo que adquiriu diversos significados, na maioria dos casos bastante imprecisos” (Idem: 23)

Lahuerta coloca o golpe militar de 1964 como o grande ponto de ruptura que inicia dentro do meio intelectual do marxismo brasileiro. Para o autor:

[...] a proximidade imaginativa da revolução social permanece com muita força nos meios intelectuais. Pode-se até dizer que, ainda que sem muita clareza quanto a seu significado, é presença forte no imaginário social do período. No Brasil, a derrota sem resistência do nacional-desenvolvimentismo – considerada como uma derrota das esquerdas – colocaria em questão não só o papel dirigente do PC, mas também acabara problematizando as formulações vigentes sobre o processo político social e sobre suas possibilidades de desenvolvimento. (Idem, 1999: 105)

Seria importante citar aqui também as idéias “independentes” de Caio Prado Jr. no livro *A revolução brasileira*, de 1966, buscou fazer a revisão das teses do PCB no pós 1964. Prado Jr se concentra na crítica ao apriorismo e dogmatismo teórico e histórico determinista contidos nas teses do partido já supracitados nessa dissertação, que de forma míope viam o desenvolvimento histórico europeu enquanto modelo universal para estabelecer a situação histórica que se encontrava o Brasil, bem como, quase que por extensão, toda a América Latina. Claramente, tanto Goldstein (1994), quanto Mantega (1997) dentre outros autores apontam que Prado Jr. buscava confrontar os rígidos conceitos, leis gerais e condicionamentos retirados dos textos clássicos de economia política marxista sem confronto algum com a realidade interna da sociedade estudada, ou seja, sem estudar a particularidade do processo de acumulação interna da economia brasileira, economia que desde os tempos coloniais era voltada a produção capitalista para o abastecimento do mercado externo, e nunca, de forma dominante dentro do sistema, voltada a produção familiar e comunal tal como desenvolvido nas sociedades européias – fato que fazia com que buscasse a necessidade de se olhar com mais afinco para as contradições do sistema que seriam de caráter especialmente diferenciado e agravante, tendo em vista a já detectada e íntima relação entre ação política e econômica imperialista e os interesses internos da elite dominante, que se complementavam e agravavam o problema. Esses erros de interpretação histórica, inclusive, maquiavam o problema das reais relações de exploração dos trabalhadores. Baptista (2004) coloca que:

Em sua análise Caio Prado refuta a designação “feudal” ou “restos feudais” por serem utilizadas erroneamente para qualificar as relações de trabalho no campo. Para este autor, certas tendências

analíticas realizavam um exame vago, impreciso, sem rigor que conduzia a confusões e inconveniências a fim de descrever formas brutais de exploração do trabalho. [...] Caio Prado negava a existência de supostos resquícios do feudalismo que certas correntes afirmavam emperrar o desenvolvimento econômico brasileiro apontando, como alternativa de superação, a destruição do feudalismo e sua substituição pelo modo de produção capitalista. (Idem: 33)

Cabe aqui perguntar, a título de reflexão, se eram problemas integrados as inquietações particulares de Caio Prado Jr. ou se era um problema que se constituía dentro do pensamento marxista a época. Veremos que talvez esse contexto fosse um campo fértil para a revisão das teses do PC, o que fazia a inclusão dentro do debate de uma pluralidade de idéias oriundas do campo intelectual de esquerda. Guido Mantega coloca que nesse período:

[...] surgiu o pensamento dos neomarxistas, com o modelo de desenvolvimento do subdesenvolvimento de André Gunder Frank, Teothônio dos Santos e Rui Mauro Marini, sofrendo forte influência dos marxistas americanos, como Paul Baran, Paul Sweezy, e das teses de Trotsky para os países atrasados, que não viam possibilidade de desenvolvimento capitalista no Brasil, mas apenas de um subdesenvolvimento ao qual o País estaria condenado, ao menos que houvesse uma revolução socialista. (Mantega, 1997: 07)

Pensar na questão da “dependência” enquanto teoria é um assunto ainda decorrente e bastante controverso no debate das ciências sociais. Sistematizar cientificamente o conjunto da realidade de fenômenos políticos, econômicos e sociais dentro de uma ampla gama de leis e regras, que passam do método à especulação, da síntese à abstração, da hipótese e opinião à comprovação é algo deveras complicado e quase sempre passa pela sensibilidade normativa dos diferentes pontos de vista que perpassam pela questão a ser discutida. Em nosso trabalho, a “arena” de debates é um fenômeno prático que está localizado dentro da questão do desenvolvimento latino americano e suas particularidades. Dentro desta “arena”, existem distintos “*players*” intelectuais. Será interessante para este trabalho demonstrar brevemente a interlocução de três destes do qual Cardoso faz uma interlocução direta e indireta em “Dependência e

Desenvolvimento na America Latina” , André Gunder Frank, Teothônio dos Santos e Rui Mauro Marini³². Dentro desse debate que se inicia, Goldenstein (1994) afirma que:

O pessimismo quanto as possibilidades de desenvolvimento do capitalismo na America Latina surge em fins dos anos 50 com a crise econômica que se inicia. Apesar das diferenças importantes em seu instrumental Teórico, muitos analistas passaram a considerar que os países periféricos como o Brasil estavam fadados a estagnação. A relação que tínhamos com o capitalismo central comprometia definitivamente nossa capacidade de superação dos entraves a uma retomada sustentada do crescimento. (Idem: 31)

Neste mesmo contexto, Baptista coloca que :

Será, justamente, nessa atmosfera de mobilização social e efervescência intelectual que Marini e Santos iniciam suas trajetórias como teóricos da Dependência, incorporando em suas reflexões teóricas sobre o desenvolvimento capitalista na periferia a economia política marxista, trazendo à tona a noção de exploração como chave mestra do funcionamento do capitalismo contemporâneo. Nessa empreitada, foram influenciados por Marx, Lênin e, no limite, por Trotsky e Rosa Luxemburgo, começando a sistematizarem seus estudos sobre a Teoria da Dependência nos anos sessenta, tendo também como importante referencial André Gunder Frank e, por consequência, o debate dos marxistas americanos, em especial Paul Sweezy e Paul Baran. (Baptista, 2004: 16)

André Gunder Frank³³ (1929-2005) é outro participante desse processo de revisão teórica da obra de Marx. De nacionalidade alemã mas com formação nos

³² Seria importante apresentar ao leitor também mais dois nomes mas devido ao curto espaço dentro desta seção cabe aqui esclarecer a notoriedade de Paul A. Baran e Paul Sweezy enquanto expoentes de uma tradição intelectual do marxismo americano. A contribuição do marxista Paul Sweezy, economista americano com formação na Universidade de Harvard foi fundamental para a interlocução teórica inicial da teoria da dependência, principalmente por sua obra “Teoria do Desenvolvimento Capitalista” de 1942. Após participar do OSS, órgão predecessor da CIA fundou com o historiador Leo Huberman a Monthly Review, revista que congregava artigos de cunho socialista-marxista de caráter institucional “independente”. Junto com Baran, Huberman e Gunder Frank, era considerado os maiores representantes da esquerda marxista americana.

De origem ucraniana, Paul A. Baran era professor catedrático da Universidade de Stanford, após experiências que teve enquanto pesquisador em universidades e institutos alemães e soviéticos no pré segunda guerra. Com a iminência desta, migrou para os Estados Unidos onde trabalhou para o governo em diferentes instituições relacionadas ao esforço de guerra, seguindo posteriormente para a vida acadêmica. Foi ai que em 1949, junto com Sweezy e Leo Huberman começou a colaborar com a Monthly Review. A contribuição de Baran inspiradora para a gestação da “Teoria da dependência” foi a obra “The political economy of growth” onde desenvolveu conceitos explicativos para a questão do desenvolvimento e atraso econômico nos países subdesenvolvidos, bem como contribuiu inicialmente com Sweezy para a escrita de “Capitalismo Monopolista” , inda que não tenha visto sua publicação que só aconteceria em 1966, devido a sua morte em 1964. (Sweezy & Huberman, 1965; Palma, 1979 e Melvin & Tarshis, et al, 2010)

Estados Unidos, passando inclusive pela orientação de Milton Friedman, Frank era ainda um jovem intelectual quando no início da década de 1960 foi ministrar aulas na Universidade do Chile. Mantega (1997) diz que a crise econômica ininterrupta até o final da década de 1960 dava mais fôlego pessimista dentro do meio intelectual neomarxista quanto as possibilidades de desenvolvimento dentro de um ordem capitalista.

Foi nesse contexto que ganharam repercussão as idéias de André Gunder Frank, Rui Mauro Marini e Theotônio dos Santos, estes dois últimos os principais porta-vozes das teses neomarxistas no País. Para esses autores não havia meio termo para um país semicolonial e num papel de subordinado no concerto capitalista mundial. Somente a revolução socialista poderia libertar o País do subdesenvolvimento e da estagnação a que estaria condenado enquanto satélite das grandes potências. É que o imperialismo retira dos países colocados sob o seu raio de ação boa parte do excedente, deixando recursos insuficientes para que se instaure um verdadeiro processo de acumulação. (Idem: 25)

Ainda de acordo com Mantega (1997) e Goldenstein (1994), Gunder Frank tinha grande reputação no Brasil devido a crítica as problemáticas teses “feudais” do PCB, iniciadas no texto “ *A Agricultura Brasileira: Capitalismo e o Mito do Feudalismo*” . Fundamentalmente, Gunder Frank estabelecia que a America Latina sempre mantivera relações mercantis com os países centrais, o que desqualifica a idéia de regime feudal, que é característico por ter um regime comercial fechado.

Seguindo a interpretação de Baptista (2004), Frank afirmava que a migração de trabalhadores do campo para as cidades foi devida unicamente ao desenvolvimento do sistema capitalista e não pela destruição do sistema feudal e sua substituição pela produção mercantil. Se as teses do PCB iam no sentido de liquidar com os resquícios do feudalismo e a promoção de uma revolução democrático através do apoio a tomada de poder por parte de uma burguesia libertadora, para o Frank o próprio PC estava negando o marxismo. Se a real situação sistema brasileira era o modo de produção capitalista, seguindo o rumo do materialismo histórico, a solução a ser tomada seria a promover uma revolução socialista, de caráter imediato ou, se não, aceitar a dependência e com

³³ Pegamos aqui dois de seus principais textos “ *A Agricultura Brasileira: Capitalismo e o Mito do Feudalismo*” publicada na Revista Brasileira em 1964 e “*The development of underdevelopment*” publicado no Volume 18 da Monthly Review em 1966 como textos emblemáticos deste autor dentro do desenvolvimento da Teoria da Dependência.

esta, o “desenvolvimento do subdesenvolvimento” . Frank era conhecido entre o meio universitário não só nacional como latino-americano e internacional devido as teses referentes ao problema do imperialismo, traduzido para este autor nas relações entre “metrópoles” e “satélites”, sendo o subdesenvolvimento uma recriação histórica constante da desigualdade oriunda desta relação de exploração pois a ausência do excedente produtivo, retirado da superexploração dos trabalhadores e enviado para fora, gerava ainda incapacidade na capacidade de acumulação dos países “satélites”. Indo além, repetia-se internamente no Brasil a mesma relação, com a existência de pólos de exploradores e explorados nas diferentes regiões do país. Ainda que existisse margem para industrialização, esse processo seria dependente de importações de bens intermediários, bem como de bens de capital, nunca atingindo sua maturidade e autonomia devido a já citada expropriação de excedente e superexploração do trabalho que comprimia acumulação e formação de mercado consumidor. Lahuerta (1999) afirma que:

André Gunder Frank, com sua formulação acerca do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, é um dos autores com maior influência no período, o que pode ser atribuído ao radicalismo de suas posições. Contrapondo-se às posições cepalinas e às teses do PCs, ao repensar as possibilidades e os entraves ao capitalismo na periferia tendo em conta a dinâmica do sistema capitalista internacional ao qual ele estava subordinado e atualizando as teses clássicas sobre o imperialismo, Frank seria discutido pela esquerda de todo o continente. (Idem: 107)

De acordo com Baptista (2004), no contexto intelectual brasileiro do início dos anos 1960, surgirão duas interpretações dentro da “Teoria da dependência”, Theotonio dos Santos (1936) e Rui Mauro Marini (1932-1997). O primeiro vinha de formação em Sociologia, Política e Administração Pública pela Faculdade de Ciências Econômicas (FACE), em Belo Horizonte, na Universidade de Minas Gerais. Ingressou no movimento estudantil “Mocidade Trabalhista” no início dos anos 1960, passando pelo grupo conhecido “Complemento” e logo posteriormente, em 1961, ajudou a fundar, junto com inúmeros outros intelectuais, o movimento trotskista - Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP), onde a descrença no reformismo e no nacionalismo se acentuaram ideologicamente. Ainda acabou circulando pelo meio acadêmico, iniciando mestrado em Ciência Política na recém

inaugurada Universidade de Brasília (UnB) em 1962. Expulso em 1964, viveu como clandestino por dois anos até se exilar no Chile, adentrando no Centro de Estudos Sócio-Econômicos (CESO) da Faculdade de Economia da Universidade do Chile.

Rui Mauro Marini se formou na Escola Brasileira de Administração Pública e Empresas (EBAP) da FGV. Adentra no movimento estudantil e logo em seguida na militância no grupo estudantil secundarista “*Mocidade trabalhista*” e no ORM-POLOP, fazendo também carreira universitária na UnB já como professor, sendo também expulso da universidade com o golpe de 1964. Baptista apresenta que:

A maior preocupação destes estudos, talvez devido à influência recebida de Guerreiro Ramos na formação intelectual desses autores, seriam as conseqüências que esta investigação traria para o plano teórico das Ciências Sociais, uma vez que a intelectualidade dos anos cinquenta estará marcada por um grande otimismo que, na visão de Marini e Santos, se desconstrói nos anos sessenta. Assistiremos, assim, a emergência de uma *intelligentsia* caracterizada por uma atitude crítica e, no limite, pessimista frente a produção científica pautada, até então, pela escola de pensamento cepalino. (Idem: 79)

De acordo com Goldenstein (1994), os três autores acima apresentados acreditam em uma determinação histórica na estagnação econômica e no aprofundamento da situação de subdesenvolvimento. O imperialismo, como que em um movimento mecânico, se apropria da maior parte da mais valia extraída dos trabalhadores latino-americanos, fazendo com que a burguesia local explorasse ainda mais seu trabalho para super aproveitar seu trabalho e retirar na íntegra a parte que lhe é correspondente. A super exploração da mão de obra, tanto agrícola como fabril, indica politicamente uma correspondente “militarização da produção” (vide golpe 1964) e com isso forçaria a não ampliação do mercado interno, o que geraria por sua vez o problema constante de compressão da demanda interna. Trabalhando com dados do final dos anos 50 e início dos 60, estes autores firmaram a crer que estes seriam permanentes, ou seja, o processo de desenvolvimento seria visto sempre como algo impossível e oriundo de um processo permanentemente explorador e que privilegiaria certas classes em detrimento de outras de uma forma mecânica, por isso de acordo com a autora, não pregar pela revolução seria até comprometedor para sua posição ideológica e acadêmica, bem como de grupos que se baseavam em sua análise. Sintetizando, Baptista

(2004) coloca que:

[...] durante o período de 1961-1964, Marini e Dos Santos estabelecem as bases, de um ponto de vista que se pretende marxista, para a elaboração de uma teoria da dependência preocupados em pensar o capitalismo no contexto latino americano. A partir de 1964, com o Golpe Militar estes intelectuais serão perseguidos e exilados no Chile onde ficarão até a queda do governo de Salvador Allende em 1973, radicando-se no México. Será nesse período (1966-1973), como vimos, que teremos a sistematização da Teoria, cujo debate reunirá também outras linhagens intelectuais e não apenas esta vertente marxista. Será neste contexto que encontraremos, então, Fernando Henrique Cardoso tendo como principal temática de seus estudos a questão da Dependência, fazendo uma interlocução crítica com as propostas teóricas, bem como com as opções políticas que Theotônio dos Santos e, principalmente, Ruy Mauro Marini sustentavam. Todavia, a confrontação aberta dessas duas vertentes se daria a partir dos anos setenta. (Idem: 79)

Será no livro “*Empresário industrial e desenvolvimento econômico*”, escrito em 1963, que vamos encontrar o primeiro diagnóstico da teoria de Fernando Henrique Cardoso, onde se centraram a preocupação com os problemas contemporâneos da modernização e o cuidado central de sua teoria sobre a classe produtiva industrial - o empresariado brasileiro e o Estado “demiurgo e planejador do arranque” operador do desenvolvimento econômico.

Posteriormente, isso irá avançar com a “redescoberta” da Política, através do seu aprofundamento no ILPES dentro da CEPAL de sua Sociologia do Desenvolvimento, com a obra “*Dependência e Desenvolvimento na América Latina*” que irá avançar sobre o papel das classes sociais no processo de desenvolvimento político e econômico brasileiro e a “ruptura” com o dualismo estrutural e com o determinar a sociedade enquanto a convivência entre “setores tradicionais” e “setores modernos”. Entretanto, aqui não focamos nessa última e sim na primeira.

A o problema desta dissertação aqui desenvolvida visa também dialogar com os distintos trabalhos desenvolvidos sobre Cardoso e a sociologia uspiana, inclusive aqueles que vêm este conjunto de questões como a síntese de um grande processo social e principalmente aqueles que focam no pensamento político e social contido em suas obras, ou seja, como sendo estas o resultado experimental de processos políticos, econômicos e sociais que são acima de tudo, históricos. A questão desta dissertação que se coloca para autores como Cepêda (2006), Goldenstein (1994), Palma (1978) Mantega (1984, 1997), Sorj (2001), Bielschovsky (1988), Brandão, (2007) e Lahuerta (1999).

Vamos agora descrever e examinar no capítulo seguinte e observar o porquê da importância dessa obra para o pensamento de Cardoso. Passaremos pela descrição e análise dos principais problemas contidos na obra “*Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*”. Tendo em vista o tema da obra e a forma trabalhada, pegando um dos principais autores do desenvolvimento capitalista como objeto de estudo, achamos notável a influência das idéias da CEPAL, ainda que não permeassem teoricamente o corpo da obra, que desde os anos 50, com Raúl Prebisch a frente, dando entonação a discussão sobre os problemas do desenvolvimento econômico latino-americano, abrindo muito espaço e o lócus para a constante renovação do pensamento social do continente. Há também diálogo com a estratégia de *união nacional policlassista* entre burguesia nacional e trabalhadores constituída e discutida no partido comunista brasileiro durante quase toda a década de 1950. Já com referência aos “Teóricos da dependência”, seria importante reservar sua influência apenas para as discussões da obra *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* na seção 3 do segundo capítulo.

Capítulo II

A descrição das idéias sobre *Empresário e Dependência* no pensamento político de Fernando Henrique Cardoso.

2.1 O “particular” Empresariado brasileiro

As décadas de 1930, 1940 e 1950 demonstraram uma nova fase econômica do capitalismo industrial e a expansão deste nos deslocou para um novo *locus* - a periferia do sistema. No Brasil essa fase também foi de expansão e maturação do *empresariado nacional* – pensado tanto quanto classe social (ou fração?) como também agente político e econômico dinâmico e que é central do processo de acumulação. Seguindo outros pesquisadores, Cardoso busca estudar a natureza diferenciada, do incipiente se comparado ao dos países centrais, empresariado brasileiro, tendo em vista a crescente politização do processo de desenvolvimento. Sobre o projeto científico que estava por trás dessa obra, Romão (2003) diz que:

A preocupação inicial do projeto *Economia e Sociedade no Brasil* deveria ser relativizada. Não se tratava de entender a mentalidade por vezes “irracional” dos empresários brasileiros como algo anti-funcional ao desenvolvimento capitalista no Brasil. Sua análise respondia a esta questão de modo a estabelecer uma limitação à explicação da sociologia clássica, especialmente weberiana, da formação do capitalismo. Ao processo de industrialização brasileiro não corresponderia necessariamente uma progressiva racionalização dos procedimentos de organização e gerenciamento das empresas. Perde força assim, a perspectiva que defendia a necessidade de um “ajuste” de mentalidade no empresariado brasileiro ao correspondente crescimento econômico. No Brasil, a “*realidade social*” se configuraria de modo diverso às teses clássicas e, às vezes, até de modo antagônico [...] A indústria teria se desenvolvido em condições que possibilitavam aos empresários auferir uma significativa margem de lucro, mesmo sendo a produção realizada sem os rigores técnicos necessários à sua obtenção de lucro em uma econômica concorrencial. Cardoso identifica o fulcro da ação empresarial que, diversamente de um refutável “padrão de ação racional”, seria sua principal característica: a busca pelo lucro. Este era o fator que unificava a classe empresarial, fosse brasileira, norte-americana ou européia” (Idem: 122)

Outro problema deste ator político e econômico por excelência consistia no fato de que no Brasil este era capaz de produzir mercadorias industriais, principalmente bens de consumo não duráveis interligados diretamente a cadeia produtiva da exportação agrícola, em especial o café, e mantinham relativamente abastecidos os grandes centros

urbanos, notadamente no sul e sudeste tendo como marco a cidade de São Paulo e as capitais que se localizavam na grande faixa litorânea brasileira. Todavia, apesar dessa racionalidade econômica, ainda eram incapazes de articular dois fatores estratégicos para se consolidarem hegemonicamente na sociedade.

Um *fator de ordem política*, que era a inaptidão de imporem politicamente valores e políticas perante outros grupos dentro da sociedade a prioridade de articular políticas com seus interesses, tal como feito no “desenvolvimento clássico”, o que não se resumia apenas a formação de uma ordem social competitiva, mas a consolidação de um aparato de Estado capaz de dar suporte material, logístico e especialmente financeiro a reprodução desta ordem - que por sua vez trazia o segundo problema, o fator de *ordem econômica*, que é a incapacidade de investimento em larga escala em setores industriais de bens de produção, ferramenta fundamental de reprodução acelerada da ordem industrial.

Esses fatos já demonstravam de cara que no Brasil a constituição de uma ordem urbana-industrial convivia lado a lado com uma sociedade agrária de caráter político tradicional. A política seria então para o autor determinada pela articulação entre estrutura econômica, estrutura política e estrutura social? A questão nacional, ou seja, a modernização e com ela o desenvolvimento, caminhava de forma fragmentada e em descompasso, fundamentalmente na convivência entre *tradicional* e *moderno*, que demarcava o processo de modernização civilizatória em curso. A inaptidão a inovação empresarial schumpeteriana caberia a esses dois fatores estratégicos dentro da realidade brasileira.

Vimos em autores da sociologia histórica como Charles Tilly (1996) e Barrington Moore Jr. (1983) que o processo de acumulação de capital, principalmente no período de industrialização, expede uma articulação de classes e grupos que formam uma dominação política e econômica que motiva e determina o processo de desenvolvimento em curso.

No caso brasileiro, as etapas destes processos de formação e condicionamento do capitalismo nacional e de seus operadores foram realizados essencialmente de maneira singular, se observarmos a formação e atuação do empresariado nacional. É localizar o lugar deste último ator e sua situação dentro da sociedade brasileira que o primeiro livro de Cardoso aqui, avaliado e descrito a seguir, irá se tratar.

Seria possível pensar historicamente esta obra através de duas formas, *conjuntural*, ou seja o resultado da articulação e participação do autor nas pesquisas oriundas dos projetos do CESIT “*A empresa industrial em São Paulo*”, seguido de, “*Economia e sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento; e processual*, levando em conta a sucessão sistemática de acontecimentos históricos que permeiam a formação de *Idéias*, a passagem por diferentes *Instituições* tendo em vista o *Processo Histórico* de desenvolvimento em curso na América Latina.

Primeiramente como descreveu Cardoso na apresentação do texto, “*Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*” foi o resultado da tese de livre docência em Sociologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Apresentada em novembro de 1963, parte dos primeiros resultados empíricos dos estudos sociológicos sobre a relação entre a industrialização e o empresariado brasileiro feito dentro do CESIT com o auxílio das pesquisas *survey* produzidas nesta instituição dentro das grandes pesquisas feitas a partir de 1961, por ele e por diversos colegas e alunos da Cadeira I.

A questão essencial que podemos tirar dessa obra levantada é afinal como se caracteriza o processo de *desenvolvimento* no Brasil? Cardoso buscava complementar um conceito que provavelmente via como empobrecido dentro da visão normativa do pensamento econômico bastante decorrente nos anos 50, mas que a intelectualidade já demonstrava tentativas de reversão desse quadro, como demonstrou por exemplo a movimentação teórica de Celso Furtado no final dos anos 50. Na visão de Mantega sobre essa conjuntura teórica:

“Os ideólogos mais a esquerda do nacional-desenvolvimentismo, ligados ao ISEB e ao PCB, defendiam a hipótese de que a nascente burguesia industrial era aliada natural do proletariado e das massas urbanas a luta por uma industrialização nacional. Portanto essa burguesia industrial possuía a missão histórica de realizar uma espécie de revolução burguesa, que enfrentasse as classes agrárias atrasadas e também o “inimigo externo”, o imperialismo ou o capital estrangeiro em geral. Mas o trabalho empírico da equipe de Fernando Henrique apontava a direção contrária. Após uma minuciosa dissecação da burguesia industrial brasileira, o *Empresário* conclui que essa classe não aspirava a realizar qualquer ruptura com as oligarquias agrárias numa revolução burguesa, que a aproximaria do proletariado. Muito menos havia qualquer intenção de se afastar do capital estrangeiro, do

qual ela queria mais era se tornar sócia, se não nas empresas, pelo menos no processo de acumulação. (Mantega, 1997: 39)

Na percepção do economista José Serra³⁴ em depoimento a Mantega (1999) o debate de Cardoso nessa obra estava focado em saber qual é a real preferência e sentido que se dá ao conceituar o desenvolvimento pois “*a visão apresentada (...), é que você não pode ficar atado a uma visão normativa ou valorativa do desenvolvimento. Isto não implica que, na ação, você não defina os seus valores. Nem que você deixe de denunciar aspectos perversos.*” (idem: 129)

A tese do “empresário” foi confeccionada através da utilização de modernos métodos, técnicas e instrumentos de pesquisa desenvolvidos dentro do CESIT, que envolviam métodos survey quantitativos e entrevistas de tom mais qualitativo com empresários de *São Paulo* (40), *Belo Horizonte* (15), *Blumenau* (10), *Recife* (12) e *Salvador* (5), ou seja, em diferentes regiões geográficas, proprietários de industriais de mais de 500 empregados trabalhadores, ou seja, empresários donos de indústrias de grande porte e representativas para avaliar estruturalmente a economia nacional. Os dados dessas empresas foram levantados pelas equipes do CESIT que trabalham a época com Cardoso, e possivelmente foram de utilizados em outros trabalhos científicos do grupo. O autor procurou descrever o processo de desenvolvimento em curso no Brasil sem que desta forma se rendesse ao discurso do “nativo”. Assim, buscava-se

“(…) analisar as condições estruturais que dão sentido às opiniões e explicam a variedade e a versatilidade de que se revestem na experiência quotidiana dos industriais. A ênfase interpretativa foi colocada nos problemas de criação de novas condições para a ação econômica.” (Cardoso, 1964:8).

Ainda pegando o fator de pesquisa da dispersão geográfica da pesquisa, Cardoso justifica que o objetivo era para:

“(…) assegurar chances maiores para que ocorressem experiências empresariais diversificadas: indústria que se desenvolveu a partir do trabalho de famílias imigrantes em Blumenau; indústria implantada num meio social, como o Nordeste, onde o *patrimonialismo* ainda é forte e as tendências modernizadoras começam a pressioná-lo; industrialização num Estado em que as condições naturais são favoráveis para

³⁴ José Serra produziu com Cardoso na década de 1970 o texto “*As desventuras da dialética da dependência*”, mais um esforço de contrapor a visão “normativa e valorativa” contida nas obras de Theotonio dos Santos e Rui Mauro Marini.

implantar indústrias de base e as condições políticas incrementaram a participação governamental na economia, como em Minas; e finalmente São Paulo onde o “desenvolvimento industrial espontâneo” e o vigor do processo de industrialização tornam a escolha da área indispensável para compreender os problemas em minha mente.” (Cardoso, 1964:9)

Ainda na nota introdutória, Cardoso destaca o volume de recursos e apoios a pesquisa, com o apoio da CNI com doações à USP, com financiamento da recém inaugurada FAPESP e da CAPES que deram suporte para seu estágio no *Laboratoire de Sociologie Industrielle* da Universidade de Paris.

Mas o leitor deve estar se perguntando, porque estudar e colocar como objeto de pesquisa o empresariado? É importante alocar essa obra de Cardoso já em contexto particular, em um período de maturação do pensamento marxista, ou seja, em contato, como vimos acima, com um conjunto de idéias e reflexões desenvolvidas a partir de sua leitura influenciada tanto pelas discussões do *Grupo de estudos do Capital*, quanto por Florestan Fernandes na formatação de uma nova corrente do pensamento sociológico.

O “*empresário*” se encaixa enquanto objeto de estudo na questão das classes sociais formando um dos elementos explicativos da dinâmica de mudança e transformação estrutural e um dos principais agentes produtivos dentro do capitalismo.

Dadas as particularidades desse processo de formação no Brasil, seria possivelmente para Cardoso, um contra-senso científico inicial chamar este agente, através da nomenclatura de “*burguesia*”. No pensamento de Marx, *burguesia* se refere a uma classe social, surgida na Europa com o desenvolvimento urbano dos burgos, que eram também centros produtivos e de influxo de comércio do período de transição da sociedade medieval para a sociedade capitalista e que, com o devir histórico, dominou politicamente, visto nas revoluções burguesas, a sociedade e, constitui através dessas lutas o Estado moderno.

Mas como demonstrar movimento análogo em uma sociedade com a particularidade histórica de não ter passado pela etapa do feudalismo? Se for esse o problema inicial, muda-se a investigação do devir histórico da sociedade brasileira. Cabe aqui, uma particular *luta de classes*, um exclusivo modo de acumulação e de troca, um especial relacionamento e protagonismo político dentro do Estado, um capitalismo específico e assim um *processo histórico singular*. É a partir de então que vão surgir os

dilemas iniciais que estão na mente de Fernando Henrique Cardoso e de todos aqueles que passaram pelo projeto *Economia e Sociedade no Brasil*.

No primeiro capítulo dessa obra, bem como da maioria de suas teses, Cardoso busca revisar e dialogar com literatura contemporânea, tanto de cunho tanto econômico e sociológico, bem como pensamento liberal e marxista, visando esclarecer o contexto de redefinição do sistema produtivo capitalista no âmbito externo e a radicalização da burocratização das técnicas de comando e controle das grandes corporações na constituição do capitalismo monopolista. Além disso, seria necessário expor o aprofundamento dos investimentos estrangeiros na periferia.

Assim, Cardoso alega que as análises feitas até então sobre o capitalismo e os empresários industriais, enquanto categoria social (inclusive no caso brasileiro “*capitalista periférico*”) não coloca a disposição um instrumental teórico, metodológico e de terminações “suficientemente conclusivas” para serem usadas na realidade brasileira.³⁵

Cardoso pergunta-se se este instrumental, focado na análise do Capitalismo “*central*” concorrencial seriam suficiente para a “situação da periferia” em sua condição particular. Além, a redefinição do capitalismo com seu deslocamento para a fase monopolista e o afastamento do proprietário do processo produtivo coloca, para o autor, outra questão: “*até que ponto as transformações ocorridas nas sociedades capitalistas na fase monopolística da produção em massa implicam na redefinição das funções empresariais?*” (Idem, 1964:19).

Partindo destes fatos, Cardoso explica que por mais que novas formas de produção e inovação, com o crescimento administrativo das empresas nas economias capitalistas contemporâneas, tenham surgido e se modificado, o objetivo lógico, o *ethos*

³⁵ . Dentre as interlocuções estão a obra *Classe e Conflito de Classe nas Sociedades Industriais*, de 1959 escrita pelo sociólogo anglo-alemão Ralf Dahrendorf, bem como Adolf Berle, embaixador americano no Brasil de 1945-1946, que desenvolveu, enquanto acadêmico da escola de direito de Columbia estudos acerca da formação de monopólios e grandes corporações dentro do sistema capitalista. Também o economista W.W. Rostow, teórico do desenvolvimento com importantes trabalhos sobre em cima da teoria das etapas do desenvolvimento e modernização econômica, da idéia do “take off” ou desenvolvimento auto sustentado, o político do partido trabalhista inglês John Strachey que escreveu a obra *El Capitalismo Contemporaneo*, além dos economistas Celso Furtado, J.M Keynes, Joseph Schumpeter Abba Lerner e John K. Galbraith, Peter Drucker, Frederick Harbinson, Charles Appleton Myers, John Thomas Dunlop e Clark Kerr e do filósofo francês Raymond Aron.

Sem exceção, estes autores escreveram internacionalmente, em suas respectivas universidades e centros de pesquisa sobre em um campo comum, o circuito teórico de entendimento do capitalismo industrial. Todas as obras foram escritas quase que contemporaneamente a tese do “empresário”, no intervalo entre 1930 e 1960, o que leva a crer a fundamentação de uma legitimidade teórica e conceitual exigida pelos pares da Cadeira I, principalmente Florestan Fernandes.

de acumulação e produção de lucro e o papel do empresário são os mesmos. E além, A passagem da inovação econômica do sistema para os departamentos de pesquisa e desenvolvimento das empresas, não finalizam, de acordo com Cardoso, o papel de líder, do empresário, no sentido político, que é o novo elemento preponderante e que caracteriza a atuação do empresário. Apenas *“as condições de realização do lucro no mercado e as condições de inversão, modificaram-se. Mas o papel da política será o elemento importante “porque a concentração de capitais e a divisão do mercado mundial obrigam, de forma crescente, o surgimento na cena econômica de um novo personagem para garantir a prosperidade: o Estado”* (Ibidem: 28).

Promovido este fato, a participação e *“inovação”* dos empresários na reprodução do sistema e na formação de lucros nas sociedades do capitalismo contemporâneo se deslocam da **“Produção”** para a **“Política”**, ou seja, *no sistema de persuasão, influências e imposição de medidas e metas dentro das “ações de prosperidade”,* o que significa agir nas pressões por obras públicas e participação nos mecanismos decisórios de promoção do desenvolvimento do sistema capitalista que são implementados pelo Estado.

Essa *“politização da economia”* se esforça através de dois movimentos interligados ao Estado, a *concertação* que este faz e controle da concorrência para garantir a estabilidade de lucro e reprodução do mercado entre as grandes empresas monopolísticas, e o agente político que diretamente programa o sistema de obras públicas, infra-estrutura, despesas militares, projetos tecnológicos, dentre também, novas formas de expansão e manutenção do imperialismo e reorganização da política externa. Mais do que isso, essa politização também responderia a emergência da presença de novos grupos políticos oriundos da modernização e que agem nas novas e antigas arenas decisórias. Diz o autor que:

Por isso, as *elites dirigentes da econômica no capitalismo contemporâneo tornaram-se, ao mesmo tempo, elites políticas:* ultrapassar o ângulo de visão que a empresa isolada permite é um imperativo para garantir o êxito da própria empresa. Neste esforço as classes dominantes vêm-se, entretanto, desafiadas pela presença de novos grupos capazes de influir no sistema de Poder, criados, como dissemos acima, pela própria dinâmica da produção moderna. A ação e a organização política dos grupos não proprietários, através de sindicatos, associações, grupos de pressão, partidos, etc. *tornam cada vez mais necessários a ação coordenada das camadas proprietárias para a imposição de uma estratégia política que contrabalance a pressão das outras classes sociais.* (grifos nossos, ibidem: 37)

Esses fatores se transferidos para a realidade nacional demonstrariam “pensar” o empresário brasileiro enquanto um treloucado, um agente econômico sem racionalidade política. Ao contrastar as peculiaridades dos casos das economias subdesenvolvidas, Cardoso, seguindo uma mesma tradição intelectual da *Escola Uspiana* de “*pensar as próprias estruturas*” diz que:

Seria enganoso pretender transferir o esquema válido para a análise das formas de comportamento tipicamente empresariais das economias caracterizadas pelos monopólios e pela produção em massa para compreender a ação e a mentalidade dos empreendedores das áreas subdesenvolvidas. Não se pode esperar, por outro lado, que nestas últimas áreas o empreendedor repita, simplesmente, a história dos homens que fizeram o desenvolvimento do capitalismo no período clássico. (ibidem: 41)

Dado então a crítica aos “*esquemas abstratos de análise*” da relação entre desenvolvimento econômico e camada empresarial contido na *industrialização por etapas* de W. W Rostow ou na *industrialização como sistema*, do trabalho conjunto dos economistas americanos Frederick Harbinson, Charles Myers; além de Clark Kerr, bem como dos “modelos históricos” do economista da escola austríaca Bert Hoselitz; Cardoso salienta que há um grave descompasso entre os modelos econômicos e sociológicos “abstratos” desses autores e a história “concreta” do sistema capitalista.

Invertendo a lógica “*normativa*” da construção dos modelos de desenvolvimento econômico, anteriormente apresentados, Cardoso propõem que se *investigue e determine as estruturas que explicam como acontece esse desenvolvimento*. Não adianta de nada para este autor estudado sobrepor variáveis de valor explicativo restrito sem considerar a particular estrutura social a qual se inserem e o determina.

Em seguida, para se determinar um tipo estrutural de desenvolvimento é necessário especificar a relação, que é multideterminada, do condicionamento dos agentes sociais envolvidos, bem como as tipologias existentes e os resultados concretos das ações coletivas “*que definem modos de existir socialmente*”, dos quais advêm as possibilidades de desenvolvimento. Sintetizado a isso, a relação *subdesenvolvimento X desenvolvimento*, são menos permeadas por determinantes econômicos constitutivos, como seguir a “*lógica do mercado*”, *do que processos políticos e sociais de dominação*

que estruturam o sistema, como “divisão do trabalho e “dominação” de classe imposta. (ibidem: 67-69)

Para então formatar uma análise sociológica desse processo, Cardoso proporciona que as sociedades passam por uma via de mão dupla no desenvolvimento, que reflete uma mediação política, que representa uma luta social. Esta nos revela uma tensão dos objetivos e interesses políticos econômicos e sociais das classes de modos diversos. Por um lado esse conflito modifica a posição de uma sociedade em particular frente às outras tantas sociedades (no caso a sociedade brasileira se inserindo em uma nova etapa de acumulação e participação na divisão internacional do trabalho) e no plano interno dessa sociedade, as camadas sociais são criadas e se transformam.

No momento em que a modernização social se torna uma “questão nacional” na esfera política do Brasil, a categoria social do *Empresariado* não toma consciência de que inicialmente o Estado e a sua Estrutura administrativa econômica-financeira, nas condutas políticas e no conhecimento de seus técnicos pode ser um ponto de partida e um multiplicador de seus lucros. Então, essa classe social para constantemente suprir suas necessidades para a criação de inovação de bens, de métodos de produção, de expansão de mercados, de suprimentos e novas técnicas industriais, se caracterizando sempre como *sócio-menor* do desenvolvimento frente aos outros grupos.

Nessa variação estrutural particular, a lógica de luta política da sociedade de classes e a distribuição interna de poder demonstram tanto as “*condições para o desenvolvimento, como originam e marcam os “interesses e propósitos”*”, bem como os limites para onde está indo a dinâmica social. Essa é a dinâmica *concreta* da análise sociológica do processo de desenvolvimento, “*o tipo particular de sociedade industrial criada*” no Brasil.

Pegando a idéia de Furtado sobre os efeitos do crescimento industrial, Cardoso afirma que quanto maior for a capacidade de atuação do empresário do sistema industrial no mercado interno e sua aptidão, de pouco a pouco crescer e gerar bens de produção, maior será seu papel dinâmico produtivo que vai alcançando maior complexidade econômica e com isso se verificará a extensão de sua autonomia social e com esta, a *autonomia política*, com a superação da estrutura econômica colonial, a diversificação da divisão social do trabalho e a formação de uma ordem industrial moderna. Assim:

O crescimento industrial gera, portanto, seu próprio impulso de crescimento, o qual se propaga aos demais setores da atividade econômica. Esse autodinamismo é específico da indústria. Sendo a razão que faz o setor industrial funcionar como força propulsora do crescimento das economias avançadas, que são sistemas autônomos. (Cardoso apud Furtado, 1964:76)

No entanto esse fator histórico não é constantemente automático e tem suas conseqüências. Segue no Brasil seu curso histórico particular. Com a suspensão temporária das trocas comerciais entre Brasil e os países industrializados, devido às guerras mundiais e a crise sistêmica do setor agroexportador, a política de defesa do nível de renda através da desvalorização cambial, se favoreceu a defesa do mercado interno e com isso uma pequena expansão do setor industrial ligado a esse. (Idem: 77) Os desequilíbrios provocados pelo sistema de infra-estrutura geraram pressões inflacionárias. O Estado procurou no período do Governo Dutra, ainda que em um curto espaço de tempo, corrigir estes problemas com abertura a importações. Isso gerou graves problemas cambiais. Com esse conflito, a política cambial, modificada novamente, criou um sistema de proteção a industrialização. Protegeram-na contra a importação de artigos não essenciais e pelo subsídio a importação de matérias primas e equipamentos. Mas este fato não se tornou uma política permanente.

Na década seguinte, com o avanço dessa política de substituição de importações, bem como os resultados dessa política, proporcionaram a alta rentabilidade do setor industrial, ainda que “*artificial*”. No entanto, isso gerava nova necessidade de importação de equipamentos e a dificuldade desta gerou nova pressão inflacionária.

Existiam então dois caminhos, reduzir o nível de emprego e aumentar as substituições de importações, ou cortar os investimentos nesta e manter o nível de emprego. Nem uma nem outra foram aplicadas. Optou-se por aumentar o nível de investimento e manter o nível de emprego, o que gerou a capacidade o dinamismo econômico entre 1955 e 1960. (Idem: 77)

Ao rever esta análise de Furtado, a crítica Cardoso salienta que não são verificados explicitamente, neste íterim, *as relações de classe entre o papel dos empreendedores industriais e o Estado, nem as alterações e permanências da estrutura agrária tradicional*, bem como as pressões do mercado internacional, problemas políticos como o imperialismo e a luta pela emancipação deste. Em um momento se

supõe que o desenvolvimento é feito ao acaso por fatores econômicos não controláveis, em outro momento, se abandona essa idéia e se salienta as “artimanhas mais perceptíveis do Estado. Na contradição de resultados, se resulta o fortalecimento econômico e político dos industriais, sem levar em conta sua própria atuação no sistema de barganhas da política. Ainda mais, Cardoso diz que:

(...) insiste-se em que o principal centro de decisões é o Estado e, por isso, o “desenvolvimentismo” como ideologia do desenvolvimento concentra suas expectativas e pressões sobre a ação estatal. (Cardoso, 1964: 78)

Para Cardoso existe uma miopia em algumas análises e resultados destas obras específicas, Furtado não contesta o processo político-econômico-social do desenvolvimento econômico do Brasil levando em consideração certos acontecimentos - *o surgimento de novas classes que redefinem o balanceamento tradicional de poder* e o rompimento do estancamento econômico, no plano político e econômico, interno e externo. Afirma então que Furtado:

Não discute, contudo, que grupos nacionais e internacionais controlam o Estado e a indústria. Por outro lado, como afirma que o Estado deve exercer uma função supletiva diante da iniciativa privada, entrando na economia no momento devido, e saindo na ocasião oportuna, toda análise que faz da transferência dos centros de decisão torna-se abstrata pela falta de análises sobre as relações entre a iniciativa privada nacional e as organizações econômicas internacionais. (Idem: 79)

É preciso, para o autor, uma análise que ressalte a “*natureza*” do “*nervo político*” das “forças” do desenvolvimento, ou seja, *como classes e grupos sociais se comportam politicamente na oposição de interesses contidos frente a esse processo*. No caso focado por Cardoso - como o empresariado brasileiro atuaria e faria ou não vingar uma influência frente a esse fenômeno, em seus objetivos, interesses sociais e processo de tomada de decisão, no âmbito político interno – o Estado e suas capacidades de suporte desse processo, bem como o conflito de interesses externos – latentes no “choque entre as nações”, traduzido no imperialismo. Assim:

A prevalência da influência de uns ou de outros grupos resultará, como é evidente, em tipos diversos de sociedades industriais, nas quais o próprio mecanismo econômico – para não falar no sistema político e nos critérios de estratificação social – será regido por padrões diferentes. (Ibidem: 80)

Nas discussões que Cardoso faz sobre as análises de Furtado e Hélio Jaguaribe, *a passagem do Brasil, na década de 1950 para uma sociedade industrial autônoma causou um rearranjo de um sistema de poder e novas relações políticas com o mercado capitalista mundial*. Principalmente no Estado de São Paulo, a iniciativa privada teria criado um importante parque industrial, principalmente com os importantes vínculos gerados pela transferência de capitais da agricultura do café para as indústrias de bens de consumo, além do advento dos investimentos estrangeiros, acelerados a partir da segunda metade da década.

A pesquisa de Cardoso demonstrou, entretanto, que o virtuosismo da ação empresarial nacional até meados da *década de 1950*, foi pouco desenvolvido. *A produção da indústria se concentrou em ramos tradicionais, as práticas empresariais eram rotineiras e os empreendedores, com muitas poucas exceções não organizaram uma política nacional de industrialização, nem organizaram grupos políticos que visassem esse sentido*. Só após a entrada de capital estrangeiro que houve algum destaque do setor privado no parque manufatureiro, com a consequência de práticas empresariais agressivas na concorrência e organização produtiva. A iniciativa privada **não** foi então *a mola propulsora do desenvolvimento e da modernização industrial no Brasil*. Pelo contrário, este foi feito através de padrões tradicionais e comportamentos econômicos “irracionais” não conscientes.

Ora, o crescimento industrial, obtido pela iniciativa privada no Brasil até a década de 1950 foi, por assim dizer, “empírico”, isto é, os capitais eram aplicados nos setores que a curto prazo, davam maiores lucros, num movimento contínuo de adaptação gradativa às circunstâncias econômicas. (Ibidem: 84)

Para Cardoso, dada a escassez de recursos, em uma economia subdesenvolvida em vias de modernização como o caso do Brasil só pode se iniciar e desenvolver através de dois movimentos, o apoio maciço de capital externo ou um Estado que faça poupança interna nacional, que canalize esses recursos para a iniciativa privada.

No Brasil, só a segunda via funcionou em parte e a primeira não funcionou sistematicamente antes da década de 1950 com o advento do *nacional-desenvolvimentismo*.

O Estado, enquanto agente econômico nodal desse processo **não** se constituiu enquanto tal por pressão de uma burguesia industrial politicamente dominante. O setor dinâmico privado nacional se constituiu e manteve-se à margem do processo político até essa década supracitada. Cresceu de forma paralela às iniciativas encabeçadas pelo Estado, pelo capital externo e pelo movimento das outras classes, mas, com isso não se quer dizer que o empresariado não se tenha beneficiado do processo de modernização em curso pelo Estado. No Brasil houve então, nesse contexto de industrialização, dois fatos importantes:

No primeiro momento, a aspiração ao progresso e a independência nacional deu sentido à crítica do “processo espoliativo” da economia e permitiu a definição de alvos capazes de acarretar a longo prazo, mudanças estruturais. Emancipação econômica, *inversões estatais nos setores de infra-estrutura e nas indústrias básicas* (petróleo, siderurgia etc.) e *planejamento* (como condição para adequar os escassos meios disponíveis aos fins colimados) foram os valores que orientaram as aspirações coletivas neste primeiro momento. (Grifos nossos, *Ibidem*: 84)

E em um segundo momento:

(...) houve a permeabilização do setor industrial já existente da economia brasileira aos modelos e práticas sugeridos e difundidos pelo que chamaríamos de pressões desenvolvimentistas, *sem, contudo, ter havido a adesão total da burguesia nacional aos valores de cunho estatizante* que orientaram os movimentos pela emancipação econômica. (Grifos nossos, *Ibidem*: 84)

Existiu então neste momento, por boa parte da burguesia, um receio para com a atuação política sistemática, no sentido de pressionar o Estado a agir em seu benefício das políticas de desenvolvimento e independência econômica industrial, como a criação de indústrias de base, absolutamente necessárias para a propagação do capitalismo industrial da segunda etapa (indústrias de fabricação de maquinário, de geração de energia elétrica, químicas e aço). Ainda que se opinasse de forma descrente, o Empresariado se aproveitava muito mais dessas políticas do que as tentasse conduzir. Quando o Estado brasileiro já avançava com as políticas de desenvolvimento que iam por este sentido, a particular burguesia brasileira, também se aproveitando desse processo não buscava gerar influência política para se beneficiar diretamente desse processo. A burguesia industrial brasileira não demonstrava possuir uma consciência de classe claramente “nacionalista” e “progressista” e nem imaginava que seria

beneficiária do processo de desenvolvimento empreendido pelo Estado brasileiro nesse momento. Cardoso demonstra que essa mesma classe via com ceticismo a ação do Estado e na primeira oportunidade que teve, ao contrário do que afirmavam as correntes *Isebianas* e principalmente do PCB, aliou-se aos “*interesses estrangeiros*” “*imperialistas*”. E além, a expansão da iniciativa privada vai depender em um dado momento da integração produtiva que vai ter com esses mesmos investimentos estrangeiros no Brasil.

A relação entre Empresariado e o Estado brasileiro, na passagem do contexto dos *anos cinqüenta*, atua no processo “*entre o passado e o futuro*”. Preservou-se no dentro do mesmo Estado grande parte do poder da Oligarquia. Este é visto com descrença pela burguesia industrial, que não atua diretamente no planejamento do crescimento desta que cresce de acordo com o volume de investimentos oriundos dos grupos internacionais e também não atua na modernização da estrutura agrária arcaica “*(...) mas as decisões dependem da anuência dos novos grupos que se encaminham para o poder, as massas populares urbanas e a burguesia industrial.*” (ibidem: 86)

Entretanto, a característica importante do Estado neste momento é de ofertar políticas desenvolvimentistas na atuação política dos movimentos sociais, da Tecnoburocracia, oriunda das classes médias por sua vez composta por diversos grupos – *militares, profissionais liberais, estudantes, funcionários públicos e técnicos*. Assim os grupos políticos de caráter policlassista como o de Vargas, ligado a esses setores sociais produziam ações políticas próprias como:

A campanha do petróleo e todas as lutas pela emancipação econômica (...) estão na raiz das medidas de desenvolvimento propostas pelo segundo governo de Vargas a que aludimos anteriormente e só tem a anteceder-las como empreendimento do vulto, a instalação de Volta Redonda, onde também os militares, e não a iniciativa privada tiveram papel preponderante. (Ibidem: 88)

As massas populares urbanas, elementos também da modernidade peculiar, permeavam e atuavam, ainda que de forma “afônica” neste processo, eram manipuladas pelas lideranças populistas e pelos meios de comunicação de massa. Cardoso provém que essas massas participavam de forma marginal e sem uma opinião, pensamento ou princípios políticos claramente formados. Os movimentos nacionalistas e a esquerda,

linha de frente da atuação política e social concreta das classes médias que formavam a tecnoburocracia, perderam a capacidade de mobilização e conscientização dessas massas na formação de uma classe “consciente” para si dado uma incapacidade política dos partidos e dos movimentos políticos organizados de fazerem a manutenção da organização de seu poder.

Para o autor, a “*burguesia tradicional*” parecia estar sofrendo um processo lento de transformação e seguindo um novo rumo histórico, colado ao Estado planejador e “racionalizado”, bem como adentrando ao virtuosismo trazido pelos investimentos estrangeiros. E começaria a participar ativamente do processo político, mas sem antes escorar e garantir politicamente com setores da tecnocracia do serviço público, do capital estrangeiro, da oligarquia e da burguesia da “segunda geração”, ou seja, a que colheu diretamente os trunfos da etapa nacionalista do desenvolvimento. O nacionalismo vira sua “bandeira” dentro dos limites das novas possibilidades de desenvolvimento inseridas na reprodução de crescimento econômico, mas expõem não sua *autonomia* política e econômica, mas sim sua *dependência*.

Por seus estudos sobre empresário industrial ele já havia consolidado a perspectiva de que “a burguesia industrial nacional estava impedida por motivos estruturais, de desempenhar o papel que a ideologia nacional populista lhe atribuía (...) satisfeita (...) com sua condição de sócio menor do capitalismo ocidental e de guarda avançada da agricultura que muito lentamente se capitaliza. (Lahuerta 1999:112 apud Cardoso, 1972: 198)

Cardoso diagnosticou então que, no caso brasileiro, a classe burguesa/empresariado nacional não agiu e se consolidou, enquanto agente de mudança social de maneira análoga a da sociedade inglesa vista por Marx.

Não apenas esse fato, mas também enquanto classe politicamente organizada e hegemônica, organizadora da produção e da reprodução do avanço das técnicas de produção e geradora eficiente do progresso econômico. A classe produtiva brasileira agia sim na sombra do Estado, do capital estrangeiro e demais classes. Era falha na formação da mentalidade de sua própria consciência e defesa da consolidação do capital nacional, observada na pesquisa social, que expunha a dificuldade da sua formação e consolidação enquanto classe social produtiva de preeminência, o que gerava um quadro crítico da ação coletiva da classe produtiva dentro estrutura política. De acordo com

Gildo Marçal Brandão³⁶, todos os entrevistados, apenas dois industriais afirmavam ter pretensões de defesa incondicional da formação e consolidação da indústria nacional, Fernando Gasparian (amigo de infância de Cardoso), a época empresário do ramo têxtil e Antônio Ermírio de Moraes, da Votorantim, notório do ramo da construção civil e da produção de bens de capital, ambos ramos beneficiados pela política de substituição de importações.

Contrariando a expectativas sobre o virtuosismo da burguesia brasileira dentro da futura “revolução democrática burguesa” contidas na teoria do PCB, do ISEB bem como a esperança de alguns teóricos da CEPAL dos anos 50. O que teria abalado em muito a confiança e expectativas dos intelectuais do pensamento político sobre a participação da burguesia em um processo de reforma generalizada da sociedade em prol de uma industrialização nacionalmente constituída.

2.2 Direção, Tradição e Renovação empresarial no Brasil.

Na segunda parte do texto, ao investigar a direção das empresas industriais brasileiras, divididas em empresas “*familiares*” e “*sociedades anônimas*”, Cardoso demonstra que as indústrias brasileiras em sua maioria são controladas diretamente pelo empresariado ou por “pessoas de confiança da família”, sobrando pouco espaço para a administração profissionalizada. Este fato é, para o autor, decorrente de razões históricas-culturais constituídas socialmente tendo como plano de fundo o patrimonialismo e a idéia de “controle familiar” e do padrão cultural hegemônico da imigração. Entretanto, negando a idéia de “*atraso cultural*”, a persistência deste processo decorre do processo e dos elementos conjunturais que vão redefinindo constantemente até que esses virassem a “*condição de sobrevivência*” e não de extinção da acumulação de capital das empresas industriais, tal como visto se compararmos com padrões capitalistas de outras realidades sociais que não a brasileira. De forma decorrente, esse *modus operandi* fez com que isso se tornasse um empecilho para a inovação, renovação tecnológica e empresarial e reprodução industrial. Assim, persiste para o autor, dentro das empresas familiares, o “*aventureirismo*” empresarial, a *especulação*, os *favores governamentais*, a *ausência de melhorias técnicas na produção*, e a *lentidão da expansão comercial*. O empresário brasileiro seria acima de

³⁶ Depoimento proferido no workshop “*Linhagens do pensamento político-social brasileiro*” FFLCH-USP Dezembro de 2008.

tudo um “*especulador*” produtivo e cambial, tanto de estoques quanto de matérias primas, explorando as expectativas inflacionárias para auferir lucros. Mesmo dentro das empresas “estrangeiras” que carregavam padrões organizacionais modernos e mais “burocratizados”, houve grande assimilação das práticas “familiares” que fomentaram a especulação do mercado, minando constantemente o processo de expansão do desenvolvimento, mesmo no auge de seu dinamismo.

Assim, Cardoso afirma categoricamente que é preciso modificar e dinamizar a forma de gerir as empresas, buscando novos objetivos econômicos, novas formas de lucro e operacionalizar mais sua organização administrativa através, obviamente da modificação da cultura patrimonial visto como causa do atraso e pernicioso para o desenvolvimento.

Sobre a mentalidade dos empreendedores brasileiros, Cardoso afasta estes da idéia de que estes seguem um padrão de racionalidade de suas ações a partir de um ponto de vista universal. A ação empresarial criadora implica no pressuposto das condições históricas que formatam a realização do lucro, somados aos meios “técnicos e científicos” para a obtenção do mesmo, que podem variar de tempos em tempos. A política de substituição de importações, assim sendo, permitiu uma leve expansão fabril e a introdução de técnicas modernas de produção, renovação de equipamentos, ainda que não priorizassem a capacidade de aumentar a produção. Ou seja, se expandiu o número de fábricas, o lucro, mas não a capacidade de trazer mais produtos ao mercado. Para Cardoso, o planejamento da política de substituição era então incompleta pois ficava controlada pelo mercado e seus investidores, que articulavam sempre uma concorrência e uma capacidade de produção imperfeita. Com o ritmo de produção, consumo e de preços controlados, os industriais brasileiros conseguiam assegurar altos lucros mesmo que suas fábricas fossem obsoletas, assegurando a sobrevivência de um ciclo de acumulação que era vicioso para o sistema, mantendo, somada a distancia e especulação no preço do frete, altos custos, altos preços, baixa tecnologia e altos lucros - o que conseqüentemente, mantém o lucro sem relacioná-lo ao desenvolvimento das técnicas de produção, através do apego as práticas de mercado e relações sociais tradicionalistas e distorcendo assim o crescimento, ou seja o desenvolvimento.

Surge a figura do “*Empreendedor*” brasileiro, um agente econômico acuado, que se favorece pela concorrência imperfeita e pela especulação, apegado as formas

tradicionais de convivência que carregam suas ações de conteúdo emocional principalmente na manipulação de trabalhadores, bem como de mercados. Um ser social que constitui na aversão aos contratos que traduzem as leis tributária que imprimem a ação institucionalizada. Todavia, Cardoso coloca que isso não se constitui como regra generalizante, portanto, ainda que exista toda essa restrição estrutural, existe espaço para a atuação do empreendedor. Essa consideração, bem como a tonalidade dos depoimentos colhidos pela pesquisa irão fazer com que divida a “mentalidade”, ou seja *o conjunto de representações* desses atores econômicos em duas tipologias, os *Capitães de Indústria* e os *Homens de Empresa*.

Os *Capitães de Indústria*, primeira tipologia de “mentalidade” do empreendedor brasileiro trabalhada por Cardoso, se caracteriza por formas de comportamento, pensamento e julgamento sobre o que é certo e errado que são ambíguas. Suas ações perpassam condutas políticas e econômicas que são tanto formas “tradicionais” quanto “modernas”. Assim sendo, ainda que visem constituir indústrias com técnicas modernas de produção, fazem usufruto de capitais e benefícios (empréstimos e concessões) oriundos das ações políticas clientelistas frente o Estado. Esse setor tem origem social dentro de “*famílias tradicionais*” financeiramente decadentes, que não possuem um volume de capital suficiente para fazer investimentos maciços na industrialização. Bem como de famílias que recentemente se transferiram do ramo agrícola para o ramo industrial sem abandonar práticas econômicas de especulação e controle de mercado, ainda que trabalhassem pela expansão de suas atividades econômicas. Estes agentes não apenas tem tendência a aproveitar as facilidades oficiais, como as manipulam em proveito próprio, apesar de valorizarem a livre iniciativa frente ao Estado. Acima de tudo, são um setor empresarial permeado pela contradição, trabalhando por um lado com práticas patrimonialistas com o Estado em prol de acumulação rápida e por outro constituir uma indústria com “técnicas modernas de produção”.

Ainda de acordo com Cardoso se contradizem quando opinam sobre a ação do Estado, visto tanto provedor de benesses (quando este age através de empréstimos, facilidades) quanto de problemas (legislação, intervencionismo, regulação econômica excessiva e distributivismo social). A valorização do “trabalho árduo”, traduzido como exploração do trabalhador e da poupança pode ser uma característica, ainda que isso não demonstre racionalidade econômica plena. Contudo de acordo com o autor:

Depoimentos, insistindo em que o Estado é mau patrão e ineficiente, foram coligidos em todo o Brasil, freqüentemente dos mesmos industriais que desejam apoio governamental para seus empreendimentos e ação planificadora do Estado para promover o desenvolvimento. [...] Como num mito, o tempo que define os dois pólos da fábula do Estado é descontínuo e as qualidades que constituem o personagem se reconstróem em cada momento que dá sentido à narrativa. O Estado que socorre a “minha indústria” nada tem a ver com o Estado mais abstrato que ao legislar e agir intervém na vida econômica e se torna símbolo eterno da anti-empresa. (Idem: 135-136)

E assim segue a ambigüidade. Relatando sobre os dados adquiridos na pesquisa, características positivas como poupança, trabalho, e perseverança podem se aliar a senso de exploração de condições sociais. Fogem ao espírito de aventura, de iniciativa individual e do trabalho tecnicamente orientado, para a exploração do trabalhador e pelas possibilidades que a situação econômica conjuntural oferece, como a especulação em cima da escassez de produtos. Contudo, a ambigüidade desse ator não necessariamente cristaliza uma mentalidade empresarial dicotômica. Cardoso afirma então que:

Quando um capitão de indústria alia o grau de compreensão de seu papel como industrial revelado pelo depoimento acima à prática de medidas para baratear e melhorar a produção em massa de forma a enfrentar as novas condições do mercado e da concorrência e passa a atuar fora da empresa ainda que visando amparar idéias e iniciativas que, indiretamente, beneficiam a indústria (como, por exemplo, programas de assistência técnica, investigações tecnológicas, treinamento e formação de pessoal etc.), estão presentes as condições para que ele se transforme em homem de empresa. (Idem: 139)

Os *Homens de empresa* é uma outra forma tipológica de caracterizar a mentalidade empresarial. Moderna, essa tipologia é pensada enquanto um grupo mínimo de dirigentes que carregam nível elevado de consciência sobre os problemas das empresas, tal como aumento de produtividade, organização técnica e administrativa. São empresários que pensam no lucro equilibrado e pensado a longo prazo no controle racional de gastos, bem como “substituem o paternalismo” com a organização racional do trabalho e autonomia frente ao favorecimento estatal. Contudo, Cardoso diz que :

o que fundamentalmente os distingue dos capitães de indústria é que ao contrário destes últimos que vivem cerrados no círculo de giz de suas fábricas, os homens de empresa tem as preocupações voltadas para a “sociedade como um todo, embora[...] não tenham condições para imprimir ao processo social a direção que lhes convém, nem possam exprimir com sua ação o interesse de todos”. (Idem: 140)

Ou seja, apesar das virtudes “modernas” e de serem potenciais líderes, com inquietação e “participação ativa” frente aos problemas contidos na relação entre Estado e Sociedade e suas questões políticas, econômicas e sociais, a capacidade de concentrar poder que esse extrato empresarial tem para influenciar na transformação política é mínima diante da força política dos outros setores interessados nas determinações coletivas. Para o autor, os *Homens de empresa* são os empresários que buscam constituir a ordem “capitalista e industrial clássica” e plena no Brasil, a ordem da competição “justa e equilibrada”, da racionalização da produção nacional pelos corolários da administração científica, na busca pelo lucro. São permeados pela ideologia do capitalismo da “concorrência perfeita”. Entretanto, já crendo em uma impossibilidade estrutural de desenvolvimento pleno, Cardoso diz que “*seria ilusório supor que na era do capitalismo monopolístico e do imperialismo os males das economias subdesenvolvidas poderão ser corrigidos pela criação de um mercado concorrencial entre muitos produtores.*” (Idem:146)

O desenvolvimento industrial ao qual se fala implica na criação de uma maciça economia de escala, na formação de grandes empresas. Foi detectado por Cardoso que, para garantir mercado para si, o empresariado nacional se associa as empresas estrangeiras, se tornando tanto dependentes quanto sócios menores. Sobre as duas representações, Cardoso conclui que:

As relações entre uma e outra análise mostrarão ora a “mentalidade empresarial” como uma resposta a situações que “se criam, ora como projeto de criação de novas situações. A função dinâmica relativa da “mentalidade empresarial” no processo de desenvolvimento depende da forma de participação da burguesia industrial na formação da sociedade industrial moderna: no início do desenvolvimento econômico do Brasil, como vimos, a burguesia industrial antes reagiu as inovações que se projetam do que as criou. No presente [...] começam a delinear-se disposições em sentido contrário, cujo êxito dependerá naturalmente, das chances políticas que a estrutura econômica e social do país apresentar para a burguesia como classe. (Idem: 158)

Assim, Cardoso pensa nas especificidades da burguesia industrial brasileira e para isso, busca salientar a fragmentação e a desorganização de seu principal problema, *a consciência de classe*, ou seja, determinar no caso da burguesia brasileira, os problemas de sua formação, posição social, mentalidade, comportamento e destino histórico comum. Olhando então para o próprio estudo, Cardoso vai colocar que no caso

brasileiro, a burguesia nacional é heterogênea, sem tradição no ramo industrial, sem valores e interesses comuns, buscam comodidade e amparo no tradicionalismo e no paternalismo, na corrupção de políticos e funcionários públicos em troca de vantagens e favores pessoais e negando a associação política da classe industrial enquanto forma legítima de solução de seus problemas. Não exercem, em sua ampla maioria, controle hegemônico sobre a política. Não apóiam candidatos que carregam propostas transformadoras para o país e acabam servindo enquanto massa de manobra de políticos tradicionais em troca de compromissos individuais.

Sua ideologia é o lucro, ainda que sua consciência seja uma quantidade indefinida e isolada de distintas mentalidades individuais não coordenadas entre si. Mesmo quando amparada por uma ação racional Estatal ou por um investimento estrangeiro, a burguesia industrial se contenta com a cautela. Como pode ver no trecho a seguir, Cardoso crê que:

[...]qualquer formulação objetiva do processo de crescimento industrial acaba mostrando que a indústria nacional está presa a um padrão acanhado de comportamento econômico que tem suportes contraditórios no investimento estrangeiro e nas inversões estatais. Entre estes dois pólos a burguesia nacional hesita incessantemente, temendo ora a alienação do patrimônio, ora a perda do controle político na nação. Isto quer dizer que qualquer teoria objetiva do papel da burguesia no processo de desenvolvimento e do próprio desenvolvimento acaba apontando um beco sem saída e que portanto, a ação econômica dos industriais termina tendo de ser orientada antes pela opinião do dia-a-dia ao sabor do fluxo e refluxo dos investimentos estrangeiros e da política governamental, do que por um projeto consciente que permita fazer coincidir, a longo prazo, os interesses dos industriais com o rumo do processo histórico. (Idem: 168)

Não sendo um conceito estanque dentro de seu pensamento, para o autor a burguesia industrial contemporânea (final dos anos 50, início dos 60, ou seja no limiar entre auge e início da decadência do nacional-desenvolvimentismo) pode ser dividida em dois grupos com representação de interesses e visão de desenvolvimento que são distintos entre si.

O grupo que funciona enquanto “sócio menor”, ligado, principalmente no Estado de São Paulo, aos investimentos dos grandes conglomerados e consórcios de empresas internacionais, ou seja, de empresas que produzem produtos e mercadorias atrelados a produção dessas indústrias em território nacional, onde o exemplo nodal é o ramo

automobilístico. Este grupo vê a industrialização como uma ramificação do desenvolvimento capitalista global, descaracterizando a necessidade “nacional”, o que vai formalizando aos poucos o ajuste ideológico entre grupos “nacionais” e “estrangeiros”, em nome de um interesse capitalista comum – o lucro.

O segundo grupo, oriundo dos capitais advindos da renda da terra, que se transferiram para o ramo industrial e aos poucos foram adquirindo posição de destaque dentro dos negócios e evoluíram de uma mentalidade de “*Homem de empresa*”, ainda que consigam fazer progresso técnico através do favoritismo estatal, da exploração fabril e da sonegação de impostos. A visão de industrialização é atrelada enquanto um interesse nacional, puxando então a necessidade de interferência estatal para a expansão empresarial.

Ambos os grupos, ainda que quase sempre necessitando de ajuda do Estado para realizar seus investimentos, são descrentes quanto as suas ações intervencionistas, vendo estas como possíveis ações “estatizantes e socializantes”, identificadas com os políticos populistas, ainda que não abandonando a democracia enquanto o melhor regime para o desenvolvimento econômico. Aos poucos, neste período, a burguesia começa a transformar suas condutas, reformando sua própria consciência. A ação política é valorizada e racionalizada, formam-se objetivos claros e estratégias que os transcendam o favorecimento contido nas práticas ilícitas de clientela, colocando na ordem no dia a ação concertada através de associações e grupos de pressão. Entretanto, Cardoso complementa que:

A persistência e subsequente generalização destas tendências que por enquanto encontram expressão apenas em grupos restritos de industriais, poderá permitir a mobilização dos recursos materiais de que a burguesia industrial já dispõe e a dinamização das aspirações e motivações dos industriais no sentido de transformarem-se de jure em camada política dominante. Entretanto, qualquer prognóstico sobre o futuro da sociedade de classes no Brasil só pode ser feito, concretamente, com a análise simultânea das transformações paralelas por que passam as massas urbanas, especialmente as camadas trabalhadoras, e as massas rurais. (Idem: 175)

Entretanto, da mesma forma que divide suas estratégias de ação e de mercado, no texto, produzido quase que contemporâneo ao calor da crise do nacional-desenvolvimentismo e da pressão constante das massas populares no movimento de apoio as reformas de base de Goulart, como a tributária, agrária, nacionalização de

empresas, a restrição a remessa de lucros (bem como a reação política contrária), Cardoso crê que a burguesia também está profundamente dividida em duas alternativas que são temidas e que podem trazer perigo para seus interesses, ou apoiar o processo de “reforma”, que é taxado de revolucionário e que pode ser vantajoso para a industrialização, mas que também pode fugir ao seu controle. Ou se aliar aos interesses da “ordem” tradicional e pecar pelo “imobilismo” social, que é garantido de manutenção de seu espaço de ação, mas que pode ser deletério para si, ao servir constantemente aos interesses dos grupos estrangeiros, dos grandes proprietários de terra, e do capital financeiro que dão pouco espaço para a constituição da industrialização.

Assim, devido a sua essência contraditória e não sabendo ao certo que compromissos assumir para si em último caso a burguesia industrial parece seguir o caminho da “ordem”, aceitando sua condição de sócio menor do capitalismo ocidental :

[...]a burguesia industrial torna-se parte do instrumento da dominação política dos grupos tradicionais. Com isso, cria, quiçá, a possibilidade que mais teme: de perder as chances históricas de exercício pleno da dominação de classe. (Idem: 180)

Fizemos neste capítulo um breve reexame dos problemas salientados pelo sociólogo Fernando Henrique Cardoso em “*Empresário industrial e desenvolvimento econômico*” de Fernando Henrique Cardoso. Uma obra do pensamento marxista de Cardoso, que traz alguns debates na questão do desenvolvimento e da modernização do caso brasileiro, transformação social objetiva vista enquanto uma luta conflituosa gerado por uma contradição política e econômica dentro de uma estrutura histórica e social, tendo como foco a particularidade dessas relações políticas e materiais de suas classes produtivas, em especial o “nosso empresariado”. É importante trabalhar as obras dentro de um contexto, que é antes de tudo uma história das interpretações do pensamento político brasileiro, resultado da natureza de um comportamento social e político, do intelectual e do vínculo *sine qua non* deste com a conjuntura de tensões e conflitos teóricos e com o próprio processo histórico em execução – as conseqüências sociais da modernização industrial brasileira e o papel do empresariado na execução desta. Este problema vai remeter a necessidade que vai ser satisfeita na seção seguinte, de interligar essa com a obra “*Dependência e Desenvolvimento na América Latina*”

feita entre os anos de 1965 e 1967, que possivelmente vai carregar as discussões e as primeiras conclusões suscitadas na obra aqui estudada – ocasionando então a base de um novo projeto intelectual que irá se relacionar com as “novas” análises dos anos sessenta, em especial as teses estagnacionistas da CEPAL e os autores estagnacionistas bem como sua relação e discussão teórica com, usando a terminologia de Palma, “*Escola da Dependência*”. (Palma, 1978; Mantega, 1997, 1999)

2.3 O desenvolvimento ainda que dependente

Com o golpe de primeiro de abril de 1964, Cardoso, temendo perseguição política por parte dos militares, vai para Buenos Aires, Argentina, em 19 de abril onde fica de seu colega José Nun³⁷. É convidado pelos sociólogos argentinos que havia conhecido no Congresso da FLACSO no Rio de Janeiro, Gino Germani³⁸, Jorge Graciarena e para administrar cursos no Departamento de Sociologia da Universidade de Buenos Aires. No dia primeiro de maio vai para o Chile, onde consegue, através de contatos intelectuais com José Medina Echevarría³⁹ da CEPAL assumir o cargo de

³⁷ Sociólogo e Cientista Político Argentino, José “Pepe” Nun foi professor do departamento de Ciência Política da Universidade da Califórnia – Berkley entre 1964/1966 e colega de Fernando Henrique Cardoso de 1966 a 1967 enquanto Diretor de Projetos do ILPES/CEPAL, passou também pelo conselho executivo da Fundação Ford, por universidades na Argentina, França, México e no Canadá até a metade dos anos 80. Voltou para a Argentina, onde passou por diversos cargos públicos chegando a secretário geral da cultura do governo Nestor Kirchner.

³⁸ O italiano Gino Germani (1911-1979) foi um dos mais importantes sociólogos radicados na Argentina. Izaguirre (2005) demonstra para nós a rica biografia deste intelectual análogo a rica produção e a ética intelectual de Florestan Fernandes. Perseguido e exilado de seu país de origem em 1934. Entra em 1940 para os quadros do Instituto de Sociologia da Facultad de Filosofía y Letras da Universidade de Buenos Aires. Teve como problema inicial o estudos das classes médias argentinas. Ligado ao movimento anti-fascismo local, foi expulso da UBA por discordar da política do Peronismo. Volta a universidade em 1955. Participa da articulação para a fundação da Associação Latino-americana de Sociologia e durante as “Jornadas latinoamericanas de Sociología” conhece tanto Fernando Henrique Cardoso quanto Enzo Faletto Verné, que também se apresentam pela primeira vez.

³⁹ Primeiro diretor da Escola Latino Americana de Sociologia, o sociólogo espanhol José Medina Echevarría foi outro elemento fundamental da constituição da sociologia do desenvolvimento na CEPAL, bem como a sociologia em caráter geral no Instituto de Sociologia da Universidade do Chile. Representante do governo republicano espanhol na Polônia, com o fim da guerra civil espanhola e a

diretor adjunto da Divisão de Planejamento Social e dar aulas de sociologia do desenvolvimento brasileiro dentro do recém criado *Instituto Latino Americano de Planejamento Econômico Social* (ILPES) da CEPAL e dar aulas em Santiago e também nos cursos de *Introdução a Sociologia do Desenvolvimento*, da Universidade do Chile e da FLACSO, em disciplinas de *Teoria social e Sociologia do Desenvolvimento*.

A sociologia chilena já vinha se desenvolvendo com a vinda de Medina Echevarría de Porto Rico e de uma missão francesa a partir de 1957, sociólogos franceses discípulos de Jean-Daniel Reynaud, dentre os destaques Georges Friedmann e Alain Tourraine, que já haviam passado pela Universidade de São Paulo. Era o momento de estruturação do *Instituto de Sociologia* da Universidade do Chile e havia a necessidade de formação de pesquisadores para atuar na instituição, pois até então a maioria era mandada para a Inglaterra, Estados Unidos e França.

Neste contexto se insere a formação do historiador Enzo Domenico Faletto Verné (1935-2003), que inicia mestrado em 1959 na FLACSO, instituição patrocinada pela UNESCO. Em 1961 Faletto vira assistente de sociologia de Echevarría. No mesmo ano trabalha também no Centro de Estudos sobre Planejamento da Faculdade de Economia da Universidade do Chile. Em 1962, com a volta de Echevarría para a CEPAL, a instituição decide promover pela primeira vez, além dos habituais informes *econômicos*, o informe *social* – “*Desenvolvimento social na América Latina no pós-guerra*”. Echevarría leva Faletto como seu assistente de pesquisa para a CEPAL. O depoimento colhido por José Marcio Rêgo, Faletto destaca com suas palavras a importância desse texto.

(...) o tema do qual partimos é quase um problema estritamente econômico. Estava colocada a questão do desenvolvimento, e o problema era saber o que acontece com um continente em que, nessa época, 60% da população ainda era rural e, no entanto, a economia rural tinha uma escassa incidência no processo de desenvolvimento. Então se poderia dizer que há uma estrutura social que parece ser

vitória das tropas do General Francisco Franco, segue para exílio no México em 1939. Lá, assume a cátedra I de sociologia da Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM) e dá aulas também na Escola Nacional de Economia. Traduz neste período o livro *Economia e Sociedade* de Max Weber do alemão para o castelhano, bem como algumas obras de Karl Mannheim. Deixa o México em 1946 e depois de passar por Porto Rico se radica no Chile para trabalhar na CEPAL e a partir de 1957 na FLACSO, sendo seu primeiro diretor. A partir de então constitui duas obras importantes, *Aspectos Sociales Del desarrollo económico* (1959) e *Consideraciones sociológicas sobre El desarrollo económico* (1963) em colaboração com seu orientando e auxiliar de pesquisa Enzo Domenico Faletto Verné. (Franco, 2007)

dominante mas que, no entanto, apresenta condições de atraso, de pouca dinâmica, comparada com a economia do setor industrial, que havia surgido com força a partir da Segunda Guerra e aparecia como uma estrutura mais dinâmica, com problemas-chave como os de urbanização acelerada, transformação da estrutura social, surgimento de novos grupos que pareciam importantes – os grupos empresariais, os setores médios e, sem dúvida, os setores operários. Assim, tratamos de fornecer um panorama da estrutura agrária, da estrutura urbano-industrial, as características dos distintos grupos sociais, sua dinâmica etc. Pela primeira vez surgiu uma visão global da América Latina a partir de sua perspectiva social. Faletto: in: Rego, 2007: 198)

Após o sucesso inicial deste surge dentro da CEPAL, em 1963, o ILPES – *Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social*⁴⁰ e com a transferência de Echevarría, Faletto continua trabalhando com este.

Faletto (Idem, Op. Cit) afirma que a entrada de Fernando Henrique Cardoso no meio intelectual cepalino se deu por um conjunto de particularidades conjunturais. Echevarría havia promovido em 1962 estudos sobre grupos empresariais na América Latina e, com a aproximação com Florestan Fernandes e Celso Furtado, através de diversos congressos desenvolvidos a partir de 1957, acabou conhecendo o trabalho em desenvolvimento de Fernando Henrique Cardoso. Em 1963, Francisco C. Weffort, através de Cardoso, vai trabalhar na CEPAL sob a orientação de Echevarría. Além disso, outro contato importante de Cardoso, Nuno Fidelino de Figueiredo, economista da CEPAL e filho do professor que 16 anos antes o incentivara a prestar os exames de vestibular, ajuda-o a ingressar na instituição. De forma geral, Faletto coloca que: “(...) *do meu ponto de vista Fernando chegou por esses antecedentes e por suas conexões, e então começou a desempenhar um papel de liderança intelectual*(...) (Idem, 199)

Assim, Fernando Henrique Cardoso adentra cada vez mais a círculos restritos da intelectualidade latino-americana (economistas, cientistas políticos e sociólogos⁴¹) que

⁴⁰ Ainda em depoimento a Rêgo (2007), Faletto apresenta que: “*Ainda que as duas coisas sempre tenham funcionado juntas, era difícil distinguir o que era Cepal e o que era Ilpes, mas a idéia era que o Instituto se dedicasse exclusivamente ao tema da planificação, e o fato é que ele foi vinculado à planificação social. No entanto, Don José não se preocupava tanto com o tema da planificação social, vinculado exclusivamente às perspectivas de políticas públicas – como saúde, moradia –, mas com uma análise da estrutura social da América Latina, sua dinâmica de transformação, sua dinâmica de campo etc. O Ilpes foi criado em 1963 não apenas com essa função, mas também com a de formar e preparar profissionais latino-americanos jovens no campo do planejamento, uma vez que, digamos, já havia sido lançada a política de planejamento na América Latina e começavam a se formar os centros e os institutos de planejamento, inclusive os ministérios de planejamento.* (Idem: 198, grifos nossos)

trabalham sobre o problema do *desenvolvimento*. Assim, sobre esse contexto histórico permeado pelo desenvolvimento de *Idéias* dentro de novas *Instituições* Faletto também relata que:

a realidade naquele momento era que os países que haviam iniciado primeiro seu processo de desenvolvimento industrial ou desenvolvimento urbano, sua modernização em sentido geral, como Uruguai, Argentina, Chile, o Brasil nem tanto, México, mostravam então certa tendência de diminuição da taxa de crescimento(...)já aí surgiu a necessidade de nos preocuparmos com uma perspectiva sociológica para explicar esse fenômeno, uma vez que o ponto de vista estritamente econômico não podia fornecer explicações. Todas as condições econômicas para um desenvolvimento auto-sustentado pareciam estar dadas, portanto a questão era analisar por que esse desenvolvimento auto-sustentado apresentava tal tendência à estagnação, sobretudo nos setores que iniciaram o processo de desenvolvimento. Surgiu então a necessidade de uma preocupação com a perspectiva sociológica dos problemas de desenvolvimento na América Latina, o que se articulou, digamos, com a necessidade de combinar o enfoque econômico com o enfoque sociológico, e com uma perspectiva não conjuntural, mas histórica, mais estrutural. (Idem: 200-201)

Não havia, de acordo com Faletto, idéias que fossem trabalhadas com um diálogo integrado entre *Economia* e *Sociologia*. Surgiu dentro do ambiente cepalino a necessidade de revisar as *teorias do desenvolvimento* surgidas, discutidas e adotadas na CEPAL. Eis Faletto apontando a delicadeza e a particularidade sobre o que determinará o início do estudo aqui trabalhado.

Isso deve ter sido em 1965, creio que era o Hotel Richmond, ou algo assim, não me lembro direito, mas era perto da rua Tucumán e da rua Florida, no centro, e era uma tarde de calor [risos]. Então, de repente, surgiu o tema: analisando a história argentina, comparando-a com a história do Brasil, com a história do Chile, grande parte dos momentos de transformação política interna estavam muito vinculados a formas de redefinição do modo de relacionar-se com o exterior. No caso da Argentina, o problema com a Inglaterra, a questão do peronismo, o enfrentamento de todos à vinculação com a Inglaterra, e o tipo de relacionamento com os Estados Unidos. Mas inclusive politicamente isso se redefine, e então nos surgiu pela primera vez a ligação entre a mudança política interna e o tipo de relacionamento com o exterior, e nos entusiasmos com isso. Conversávamos no quarto de hotel e fazia calor. O calor parece que promove uma espécie de aparição de idéias [risos]... Obviamente encampamos essa idéia. Depois Fernando começou a trabalhá-la com muito mais detalhes e nos entusiasmos. (Idem: 203)

⁴¹ A título de curiosidade, destacamos alguns como o economista Aníbal Pinto, Almino Afonso, Plínio de Arruda Sampaio, Carlos Matus o “pai” do *planejamento estratégico* e ministro do governo Allende, dentre outros.

Daí surgirá *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, obra que trabalharemos a seguir.

2.4 O Ensaio de uma análise integrada sobre o Desenvolvimento Latino-Americano

Dependência e desenvolvimento na América Latina foi escrito originalmente em forma de relatório da pesquisa desenvolvida por Cardoso e Faletto na CEPAL que seria entregue a Raúl Prebisch em 1965, sob o título de *El proceso de desarrollo en América Latina – Hipotesis para una interpretacion sociológica*. Posteriormente o trabalho seria rescrito e completo em 1967. (Lahuerta, 1999: 112).

De acordo com o texto de Cardoso (2001), o plano de fundo da obra era dialogar com duas tendências do pensamento econômico referentes a questão do desenvolvimento, como já explicitamos acima.

A da CEPAL, principalmente as do próprio Prebisch, de Celso Furtado e Aníbal Pinto⁴², que colocavam ênfase no progresso técnico e na industrialização, enquanto ferramentas para o aumento da produtividade econômica e reversão da perda de valor dos produtos primários tais como os agrícolas e minerais frente aos manufaturados e equipamentos industriais que eram importados dos países centrais; sendo o Estado o grande condicionante e demiurgo desse processo de aceleração e planejamento do desenvolvimento. O autor buscou também rebater as correntes do nacionalismo econômico e da ortodoxia marxista que eram ligadas aos primeiros pensadores da Teoria Dependência que bebiam, como já vimos acima, na teoria do imperialismo de

⁴² Economista Chileno, Aníbal Pinto (1919-1996) foi ao lado de Prebisch e Furtado um dos maiores intelectuais cepalinos dos anos 60 e 70. Trabalhou no Instituto de Economia da Universidade do Chile, sendo professor de Finanças Públicas e depois diretor da subseção da CEPAL no Rio de Janeiro de 1960 a 1965. Foi orientador e exerceu muita influência sobre os trabalhos da economista Maria da Conceição Tavares.

Lênin, tal como os economistas André Gunder Frank, Theotonio dos Santos e Rui Mauro Marini, ligada também a movimentos políticos da esquerda comunista, inúmeros e fragmentados na América Latina. Este autores, de forma geral, pregavam em seus escritos que as economias subdesenvolvidas só sairiam de sua condição de pobreza plenamente se houvesse radicais transformações em seus sistemas econômicos, rompendo com a lógica de acumulação do capital através de uma revolução socialista, abandonando assim contato com a dominação política traduzida na lógica imperialista dos países centrais.

Em ambos os casos, Cardoso e Faletto combatiam a tendência ao “economicismo” intrínseco dessas teses com a proposta de dar ênfase aos aspectos políticos do processo de desenvolvimento, tendo o conflito de classes e grupos sociais e as articulações de dominação entre esses setores com as camadas dirigentes dos países centrais como foco verificando sempre, em cada caso variável, particularidades.

Mais a fundo, os autores buscaram demonstrar que os distintos modos de relacionamento entre países centrais e periféricos geravam o *conflito* e criavam “teias” de relações políticas, de dominação de classe e de interesse, dentro e fora da nação que se uniam, chocavam, construíram ou cristalizavam dialeticamente o *Desenvolvimento*, passando pela triangulação entre *economia/sociedade/política* - em tipos particulares em cada país. Procurava-se então resolver certas controvérsias e equívocos teóricos - e demonstrar as reais condições e possibilidades de soberania e controle das formas de *Desenvolvimento* econômico nacional. Principalmente, também se busca, como salienta Cardoso, “*que falar a América Latina, sem especificar dentro dela as diferenças de estrutura e de história constituiu um equívoco teórico de conseqüências práticas perigosas*” (Cardoso & Faletto, 2001: 14)

Os autores iniciam o texto apresentando o contexto do desenvolvimento latino-americano no pós 1929. O *desenvolvimento*, enquanto objeto de teoria científica, tanto por parte de economistas e sociólogos, quanto da prática política, era identificado com a idéia de construção nacional da industrialização, principalmente de “bens de capital e o estímulo ao mercado interno e a diferenciação do sistema produtivo, próprios da ideologia nacional desenvolvimentista. Esta seria a “alternativa forçada” a cessão das rendas das exportações para a geração de capitais no período pós-1929 e o passo inicial para o desenvolvimento auto-sustentado. Em tom de questionamento, os autores

colocam que toda política de desenvolvimento era caracterizada pelos autores cepalinos da década de 1950 aos quais criticavam, sob dois pontos :

“ a) Na absorção de uma tecnologia capaz de promover a diversificação da estrutura produtiva e de aumentar a produtividade; b) Na definição de uma política de inversões que, através do Estado, criasse a infra-estrutura requerida por essa diversificação.” (Idem, 2001:19)

Mais além, as condições estruturais e a conjuntura criaram a falsa crença, teórica e prática, de que o desenvolvimento dependeria de cada país tomar suas decisões de política econômica de forma isolada. Assim, o fortalecimento e a modernização do Estado nacional seria o instrumento necessário para efetivar o desenvolvimento, fato que explicaria o realce político das teorias do desenvolvimento formuladas pelos economistas. Dada a incapacidade e o desinteresse das camadas sociais que controlavam a economia fazerem tal transformação social de forma autônoma, homogênea e organizada perante o conjunto da *nação*, colocava-se a centralidade da ação do Estado enquanto grande demiurgo desse processo de *superação do atraso*, seja promovendo a substituição de importações através de políticas de planejamento, seja regulando a promoção de mercados pelo câmbio, seja agindo diretamente na construção de unidades industriais, como as industriais de base do aço, petróleo, energética, etc.

Esse processo pode ser visto notadamente no Brasil no período que vai do segundo governo Vargas, passando pelo JK até o governo Goulart.

Ainda que muitos outros países latino-americanos adotassem tal processo, logo chegaria a crise do final dos anos 50 e a semi-estagnação do início dos anos 60, que levou a sérios questionamentos das garantias de sucesso de superação do subdesenvolvimento contidas nessas teses. O que os autores quiseram passar nesse momento é de que as prescrições empreendidas pelos teóricos do desenvolvimento e ações nacionalistas empreendidas pelos Estados Nacionais - tomando como casos emblemáticos do Brasil, Argentina e México - é de que apesar de seus sucessos econômicos iniciais, a reversão do subdesenvolvimento não se sustentava a longo prazo, bem como não finalizava a “contradição” das sociedades, ou seja, poderiam promover o âmbito econômico, mas não promoviam diretamente o desenvolvimento social e político. Vejamos o seguinte trecho que demonstra que não necessariamente os processos de desenvolvimento econômico, traduzidos principalmente no investimento

das indústrias de bens de capital e na substituição de importações não necessariamente iriam separar e extinguir os elementos da “tradição” e promover os elementos da “modernidade” dentro dos países latino-americanos.

A esses fatos pode atribuir-se, em parte, que o processo de crescimento econômico haja sofrido uma diminuição de velocidade. A taxa de aumento do produto bruto alcançou limites apenas suficientes para promover em alguns países a reorganização do sistema econômico. Entretanto, não se reorganizaram na direção esperada nem o sistema social, nem o sistema político. Isso levou a pensar que ainda quando a “sociedade tradicional” haja transformado em grande medida sua face econômica, contudo, alguns de seus grupos não perderam o controle do sistema do poder, apesar de terem sido obrigados a estabelecer um sistema complexo de alianças com os novos grupos que surgiram. Assim, pois, com a diminuição do ritmo de crescimento, que se iniciou em fins dos anos 1950, teriam reaparecido os antigos problemas do continente com novos protagonistas sociais ou com os mesmos de sempre revestidos agora de aparência moderna. (Idem: 24)

Para tentar reverter tais problemas teóricos que ofuscavam a investigação do processo de desenvolvimento nos países periféricos - que resultam em práticas equivocadas, os autores irão propor o que chamam de “*Análise integrada do desenvolvimento*”, a combinação entre variáveis econômicas e sociológicas, pensando o desenvolvimento enquanto estrutura e processo social.

Esse tipo de análise se focava na crítica a tradição da análise tipológica, que baseada no dualismo-estrutural entre *tradicional* e *moderno*, formalizavam conceitos estanques que não traduziam as *multi* possibilidades de formas e relações econômicas, sociais e políticas dos diferentes processos de desenvolvimento. As mudanças das estruturas sociais não eram processos acumulativos que seguem um nexos e delimitação do que pode e não pode acontecer.

São sim processos contraditórios, que implicam relacionamento entre diversos agentes políticos dos quais se incluem principalmente as classes sociais, que tentam impor umas as outras as distintas formas de dominação existentes.

Assim, seria válido analisar os tipos de força sociais que pressionam, mantêm e modificam a estrutura da sociedade, Não necessariamente uma força tradicional irá desaparecer com o processo de desenvolvimento. A sua força política irá depender de sua atuação no *conflito político* frente a dinâmica de dominação dos grupos sociais. A

questão da dependência entra então enquanto uma incógnita a ser verificada a cada caso particular pois seria possível uma sociedade se modernizar e manter o mesmo grau de dependência.

A “*análise integrada*” requer fundamentalmente um duplo movimento metodológico de verificar as *condições históricas particulares*, somando *variáveis econômicas e sociais*, contemplando o plano nacional e a relação deste com o sistema econômico como um todo, ou seja, a relação com as pressões *internacionais*. Adicionado a esse balizamento, seria necessário compreender as estruturas, objetivos e interesses que formam o conflito de classes, as “*condições concretas*” que são estruturais com os valores políticos constituídos, como ideologias e objetivos dos diferentes grupos, nacionais e internacionais. O conceito de *Desenvolvimento* então se forma como:

[...]o resultado da *interação de grupos e classes sociais que tem um modo de relação que lhes é próprio e, portanto, interesses materiais e valores distintos, cuja oposição, conciliação ou superação dá vida ao sistema socioeconômico. A estrutura social e política vai-se modificando a medida que diferentes classes e grupos sociais conseguem impor seus interesses, sua força e sua dominação ao conjunto da sociedade*. Através da análise dos interesses e valores que orientam ou que podem orientar a ação, o processo de mudança deixa de apresentar-se como resultado de fatores “naturais” – isto é, independentes das alternativas históricas – e começa a perfilar-se como um processo que nas tensões entre grupos com interesses sociais e políticos e orientam-se divergentes encontra o filtro pelo qual passarão os influxos meramente econômicos. (Grifos nossos, Idem: 34)

Já o conceito de *Dependência*, relacionado como segunda linha paralela do mesmo processo anteriormente descrito, verificados também fenômenos de ordem estrutural interna e externa aos Estados, tendo como dinâmica:

[...] o equilíbrio internacional de poder; a estrutura do sistema produtivo nacional e seu tipo de vinculação com o mercado externo; a configuração histórica-estrutural de tais sociedades, com suas formas de distribuição e manutenção de poder, e sobretudo os movimentos político-sociais que pressionam para a mudança com suas respectivas orientações e objetivos. (Idem: 36)

Dependência, Desenvolvimento, variáveis econômicas e variáveis sociais se fundem em um único relacionamento, o foco teórico tem, necessariamente, que revelar

a estrutura econômica e política das sociedades e suas tensões, analisando os comportamentos políticos das classes e grupos sociais .

A tentativa analítica de Cardoso e Faletto, demonstrando diálogo, certa coerência, mas uma tonalidade crítica com as teses da CEPAL dos anos 50, dissocia as sociedades “*periféricas*” das “*centrais*”. Forma-se então a necessidade de estudar as conexões dentro da dinâmica centro-periferia, congregando de forma inédita a *triade* entre estudos econômicos, sociológicos e políticos, tendo em vista a história das sociedades periféricas latino-americanas através da expansão sistêmica do capitalismo comercial, industrial e financeiro, em diferentes graus, sendo a matriz desse processo os próprios países centrais “*originários*”, colocando a frente a questão da desigualdades e disparidades econômicas e de poder como forma imperativa do processo de desenvolvimento.

Tendo busca a contradição e não a evolução desse processo nas sociedades, os autores puderam verificar então, hipoteticamente, a inexistência do determinismo entre autonomia econômica gerar autonomia social, ou vice-versa. De acordo com o texto, sempre vão existir graus distintos de *desenvolvimento* e *dependência*. Portanto, Cardoso contribui ao salientar que:

não existe um nexa não existe um nexa imediato entre a diferenciação do sistema econômico e a formação de centros autônomos de decisão e, portanto, que as análises devem definir não só os graus de diferenciação estrutural que as economias e as sociedades dos países que se acham em fase de transição alcançaram no processo de integração ao mercado mundial, mas também o modo através do qual se logrou historicamente essa integração” (Idem: 41)

Seguindo na constituição da necessária “*análise integrada*”, notadamente se vê ainda uma herança cepalina, bem como da leitura dos textos do *grupo do capital* (notadamente Marx e Weber) e do ceticismo e empirismo intrínseco da sociologia da Cadeira I/CESIT, tendo como referência o problema do político-social e a busca pela análise que verifique a “*totalidade*” do *processo de desenvolvimento*. O combate às análises economicistas são a marca de Cardoso, visto o texto anterior sobre o empresariado que analisamos anteriormente.

É nos fatores políticos internos interligados a dinâmica política e econômica dos países “*centrais*”, bem como as relações de classe e o sistema de alianças e a hegemonia

que se forma dentro do processo interno, que constitui os tipos de cada caso concreto, que dá o sentido do processo de desenvolvimento. Veremos aí que existem mais complexidade na explicação do processo, sendo distintas as “*situações de dependência*” - diferentes formas de integração das economias nacionais com os mercados internacionais. Cabe então colocar que no pensamento dos autores as forças dos grupos políticos e instituições sociais são fundamentais para a análise do desenvolvimento das nações, ao invés das explicações através, apenas, do componente econômico.

Com isso, percebemos que Cardoso **não** coloca de lado a *idéia de nação*. Ela continua em jogo e em destaque na *análise integrada* - e dá importância aos fatores sociais e políticos que os conceitos de *dependência* e *desenvolvimento* carregam, mas, sem antes, perceber que esta está ligada e mesmo subordinada a questões de *ideologia*, *dominação*, *hegemonia* e *subordinação* às relações de classe que estão por trás dos processos de modernização que se constituiu de forma distinta dos países centrais.

Relembrando, a *questão da dependência* remete em pensar a *esfera econômica* e *esfera política*, que se interligam através da articulação entre grupos econômicos e sociais dentro do pacto de dominação existente tanto na nação, expressão interna - e as relações de mercado internacionais, expressão externa - o que gera então *formas particulares de desenvolvimento*. Assim, os autores relembram que :

não é lícito supor, portanto – isso deve ser acentuado -, que nos países “ em desenvolvimento” se esteja repetindo a história dos países desenvolvidos. Com efeito, as condições históricas são diferentes: em um caso se estava criando o mercado mundial paralelamente ao desenvolvimento, graças à ação da denominada às vezes bourgeoisie conquérante, e em outro tenta-se o desenvolvimento quando já existem relações de mercado, de índole capitalista, entre ambos os grupos de países e quando o mercado mundial se apresenta dividido entre o mundo capitalista e o socialista. Tampouco basta considerar as diferenças como desvios em relação a um padrão geral de desenvolvimento; pois os fatores, as formas de conduta e os processos sociais e econômicos, que à primeira vista constituem formas desviadas ou imperfeitas de realização do padrão clássico de desenvolvimento, devem ser considerados fundamentalmente como núcleos da análise destinada a tornar inteligível o sistema econômico-social.” (Grifos nossos, Idem: 48)

Assim, são diversas as formas de desenvolvimento, bem como de vinculação das economias das nações latino-americanas frente ao mercado externo. Um exemplo que se

destaca sobre a expansão do desenvolvimento, ainda que com dependência, é a ascensão das massas populares urbanas que pressionam a expansão e o dinamismo econômico.

O enfrentamento e o calibre da pressão política em favor da modernização quase sempre se formaliza através de alianças dos novos grupos com grupos políticos já existentes em uma situação histórica social posterior, como no caso das classes médias urbanas, bem como alguns grupos industriais, fato que explica o salto de desenvolvimento, bem como o início da decadência do setor agroexportador.

O modo fundamental de se analisar seu grau de *dependência e desenvolvimento* é determinar e interpretar as particularidades das tensões das classes sociais que são orientadas ideologicamente dentro de suas ações frente a estrutura econômica e de poder de cada país, pois condicionam o equilíbrio interno - entre permanência do “*status quo*” e a “*mudança social*”.

Assim, mudanças sociais não são feitas a partir de transformações na estrutura do sistema produtivo interno ou mudanças no mercado mundial. A dinâmica dos pactos de dominação das classes sociais, traduzidos na obediência com as mudanças na estrutura econômica dão o tom dialético dentro da estrutura de poder.

Assim, vai se desenhar na análise dos autores, diferentes períodos históricos que traduzem distintos graus de *desenvolvimento e dependência*: **a) Período de “expansão para fora”;** **b) Transição;** **c) Populismo Desenvolvimentista e consolidação do mercado interno;** **d) Internacionalização do mercado.** Ao se verificar a situação das nações foi possível estabelecer duas subdivisões internas que formalizam dentro de cada contexto o tipo de relação estrutural e controle político local - **1) Controle nacional do sistema produtivo** **2) Economia de enclave.** Esclarecendo:

A perspectiva adotada [...] requer que se analisem tanto as condições como as possibilidades de desenvolvimento e de consolidação dos Estados nacionais latino-americanos, segundo o modo pelo qual os grupos sociais locais conseguiram estabelecer sua participação no processo produtivo e definir formas de controle institucional capazes de assegurá-la. Em termos clássicos, esta problemática seria expressada dizendo-se que a criação dos Estados nacionais e o controle das economias locais implicam que as associações de interesse das classes e grupos economicamente orientados estabeleçam formas de autoridade e de poder de tal modo que constituam uma “ordem legítima”; e que em torno dessa ordem legítima se obtenham o consentimento e a obediência das classes, grupos e comunidades excluídos do núcleo hegemônico formado pela “associação de interesses”. (Idem: 55)

O primeiro período referente a *expansão para fora* com o *controle nacional do sistema produtivo*, se traduz historicamente na América Latina em controle nacional do sistema produtivo, que remete na ordenação da economia local pela ruptura do “pacto colonial” por uma elite nacional (oligarquia local) hegemônica e controladora do processo que estabeleceram a “independência política” perante as metrópoles, mas que fizeram a manutenção da vinculação do mercado mundial. Assim o relacionamento com a economia central permitia as elites locais fazerem a manutenção do sistema de dominação dentro do poder de classe, ao mesmo tempo que causava a expansão da economia nacional.

Ainda nesse momento de expansão para fora, surgem também as nações onde a estrutura política e econômica não se manteve sobre controle nacional, assim sendo, nações onde política e produção se mantiveram sob controle do “exterior”. Essas são então definidas enquanto “economias de enclave”. Nessas, os grupos locais não conseguiram ou perderam a capacidade de organizar uma autoridade política e econômica sobre os próprios recursos. Apesar disso, essas nações conseguiram, ainda que minimamente, formar um “setor moderno” que funcionava como extensão produtiva das economias centrais. Esse fato fez com que as economias de subsistência e produção do mercado interno desses países fosse substituída quase que por completo pelo setor produtivo “moderno”. Tal característica formaliza a debilidade das “oligarquias tradicionais” e aos poucos a acentua colocando a administração nacional dependente por completo dos recursos gerados (impostos, lucros) do setor controlado pelas classes produtivas dos países centrais internamente, detentoras do excedente econômico.

Com o progresso desse processo histórico de subdesenvolvimento e dependência e conseqüentemente a maior integração de suas economias dentro do mercado mundial a economia das nações periféricas foram relativamente diferenciando as sociedades. Assim, o impulso dinâmico da demanda externa logrou-se e diferenciou as estruturas produtivas da sociedade. Os novos grupos sociais, notadamente as classes médias, a incipiente burguesia industrial, grupos profissionais, burocracia civil e militar, empregados que se constituíram dentro do setor urbano-industrial de forma paralela a economia agroexportadora, começaram a se movimentar politicamente dentro desse amplo processo histórico-estrutural. Forma-se assim, para os autores, o *período de transição*, localizado periodicamente nas três primeiras décadas do século XX.

Subdesenvolvimento e dependência no *período de transição* são marcos tanto dos países de economia controlada nacionalmente, quanto de enclave.

Cardoso e Faletto adicionam que a crise de produção interna e sistêmica não foi gerada internamente a esses países, e sim no marco da demanda dos países de economia centrais e do próprio comércio mundial, marcados por alterações no cenário político e econômico, as duas guerras mundiais. Todavia, os autores colocam, neste momento, que a “nova formação política”, com os “recentes” grupos, frações e classes sociais começaram a enfrentar o sistema de dominação da oligarquia através de novas formas de aliança e adquirir importância crescente.

Contudo, com a crise que futuramente iria se estabelecer nos países latino-americanos, foram diferenciadas as tentativas de sobrepujar a crise social que estaria por vir, distinguindo-se a “reação” nas sociedades de *Controle nacional do sistema produtivo* das do tipo de *Economia de enclave*. Sendo assim, foram claras as diferenças de reação das sociedades periféricas verificadas.

Sendo assim, nos países de *Controle nacional do sistema produtivo*, como, Argentina Brasil e Uruguai, a “burguesia urbana” e “classe média” adquirem espaço na política e expande participação na economia nacional, enquanto em outros países, bem como em países análogos as Oligarquias se renovam e predominam sobre os setores médios. No caso brasileiro, com a formação do mercado interno decorrente da própria expansão interna, e a sua constante ampliação, desenvolvem-se uma nova miríade de classes e grupos sociais ligado ao setor de serviços. Foi se erguendo, concomitantemente, os primeiros núcleos de industrialização e com estes a burguesia urbana e o setor operário, não em oposição a oligarquia agroexportadora, mas sim em complemento dela.

Já em países de *Economias de enclave*, como México, Bolívia e Venezuela, houve relativo enfraquecimento da Oligarquia frente a incorporação de setores da classe média e do campesinato na política nacional, sempre acompanhado de ganhos de espaço também na economia, ainda que no caso mexicano que passou por uma Revolução, não tivesse significado o fim da dependência.

Bem como, também houve ganho de espaço da classe média menos radicalizada no Chile frente a Oligarquia e a Burguesia financeira, ainda que gerando conflito e a necessidade de acomodação, ou seja realocando os setores decadentes na aliança política detentora do poder. Já no Peru, a classe média quase sempre se acomodou como sócia-menor frente a burguesia mercantil-financeira e a influência dos militares, ainda

que posteriormente uma nova acomodação modernizante da burguesia mercantil-financeira se aliasse as massas e viesse a ter ampla participação na detenção do poder.

Na discussão apresentada, são as condições histórico- estruturais que explicam o desenvolvimento das classes do setor urbano-industrial tendo em vista a divisão social do trabalho e a diferenciação social interna gerada pelo crescimento e crise da economia exportadora. No entanto, o sucesso ou o fracasso depende da atuação, articulação e acomodação política de novas unidades de poder (partidos, órgãos de Estado, sindicatos) entre os grupos sociais em emergência que determinam assim o tom de novas “correntes renovadoras”, bem como de manutenção da “ordem” dentro das formas de organização do Estado nacional e que conseqüentemente favoreceram (ou não) a formação de ideologias que promoveram a industrialização. Assim, em cada país latino-americano:

“ Na realidade, o processo histórico foi distinto e não assumiu formas tão mecânicas, nem mesmo nos países que mais se industrializaram. O argumento que invalida o mecanicismo [...] se evidencia quando se considera a *dimensão política*, isto é, quando se analisa o modo como os grupos sociais dominantes articularam-se, a partir da crise mundial, para impor seu próprio sistema de dominação e organizar o processo produtivo.” (Idem: 98)

Sendo o surgimento e participação política das classes médias urbanas e as burguesias industriais o ponto fundamental que caracteriza o período de transição política deste momento histórico, é inaugurado então a etapa de transição para o ***Populismo Desenvolvimentista e consolidação do mercado interno*** . Antes da crise de 1929 nas nações onde o controle nacional do sistema produtivo, esse grupo já expressava a criação de um setor industrial tendo como fundamento de sua propriedade o controle privado. Nas *economias de enclave*, o Estado, substituindo as Elites políticas e econômicas, foi a “ferramenta” fundamental para a criação de uma base urbana industrial⁴³.

Com essa nova formação social que irá ascender, soma-se a burocratização e a imigração advinda dos países europeus e do interior rural, dentro do espaço nacional urbano, gerando um movimento dinâmico na sociedade que se caracteriza pelo surgimento das “massas”, onde irão adquirir cada vez mais importância econômica e no

⁴³ Os autores destacam que: “que essa diferenciação não foi excludente: nem faltou a participação dos setores privados nas economias com maior participação estatal, nem o setor público esteve ausente na etapa inicial da industrialização, mesmo nos países de características mais liberais.” (Idem: 122)

espaço na participação política. As massas são um ator social de excelência, que é impulsionado para dentro do mercado consumidor interno. De forma contemporânea ao sufrágio universal e a relativa abertura democrática dentro dos países latino-americanos cada vez mais as massas terão um papel “desestabilizador” da “ordem” política, movimentando a para a formação da “aliança desenvolvimentista”, com a classe média e a burguesia industrial.

Na construção desse processo, os autores verificam a transição constante que o Estado nacional sofre em seu papel, tornando-se uma instituição vital. De gestor dos interesses latifundiários, mediador e fiador dos financiamentos estrangeiros, o Estado passa a adotar ações de defesa do mercado interno com, por exemplo, tarifas alfandegárias que foram possibilitando a formação de capital e a transferência de rendas dos setores econômicos exportadores para o setores econômicos internos, constituindo também uma mínima infra-estrutura necessária para apoiar a política de substituição de importações, com indústrias siderúrgicas, de extração de petróleo bem como centrais elétricas. O Estado, principal aliado corporativo da burguesia industrial, transforma-se também no principal distribuidor de recursos e renda, criando oportunidade para os demais atores econômicos gerarem oportunidades de emprego para as massas urbanas. Inaugura-se assim o período do “populismo desenvolvimentista”, em que as forças sociais estão comprometidas com a constituição de um ideário de modernidade política e econômica. Sem esquecer de destacar a forma contraditória deste processo:

O “populismo desenvolvimentista, gênero ideológico que agrega interesses de classe da nação que são por si, contraditórios, dentro de um mesmo governo pressupõe um programa de industrialização e a criação de um mercado interno que por base: a) “disponibilidade de capitais para serem reinvestidos dentro do país ;b) disponibilidade de divisas para financiar a industrialização;c) possibilidade de redistribuição de renda, ainda que moderada, para permitir a incorporação das massas, dentro de certos limites; d) capacidade empresarial, pública e privada, para expandir a economia interna; e) um mínimo de eficiência e de responsabilidade nas administrações estatais; capacidade para consolidar uma liderança política capaz de se impor aos interesses contraditórios dos distintos grupos e de obter, eventualmente, períodos de conciliação entre os grupos em conflito, em nome do interesse nacional.” (Idem: 125)

A partir de 1930, com o novo sistema de alianças, os setores exportadores são inicialmente retirados inicialmente da divisão de poder, ainda que sejam posteriormente

reincorporados aos poucos. Contudo as massas rurais são colocadas a parte permanentemente da “*aliança desenvolvimentista*”, pois são isoladas do foco dos benefícios da política de desenvolvimento, tendo em vista os compromissos excludentes do Estado corporativo brasileiro, ainda que por um curto período o populismo de João Goulart tenha tentado formar uma base de sustentação e legitimidade também no campo.

Entretanto, para os autores, o caso particular do “*populismo desenvolvimentista*” brasileiro mostra que não se consolidou, concordando com a tese já apresentada do “*Empresário industrial*”, um setor empresarial dinâmico e hegemônico, forte o suficiente para consolidar, no Estado, seu poder frente aos setores da oligarquia ligados a exportação agrícola. Apesar da falta de hegemonia e do surto industrial formado durante a primeira guerra mundial, será pelo mesmo Estado e pela política de nacionalismo econômico dos anos 40 e 50 que o setor empresarial encontrará suporte para a reprodução e o fomento inicial de indústrias de base, bem como de consumo permanente (*bens duráveis*) tendo em vista a indústria automobilística, sem que, obviamente, tenham feito esse processo de forma autônoma e independente de capitais externos. É importante também pensar esse processo não como conseqüência da expansão do capitalismo das economias centrais, pois estas estavam em crise, mas sim pela força do impulso dinâmico interno do Estado e das classes sociais beneficiadas pela *aliança desenvolvimentista*. Novamente, vinculam-se esses setores aos investimentos e a tecnologia trazidas pelos países de economia dominante. Todavia, diversificam-se e as econômicas capitalistas controladas nacionalmente. É a partir desta momento que os autores começam a perceber o novo caráter da dependência, ou seja, **a internacionalização do mercado**. Dessa forma:

O conceito de dependência permanece básico para caracterizar a estrutura dessa nova situação de desenvolvimento e, portanto, a política continua sendo o meio pelo qual se possibilita a determinação econômica. Por outro lado [...] o problema da crise interna trará como conseqüência imediata o reforço dos vínculos especificamente políticos nas relações entre o centro e a periferia, como um condicionante importante das alternativas de desenvolvimento. (Idem: 150)

É neste momento que os autores percebem que as econômicas periféricas capitalistas latino-americanas atingem os *limites estruturais* de seu processo de industrialização nacional. No Brasil do governo Juscelino Kubitschek, dizem os autores,

dado as pressões inflacionárias e a nova aliança *populista desenvolvimentista* diversifica o modo de ação econômica e capitaliza os investimentos industriais mediante fortes investimentos e associações produtivas com o capital estrangeiro advindos das economias centrais, satisfazendo em parte as crescentes demandas políticas dos setores urbanos. A análise proposta por Cardoso e Faletto quer formalizar, no caso latino-americano, “*a existência de limites estruturais precisos para um desenvolvimento industrial controlado nacionalmente, dentro dos quais jogam as distintas forças sociais.*” (Idem: 154)

A abertura dos mercados internos ao controle externo não é feita nem sentida de forma imediata. O processo de desenvolvimento, enquanto se constitui majoritariamente através da política de substituição de importações sofre o que os autores chamam de efeito *bola de neve*, pois cada mercadoria acabada movimenta o investimento em uma série de outras peças e componentes que são básicos para a produção. Contudo, com a baixa capacidade tecnológica nacional e a necessidade crescente de melhorias produtivas, se abrem oportunidades de mercado para a atuação de empresas estrangeiras. No caso da “moderna” indústria automobilística, as facilidades dos custos de produção e a demanda crescente abriram espaço para a importação de fábricas inteiras para a instalação em solo nacional, ainda que enfrente um mercado urbano restrito, característico de um sistema social excludente. Assim, se constitui o novo caráter do desenvolvimento dependente pois:

A vinculação das economias periféricas ao mercado internacional se dá, (...), pelo estabelecimento de laços entre centro e periferia que não se limitam apenas, como antes, ao sistema de importações-exportações; agora as ligações se dão também através de investimentos industriais diretos feitos pelas economias centrais nos novos mercados nacionais. (Idem: 162)

Essa participação direta de empresas (em sua maioria grandes unidades produtivas, como a automobilística, de extração mineral, siderúrgica, energética) oriundas dos países centrais dentro das economias latino-americanas dão um novo caráter particular ao desenvolvimento da região. Ainda, com a atuação do Estado como instrumento tanto de regulação econômica e de incentivo a política de substituição de importações, bem como de formação de núcleos produtivos, através de financiamento externo, formalizam o endividamento crescente dos países, apesar dos aumentos nos índices de desenvolvimento econômico e de diferenciação produtiva. Formaliza-se

assim os limites estruturais das economias periféricas, com a internacionalização do mercado e a exposição da interdependência do desenvolvimento. Nesse processo então encontramos alto grau de dependência tecnológica, formação de monopólios de mercado, crescentes remessas de capitais, complexidade e diferenciação estrutural, acumulação e investimentos crescentes, bem como instabilidade política e exclusão social de setores não integrados a essa lógica de acumulação. Assim:

o desenvolvimento, a partir deste momento, *realiza-se intensificando a exclusão social, e já não só das massas, mas também de camadas sociais economicamente significativas da etapa anterior*, cuja principal alternativa agora é conseguir vincular-se subsidiariamente ao setor monopolista moderno e também vincular-se em forma subordinada ao sistema de dominação política que se instaura [...] a antiga nação agroexportadora (com seus dois setores, agrocomercial vinculado ao exterior e latifundiário), os setores industriais formados antes do predomínio monopolista, os setores médios e o popular com suas subdivisões (massas rurais e urbanas e classe operária) sempre estão presentes e buscam definir sua solidariedade com o modelo que lhes é proposto de ordenação econômico-social de tal forma que possam ter certa participação no desenvolvimento. (Grifos nossos, Idem: 169)

Assim, mesmo com a inserção das empresas monopolísticas internacionalizadas e o setor financeiro internacional no jogo político, influenciando nas ações estatais, isso não é atingido sem a oposição e as lutas internas das classes e grupos sociais participantes da *aliança populista desenvolvimentista*, que se renova, gerando uma nova acomodação política e com isso novos e diferenciados grupos de pressão, que atuam dentro do Estado nas diretrizes das políticas de desenvolvimento, resultando em uma forma constantemente contraditória de gestão de interesses, tentando abarcar os diferentes grupos que compõe a base de sustentação do poder político, ainda que em muitos países latino-americanos, a partir dos anos 60 essa frágil e instável base de sustentação dessa abertura para a formação de regimes autoritários. É nesse período, contemporâneo a análise de Cardoso, que as forças armadas, tecnoburocracia que assume papel interventor na vida política, assumindo para a si o papel de defensoras do que acreditam ser os interesses nacionais. Em conjunto com a organização estatal já estabelecida anteriormente, formam o eixo burocrático-militar que é ator central dentro do processo de modernização. Sofrem então dois tipos de pressão política por parte das corporações industriais e financeiras internas e fundamentalmente externas – políticas de planejamento e desenvolvimento *racional* e políticas de resolução dos problemas de caráter nacional, como a exclusão social, que são historicamente oriundos do

subdesenvolvimento. Assim, encontrou-se em alguns setores dessas forças armadas nos países dependentes pressões políticas em favor da necessidade de reforma agrária e políticas de redistribuição da renda nacional. Assim:

As chamadas ideologias “de classe média”, que insistem em considerar que a política econômica deve favorecer um crescimento equitativo da economia e das rendas e em entender o Estado como um foro onde se faz a mediação relativamente equânime entre os interesses das classes e grupos, voltam a ter defensores, muitas vezes poderosos, no interior da Tecnoburocracia, civil ou militar. (Idem:174)

Contudo, sendo que a burguesias dos países latino-americanos não possuem atuação clara em organizações políticas (não controlam hegemonicamente o poder, lembrando o problema do empresário no caso do desenvolvimento brasileiro já estudado por Cardoso), apenas quando essas políticas vão de encontro com a lógica de acumulação de capital estabelecida que essa classe atua politicamente para proteger sua própria renda. Já as massas populares assalariadas, urbanas e rurais não integradas são, novamente, domesticadas dentro desse novo processo e ficaram de tal forma desarticuladas nesse período que não podem fazer frente a dominação autoritária/corporativa.

Na conclusão do texto, reforçando o caráter ensaístico e provisório de seu escrito, os autores colocam que o conteúdo de seu pensamento não pode se transformar em uma ação categórica, sem que sejam verificadas situações concretas sobre os problemas do desenvolvimento econômico e a natureza fundamentalmente política do mesmo. A essa obra coube desacreditar no pensamento político, econômico e social a crença no condicionamento mecânico das situações de atraso interno (pela atuação e objetivo de forças, classes e grupos externos) dos países latino-americanos e no determinismo econômico-histórico, destacando assim os diferentes momentos históricos perpassados pelos países latino-americanos em sua dinâmica interna, bem como os caminhos distintos que seguiram *e as condições e limites estruturais que cada formação econômica –base material e social-base política* seguiu e sofreu. Assim, para destacar ainda mais o viés político do processo, os autores colocaram a frente a idéia de *Dependência* “como instrumento teórico para acentuar tanto os aspectos econômicos do subdesenvolvimento quanto os processos políticos de dominação de uns países por outros, de umas classes sobre as outras, num contexto de dependência nacional.” Variável distinta em cada país analisado pelos autores, ou seja, a *Dependência* forma

redes de interesses, coações entre **atores, grupos e classes sociais tanto no plano nacional interno como no externo**, desta forma seria necessário *determinar interpretativamente a forma que essas relações assumem em cada situação básica de dependência, mostrando como Estado, Classe e Produção se relacionam transformando, mantendo ou rompendo*. Dadas as particularidades, os autores observam que o limite analítico do dualismo *Dependência e Desenvolvimento*, pois tais fatores em vez de se opor entre si, se combinam. Assim sendo, pode-se verificar que nos países latino-americanos, o *Desenvolvimento* dos mercados industriais capitalistas foi historicamente possível ainda que combinado com redefinidos graus de *Dependência* econômica, perpassando pelas alianças políticas do plano interno e externo dentro das dominações e do controle poder dos países do “atraso”. Pois então, são descobertas a forma dialética dos movimentos e transformações históricas da contraditória modernização latino-americana. Assim, destacando o tom analítico e não prescritivo da obra, os autores afirmam:

Sabemos que o curso concreto da história, ainda que seja balizado por condições dadas, depende em grande parte da ousadia dos que se propõem a agir em função de fins historicamente viáveis. Não incorremos, portanto, na vã pretensão de tentar delimitar teoricamente o curso provável dos acontecimentos futuros. Este dependerá, mais do que das previsões teóricas, da ação coletiva motivada por vontades políticas que tornem factível o que estruturalmente é possível. (Idem: 183)

2.5 Poslúdio: O futuro “passado” de Fernando Henrique Cardoso

Depois de muitas idas e vindas ao Brasil, de passagens pela Universidade de Paris X em Nanterre, Fernando Henrique Cardoso consegue, em 1968 consegue voltar legalmente para o Brasil. Retorna a Universidade de São Paulo onde tem uma passagem meteórica, mas o suficiente para reunir as informações de pesquisa sobre a peculiar ideologia do empresariado brasileiro e também argentino e em conjunto com sua análise da dependência forma a tese para disputar o concurso de cátedra “*Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro*”.

Não muito tempo depois é aposentado compulsoriamente junto com outra leva de professores que inclui seu mestre Florestan Fernandes. Nesse momento, com o esvaziamento crescente e extinção do CESIT, Cardoso, junto com outros intelectuais, como José Arthur Giannotti, Vilmar Faria, Candido Procópio Camargo Ferreira de Camargo, Juarez Brandão Lopez, entre outros colegas do grupo do capital, da USP, da CEPAL, ILPES e FLACSO, bem como membros da sociedade civil paulista, empresários, entre outros, participa das primeiras discussões para ressuscitar a antiga idéia de formar um centro autônomo de pesquisas sociais⁴⁴. Essa formulação vai ativar o *Centro Brasileiro de Análise e Planejamento* (CEBRAP), inicialmente aberto com ajuda financeira de 100 mil dólares da *Ford Foundation* (Sorj, 2001) e dos contatos que alguns membros do centro tinham com setores do empresariado, economistas, da intelectualidade em sentido amplo, artistas, jornalistas, políticos, e com a Igreja católica, principal “cliente” do CEBRAP no empreendimento das pesquisas sobre a pobreza e desigualdade no Brasil. Observa-se que na década de 1970 Cardoso vai continuar discutindo teoricamente sobre o problema do desenvolvimento e irá publicar mais três textos importantes, “*O modelo político brasileiro e outros ensaios*” de 1971, “*Autoritarismo e Democratização*” de 1975 e “*As desventuras da dialética da dependência*” de 1978, este último feito em co-autoria com o economista José Serra, no

⁴⁴ Bernardo Sorj (2001) nos esclarece que: “A idéia de organizar um centro de pesquisa e debate que permitisse superar uma serie de constrangimentos ligados ao clima acadêmico que se vivia na USP tinha surgido bem antes das cassações produzidas pelo Ato Institucional n.º 5, até certo ponto antecipando a eventualidade dos expurgos nas universidades. Em 1966-67, ainda no Chile, Fernando Henrique Cardoso havia discutido com Carlos Estevam Martins e Vilmar Faria, que ali se encontravam trabalhando na FLACSO e no ILPES, a possibilidade de formar um centro de pesquisas, fosse reativando o antigo CECID no interior da USP, fosse criando um novo centro.” (Idem: 30)

período em que os dois estiveram justos na Universidade de Stanford. Sorj (Idem, op cit.) aponta que:

A obra de Fernando Henrique Cardoso nesse período orienta-se geralmente no sentido de intervenções sobre questões atuais, procurando definir os parâmetros do debate. Esse estilo, se por um lado não desenvolvia pesquisas ou argumentações teóricas sistemáticas, lhe permitia discutir fenômenos de conjuntura sem ter limitar a realidade à camisa de força de marcos analíticos. Isso implicou um corte tanto com a tradição uspiana de tratamento acadêmico e de afastamento dos temas políticos candentes, como com o estilo isebiano de grandes interpretações sistemáticas e normativas. (Ibidem: 58)

Durante a mesma década de 1970 Cardoso eleva exponencialmente suas atividades políticas, começa a organizar uma parte do campo intelectual paulista na luta democrática contra o regime militar. Logo adquire notabilidade no campo nacional, articula-se a partir de 1974 com o MDB através do amigo de infância e no empresário “nacionalista”⁴⁵ Fernando Gasparian, que era também articulador do semanário *Opinião*, jornal “porta voz” dessa nova intelectualidade. Este último também o aproxima com Ulisses Guimarães, notável político do MDB, que por sua vez convida-o para redigir o programa do Partido. Fernando Henrique Cardoso filia-se ao MDB em 1978 e pleiteia uma vaga ao senado. Sobre este contexto, Lahuerta (1999) coloca que:

A guinada Teórico conceitual seria reforçada pela vitória do MDB nas eleições de 1974. A partir desse episódio reforçam-se os vínculos entre os intelectuais e o partido, abrindo espaço para uma participação dos intelectuais enquanto massa. O Crescimento da frente oposicionista articulada no MDB, com os resultados dessas eleições e com a adesão da intelectualidade à luta democrática, só aumentaria seu prestígio junto a opinião pública. (Idem: 149)

Acaba ficando em segundo lugar na eleição, fato que lhe fará Senador em 1983 após a saída de Franco Montoro, que assumirá o Governo do Estado de São Paulo. Luta cada vez mais em unificar a sociedade civil em torno da campanha pelas “*Diretas-já*” Buscará se eleger prefeito de São Paulo já nas eleições livres de 1985, mas acaba sendo derrotado pelo ex presidente Jânio Quadros . É eleito novamente senador em 1986. Em 1988 funda, com outros descontentes do PMDB, o PSDB, Partido da Social-Democracia Brasileira, sendo também no mesmo ano membro da Assembléia Nacional

⁴⁵ Com maiores detalhes, Lahuerta (1999: 158-184).

Constituinte. Em 1992 é nomeado Ministro das Relações Exteriores do Governo Itamar Franco, e é posteriormente nomeado Ministro da Fazenda, capitaneando em seguida a formação do Plano Real, que reduz consideravelmente a inflação galopante que afetava a economia brasileira desde a crise do pagamento da dívida externa de 1982/1983. Com o sucesso do plano de estabilização econômica, se lança a presidência da república e é eleito em 1994 e reeleito em 1998.

Conclusão:

Observamos neste primeiro capítulo, em seu primeiro tópico, que é a partir da Revolução de 1930 que se dá o ponto de partida para o processo de modernização do Estado e da sociedade brasileira. Diferente das modernizações clássicas, o país não seguiu o processo de industrialização liberal, tendo adotado o padrão Estatal de condução da modernização econômica e social caracterizado pela literatura enquanto paradigma “prussiano”, onde elites políticas administram o processo frente o resto da sociedade.

Seguindo o processo de derrota na revolução constitucionalista de 1932, as elites políticas e intelectuais do Estado de São Paulo, , constituíram a necessidade de criar uma direção intelectual portadora de conhecimento calcado em noções de racionalidade científica. Através da abertura de Universidades, como a Escola Livre de Sociologia e Política e a Universidade de São Paulo, se formou um processo acadêmico permeado pela idéia de reorganização, bem como edificação de uma concepção de projeto de nação, capitaneado por intelectuais e cientistas selecionados meritocraticamente. Essas academias contaram com o apoio de missões intelectuais oriundas de diferentes países europeus, notadamente da França, como também, no caso da ELSP dos Estados Unidos da América. Assim, se constituiu, a partir da segunda metade da década de 1930 para frente, uma *intelligentsia* que formava no Estado uma “mentalidade” e rigor técnico-científico. Esse processo acabou formando as bases da profissionalização, institucionalização, preparo técnico e organização da atividade intelectual, essencialmente no campo das Ciências Sociais, opondo-se as concepções bacharelescas de atividade do setor. Assim, acabou abrindo espaço posteriormente, a partir dos anos 50, para noções de engajamento intelectual e formação de conhecimento para as necessidades nacionais, calcadas sob um clima de intensa urbanização, industrialização e desenvolvimento do Estado e do país.

Posteriormente observamos um pouco do processo constituinte da Cadeira I de Sociologia com destaque para a direção e produção intelectual de Florestan Fernandes, que formalizou uma nova “linguagem” e buscou a institucionalização da linguagem sociológica, na condução da cátedra um projeto acadêmico diferenciado. Constituiu uma radical proposta de “erudição”, “rigor” intelectual” e promoção das pesquisas com forte aproximação empírica sobre os fenômenos sociais determinados não perdendo o foco na

totalidade, em um contexto de maturação das instituições universitárias criadas em 1930.

Assim, foi concretizada a “Escola Paulista de Sociologia” (Arruda, 2001) ou “Escola Uspiana de Sociologia” (Bastos 2002), sendo esta um ponto de destaque para o pensamento sociológico, renovando tanto *Idéias*, quanto *Interesses*, possibilitando, como nos demonstrou Castro (2007) novos pontos de vista, novas técnicas de pesquisa e uma nova forma de “fazer ciência” voltada para o desempenho no planejamento e transformação social da sociedade brasileira. Tal processo acabou formando um elo entre *ciência social e política*, ainda que procurasse o distanciamento seguro desta última, sendo os intelectuais a “linha de frente” na luta pela modernização brasileira (herança, possivelmente advinda, da leitura Mannheineana).

Afirmamos posteriormente que o contexto histórico dos anos 40 e 50 provocaram uma singularidade no pensamento político-social no Brasil, dado que a grande temática abordada era o problema/compreensão do *Desenvolvimento* da sociedade brasileira.

Observamos que este objeto era comum dentro de quase todo campo das Ciências Sociais. As preocupações nacionais se concentravam em questões identificadas com nosso suposto “atraso” dentro do discurso econômico, como a superação da ordem agrícola tradicional, tendo em vista a modernização industrial, tecnológica e científica dos países “centrais”, considerados desenvolvidos; reformulando assim a *questão nacional* brasileira e dando um novo vocabulário as *Idéias* intelectuais, especialmente as localizadas na “Escola Uspiana”, buscando sempre se lançar ao debate científico, especialmente o bibliográfico .

Destacamos ainda a trajetória intelectual inicial de Cardoso e como esta foi sendo constituída também de acordo com as oportunidades que surgiam em sua carreira, bem como os problemas e soluções oriundos da mesa.

Assim sendo, destacamos que nos anos 50, Florestan e seus assistentes na Cadeira I (incluindo Cardoso) desenvolveram pesquisas patrocinadas pelo projeto UNESCO, inicialmente no estudos das relações raciais no Brasil, proporcionando grandes oportunidades de investigação social que por conseqüência desembocaram nas suas obras iniciais, inclusive sua tese de doutorado, *Capitalismo e escravidão no Brasil*

meridional, de 1961, esta já sendo uma tentativa de aproximação do autor com a obra de Karl Marx, problema que foi apontado no segundo tópico.

O grupo de estudos do “*Capital*”, inspirado na experiência de José Arthur Giannotti no grupo francês “Socialisme ou Barbarie”, foi a primeira iniciativa intelectual autônoma dos intelectuais que “floresceram” dentro da Cadeira I de Sociologia da USP, iniciativa esta que buscava multiplicar o conhecimento (e sua independência) frente aquele determinado por Florestan (ainda que esta também fosse eclética), mas não abandonando completamente as determinações do mestre, principalmente na questão do afastamento metodológico, o que destacava também em evitar as recepções consideradas “panfletárias” de conceitos caros ao marxismo, como classes sociais, relações de produção, etc. objetivando uma leitura teórica do pensamento marxista, bem como outros autores essenciais a Sociologia e a Economia.

Na seção seguinte apresentamos que em 1960, com a fundação do CESIT e o desenrolar do projeto “*Economia e Sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento*”. Cardoso cresce profissionalmente junto a Florestan, chegando a ser um dos diretores de pesquisa, responsável em coordenar a parte sobre a investigação do empresariado brasileiro. Assim, percebeu-se que o intelectual estava ligado ao projeto de *intervenção* e de constituição de uma “Sociologia do desenvolvimento” *aplicada*, tendo em vista os dilemas oriundos do processo histórico de urbanização e industrialização em curso. Com este, e a entrada de novos atores sociais, bem como as tensões presentes e transformações na política cada vez mais alargado papel de atuação do Estado na construção da modernidade também imprimiam novas demandas intelectuais. Assim, levantamentos estatísticos e pesquisas de diversas ordens foram feitas pelo CESIT nos principais centros urbanos industriais, não só do Estado de São Paulo, como posteriormente do Brasil. Observamos assim que a crítica do projeto se voltava para o transplante de instituições políticas sem colocar critérios de estudo sobre as particularidades da realidade brasileira, como as limitações históricas e os constrangimentos econômicos e sociais, diferenciados dentro do particular processo de desenvolvimento em curso na realidade brasileira. Neste momento o objetivo final do projeto é o de transformar o sociólogo no agente “racionalizante” do processo de desenvolvimento econômico e social.

Já no quinto tópico, observamos como o contexto intelectual e a propagação das idéias da CEPAL, do PCB e de intelectuais vinculados ao campo da esquerda dos anos 50 e 60 influenciaram a formação de novas ideias por Cardoso.

A CEPAL surgiu no pós segunda guerra a partir do Conselho Econômico e Social da ONU que se voltava para o mapeamento do desenvolvimento latino-americano.

Essa instituição, de acordo com Renato Colisete (2001), serviu como uma espécie de “sistema nervoso” da propagação dos estudos sobre desenvolvimento na América Latina e influenciou Cardoso tanto na obra do “Empresário”, desenvolvida no período uspiano, quanto no pós 1964, na obra “*Dependência e Desenvolvimento na America Latina*” fazem interlocução intelectual com os autores citados a seguir, principalmente quando Cardoso já era diretor de planejamento dentro ILPES que funcionava dentro da *Instituição* supracitada.

De forma latente, usamos a obra de Prébisch “*El desarrollo económico de la America Latina y algunos de SUS principales problemas*” e a sua tese, *Deterioro de los términos de intercambio* como ponto de partida para os outros estudos desenvolvidos na instituição, bem como em outras. Desenvolveu-se então o conceito da *deterioração dos termos de intercâmbio* e a necessidade propagada pelo autor de planejamento econômico da industrialização através da intervenção ação política e econômica estatal. Wagner (2003) nos colocou que esse contexto marca o início do debate teórico radical para as ciências sociais latino-americana que respondia a aceleração do desenvolvimento em curso no continente, bem como as desigualdades presentes. Formou-se o dualismo entre desenvolvidos e subdesenvolvidos, centro e periferia, no qual Cardoso tenta responder nas duas obras aqui estudadas, principalmente na “*Dependência*” .

Descrevemos aqui também a profundidade teórica e a constelação de autores que estão envolvidos na formação desta teoria que tem um campo teórico clássico que é comum aos autores.

Neste mesmo tópico, a influencia das teses “dogmáticas” do Partido Comunista Brasileiro também é destacada. Principalmente no que se refere as teses sobre o problema do “Imperialismo” . Vimos que Brandão (1997) afirma que a evolução

intelectual do Partido Comunista, bem como da esquerda se destaca entre a desproporção entre forte presença política (ativismo) e a limitada produção intelectual, ainda que aos poucos buscasse desenvolver as teses de seus quadros, adotando também a “via eleitoral” como forma de acesso ao poder, através da democracia, principalmente após o revisionismo propagado pelo XX Congresso do PCUS e o IV Congresso do PCB. Fato este que também causou uma série de cisões internas dentro do Partido no Brasil, o que formaria, de um lado, a proposta de *união nacional* entre empresários nacionalistas (burguesia), campesinato e operariado, fazendo frente a oligarquia, ao capital financeiro e ao imperialismo multinacional, e de outro, as estratégias revolucionárias que se constituíram sob o impacto da revolução cubana. Contexto este que foi pensado, de acordo com Mantega (1997) no auge do período chamado de *Nacional-Desenvolvimentismo*.

Sobre a problemática da dependência, Mantega (1997), Goldenstein (1994), Sorj (2001), Lahuerta (1999), Baptista (2004) e Wagner (2003) colocam a influência do revisionismo de Caio Prado Jr. E as ideias de André Gunder Frank, Theotonio dos Santos e Rui Mauro Marini, dialogadas por Cardoso. A crítica deste autor se concentra também em analisar os “equivocos” teóricos constituídos sob o dogmatismo, o pessimismo estagnacionista decorrente do contexto histórico de 1960 e ausência de análise de “situações concretas” de dependência.

No capítulo II descrevemos em seu primeiro tópico as principais ideias do livro “*Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*”. Autor estratégico do processo de industrialização, Cardoso busca detectar no empresariado as principais suas características e particularidades que serviriam enquanto elemento explicativo da dinâmica de mudança e transformação social no cenário de modernização social.

Para Cardoso, o empresariado no Brasil foi incapaz de se impor politicamente frente aos outros grupos sociais como a oligarquia agrária, bem como era incapaz de gerar capacidade autônoma de investimento em larga escala, ou seja, a base de acumulação primitiva para dar início ao processo de industrialização, tal como o desenvolvimento clássico. Estes fatores demonstravam o descompasso e o caráter singular do fragmentado da constituição do capitalismo no Brasil, visto o processo de modernização econômica e social do contexto histórico da obra.

Assim Cardoso, criticando os autores clássicos, apresenta que estes não colocaram a disposição instrumentos teóricos e metodológicos capazes de analisar diretamente a realidade brasileira. Estas obras estariam se focando no desenvolvimento clássico, fato que não aconteceu no Brasil, pois esse processo seria encabeçado por um outro ator político importante, o Estado nacional.

Ainda sobre a idéia de “empresário” no mundo contemporâneo, observamos que Cardoso atribui a este ator social não só a idéia deste ser parte das “Elites dirigentes tanto nas “questões econômicas” como nas “questões políticas”. Portanto, para garantir seu espaço hegemônico na garantia do processo de acumulação, o empresariado precisa influir no sistema de poder e nas ações coordenadas de imposição das estratégias políticas.

Então, os processos de desenvolvimento refletem um conjunto de mediações políticas que representam uma luta de classes sociais que está em constante curso, revelando tensões, objetivos, interesses e estratégias de atuação política das classes sociais que são diversas. Isso, pensado sob a ótica da questão nacional, revela a posição da sociedade brasileira dentro de uma nova etapa de acumulação do capital e participação na divisão internacional do trabalho, bem como o surgimento, o grau de consciência e a hegemonia política das classes sociais dentro do Estado e os limites estruturais que às condicionam a nação enquanto “sócia menor” do processo de desenvolvimento. O que gera então um tipo particular de sociedade industrial.

Cardoso buscou inserir dentro do pensamento social a necessidade de se olhar a “variável política” das classes sociais enquanto central para o entendimento dos processos de desenvolvimento. Assim, como a influência política gerada pela hegemonia das classes sociais determinará o curso a ser seguido pela sociedade industrial brasileira.

Observamos, através da obra de Cardoso que a classe empresarial brasileira era pouco desenvolvida até a marcante década de 1950. O empresário brasileiro se concentrava em nichos de mercado (bens de consumo têxteis e alimentícios) restritos que requeriam pouco desenvolvimento tecnológico. A imensa maioria dos industriais não buscavam até então se organizar politicamente de forma sistemática através de partidos políticos, sendo poucas também as associações empresariais de ramo industrial, como a CNI e a FIESP, que até então exerciam pouca influência nas políticas nacionais.

O autor afirma ainda que neste período o empresariado não se constituiu enquanto agente principal do desenvolvimento econômico, cabendo esse papel a iniciativa do Estado (que atuou de forma central, como planejador e financiador, tendo em vista a política de incentivo a substituição de importações através da administração do câmbio pela SUMOC e do financiamento setorial) e posteriormente a associação e promoção dos investimentos estrangeiros (Instrução 113 da SUMOC), característico do nacional-desenvolvimentismo da segunda metade da década de 1950.

O autor também conclui através dos depoimentos colhidos que a *burguesia nacional* era receosa em formalizar uma atuação política sistemática. Não procurava atuar politicamente na condução econômica, não possuía uma consciência política nacionalista, pois não fazia frente ao controle produtivo de empresas estrangeiras em território nacional, mas sim se associava as mesmas.

Diferente das pressões e mobilizações políticas oriundas das classes médias e as massas populares, ainda que marginalmente tuteladas pelas lideranças populistas, o Empresariado industrial *não* via o ativismo econômico e o planejamento estatal enquanto ferramentas úteis para engendrar benefícios econômicos auxiliares ou essenciais para a expansão de seus negócios frente aos investimentos estrangeiros. Assim, Cardoso desmistifica, através da exposição das ações políticas e econômicas do empresariado, o caráter essencialmente nacionalista e progressista do empresariado brasileiro, como apresentado na sociedade inglesa dentro do padrão de desenvolvimento clássico.

No segundo tópico do capítulo procuramos apresentar as formas de gestão das empresas brasileiras encontradas por Cardoso em sua pesquisa.

O autor divide as empresas em dois quadros gerais, “familiares” e “sociedades anônimas”. As empresas são em grande parte controladas diretamente pelos empresários ou por pessoas de “confiança” sendo permeadas pela “cultura patrimonialista” do apego a propriedade. Assim, o grau de profissionalização da gestão das empresas no período é muito baixo, sendo também quase que escassas a inovação tecnológica e produtiva e a expansão das empresas. O autor conclui também que práticas como *especulação produtiva e cambial, favorecimento governamental, ineficiência comercial* são regras e não exceções dentro da atuação de mercado dos empresários. Fatos estes que incentivavam, na etapa final do processo de fabricação o produto industrial sair com

relativa escassez, alto custo e com isso alto lucro, tornando cada vez mais tortuoso e demorado o caminho para o desenvolvimento. Para Cardoso, ainda que não de forma geral mas preponderante, o empreendedor brasileiro se favorece da concorrência imperfeita, da especulação, das brechas nas leis tributárias - de todo um sistema que o acomoda socialmente e facilita seus lucros.

Relatamos também que o autor divide os empreendedores em duas tipologias, *Capitães de Indústria e Homens de Empresa* que nos revelam formas bastante detalhadas e distintas de comportamento. Os *Capitães de Indústria* seriam a camada empresarial preponderante, de mentalidade tradicional, carregando consigo todos os problemas discutidos durante toda a obra, principalmente a forma conservadora com que lidam com os negócios e acomodação política e econômica que se traduzem na idéia de sócia-menor do sistema. Enquanto que os *Homens de Empresa*, constituídos em um numero reduzido de pessoas, carregariam consigo a mentalidade moderna, pela “ideologia capitalista”, a favor da luta concorrencial, do treinamento, da inovação técnica e a organização racional do trabalho tendo em vista o aumento produtivo. Assim, é o setor que mais se assemelha ao “capitalista clássico” , “competitivo”, “racional”, na busca pelo lucro.

Vai se percebendo que o problema tem como plano de fundo a heterogeneidade e contradição da consciência de classe por parte da burguesia industrial brasileira, que não partilha dos mesmos interesses, da mesma mentalidade “moderna”, que se volta sempre aos interesses individuais, que depende e se associa ao dinamismo de outras classes e setores da econômica (como o setor agrícola, estatal e estrangeiro), se acomodando a esta situação, se arraigando sempre no tradicionalismo e no paternalismo, as “vantagens” e “oportunidades” conjunturais, que é acanhada frente aos seus objetivos econômicos e finalmente, acaba nunca buscando a hegemonia dentro da arena política. Entretanto, Cardoso quer destacar também que essas condutas ou mentalidades não são socialmente estáticas. Com o devir histórico, as mentalidades dos dois “tipos” de burguesia podem se modificar, podem adotar novas condutas e dinamizar a própria consciência, “modernizando”e “racionalizando” as próprias atividades tanto na economia quanto na política, mesmo que de forma restrita. Ainda que indiretamente, o autor coloca que seria importante, entretanto, observar a dinâmica da “luta de classes” dessa transformação sempre examinando as ações de outras classes e grupos sociais, especialmente a classe trabalhadoras.

Em um momento contemporâneo ao processo das Reformas de base, Cardoso por pouco não prevê o advento do golpe militar de 1964 e o apoio político que as poucas associações industriais e empresários politizados dão a este.

Na terceira seção do capítulo dois descrevemos o processo de exílio de Cardoso, primeiro, o autor brevemente passa por Buenos Aires onde foi acolhido por importantes intelectuais argentinos, como Gino Germani, mas logo posteriormente é recrutado por José Medina Echevarría para participar dos quadros da CEPAL e trabalhar dentro do ILPES, “braço sociológico” da instituição.

Observamos, ainda que superficialmente a formação do contexto da sociologia no caso chileno, onde se forma o co-autor de *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*”, Enzo Domenico Faletto Verné, mais conhecido como Enzo Faletto, assistente de pesquisa de Medina Echevarría.

Percebemos pelo depoimento deste último autor não só no contexto brasileiro, mas latino-americano.

A questão central trabalhada no ILPES era saber identificar e analisar que rumos tomariam o processo de desenvolvimento (traduzindo basicamente o crescimento acelerado da industrialização e da urbanização) nesses países permeados por uma população concentrada no campo rural, onde a economia agrícola, se comparada a industrial, não fazia inversões dinâmicas o suficiente para causar alterações positivas na estrutura econômica e social.

Medina Echevarría, através laços intelectuais e conexões desenvolvidos desde a fundação da FLACSO 1957 seus sucessivos congressos regionais, dentre outros, com o próprio autor, com Florestan Fernandes, Francisco Weffort (assistente de Cardoso e tinha sido mandado para o Chile em 1963), chama Cardoso para trabalhar no ILPES após o golpe de 1964 .

O início da década de 1960 foi demarcado pela tendência constante de diminuição da taxa de crescimento dos países latino-americanos. Esse fato demarcou a produção intelectual do processo de desenvolvimento, umas procuraram radicalizar o discurso políticos das obras e pesar sobre as causas econômicas do subdesenvolvimento

(estagnacionistas cepalinos e a ortodoxia e o dogmatismo marxista, como Frank, Santos, Marini) , outras, como a do ILPES-CEPAL, buscam agregar a perspectiva sociológica dentro do debate econômico. É nesta última que Cardoso buscou se inserir e inovar na questão das idéias.

Para tal embate, vimos que os autores esboçavam que o *Desenvolvimento* se articulava de forma dialética entre as classes sociais dentro e fora da nação de acordo com *conflito e a luta política*. Buscando um *aproach* descritivo e não normativo de como se constituía esse *Desenvolvimento*. Analisar a América Latina como um todo, sem descrever as especificidades de cada nação poderia trazer equívocos práticos que deveriam ser evitados. O limite da crítica se focava em cima da prescrição da política de *substituição de importações* e da ação do Estado enquanto demiurgos do processo de construção da modernidade econômica e social. O problema do *Desenvolvimento* seria algo muito mais sensível do que parecia ser colocado pelos intelectuais até então. Se reorganizavam as econômicas, multiplicava-se em parte sua produção, mas não se reorganizava os sistemas sociais internos a nação. Assim, se aprofundava a crítica ao dualismo normativo entre “tradicional” e “moderno”, procurando demonstrar o quão dialético era o processo “concreto” de desenvolvimento.

Usando a mesmo jogo dual de conceitos, *Desenvolvimento e Dependência* se articulavam lado a lado. Por um lado, o primeiro era resultado da ação de grupos e classe sociais, que, politicamente e economicamente, lutavam internamente nas sociedades podendo imprimir ou não uma diferenciação a suas estruturas socioeconômicas. Vimos posteriormente que é a idéia de *Dependência* que tonifica esse processo, pois se traduz enquanto “o particular” tipo de vinculação política e econômica, entre as classes e o Estado nações periféricas e suas contrapartes dos países centrais - que dá os limites estruturais de crescimento e modernização em cada país. Assim, poderia evitar-se o determinismo de que necessariamente o desenvolvimento econômico que geraria autonomia, seria executado sob o efeito de uma mão única, tanto do suposto “virtuosismo” de uma classe burguesa, quanto constituído sob a ação política e econômica de um “Estado” demiurgo.

Observamos que a investigação se dará por outra via, verificar as tensões das classes sociais frente a “política” e a “economia”, condicionando permanências ou mudanças no sistema econômico e social. Assim, os autores percorrem os diferentes

países latino-americanos estudados em quatro períodos históricos, que vão do final do século XIX até o início da década de 60, enquadrando-os em dois diferentes modos de controle estrutural da economia, nacional e internacional.

Não cabe aqui enumerar e descrever novamente cada caso, cabe salientar que os autores chegam sim a multivariadas formas de constituição e organização do *desenvolvimento* sempre olhando para as aberturas, acomodações, parcerias políticas, bem como os “limites” das relações de mercado contidas nas implicações de *dependência* entre as classes e grupos políticos nacionais com a atuação dos mesmos dos países estrangeiros. A importância das *classes sociais* é colocada novamente a prova, mesclando agora no aspecto da obra a presença das idéias de *dominação* e *ideologia*.

Assim, essa última obra analisada buscou contemplar é que, apesar dos saltos de autonomia política que algumas nações latino-americanas conseguiram atingir, o baixo grau de desenvolvimento econômico categorizava as limitações estruturais das economias nacionais periféricas, fato este que fazia com que o grau de dependência econômica subordinasse as economias latino-americanas as atividades de crescimento econômico dos países centrais. Entretanto, algumas das nações periféricas, suas classes e seus Estados, diferenciavam-se das condições de *atraso* colonial do final do século XIX, desempenhando, quando possível, certo papel reativo e buscando constituir relativa autonomia - o que acabava colocando-se, na ordem histórica, em uma nova etapa frente a ordem capitalista global. Jogava-se para a variável do pensamento sobre o *Desenvolvimento* o lugar da “Política”, enquanto variável fundamental constituinte.

Bibliografia:

ABREU, Marcelo de Paiva (Org.) *A Ordem do Progresso: Cem anos de política econômica republicana: 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campos, 1990.

ARRUDA, M.A. do N. *Metrópole e Cultura: São Paulo no meio do século XX*. Bauru, Edusc, 2001

BAPTISTA, Kátia A. *Debate sobre a questão da dependência – um capítulo do pensamento social no Brasil*, (mimeo) FCL, Araraquara, 2004

BENDIX, Reinhard. *Construção Nacional e Cidadania*. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1988.

BLANCO, Alejandro, *La Asociación Latinoamericana de Sociología: una historia de sus primeros congresos*, Sociologias, no.14 Porto Alegre, 2005

BOSCHI, Renato; DINIZ, Eli. *O Corporativismo na construção do espaço público*. In: _____ . *Corporativismo e Desigualdade*. IUPERJ; Rio de Janeiro, 1991

_____ ; SOARES DE LIMA, Maria Regina. *O Executivo e a construção do Estado no Brasil : do desmonte da Era Vargas ao novo intervencionismo regulatório* IN: VIANNA, Luiz Werneck. *A democracia e os três poderes no Brasil*, UFMG, 2003.

BASTOS, E. R.. *Ciências Sociais e trabalho intelectual*. Tempo Social, Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 14(2): 209-212, Outubro de 2002.

BRANDÃO, G. M., *Linhagens do pensamento político brasileiro*, São Paulo, Hucitec, 2007

CANDIDO, A. *Florestan Fernandes*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001

CANDIDO, A. *O jovem Florestan*. Estudos Avançados. USP, vol.10, n.26, 1996

CARDOSO, F. H ; IANNI, O. *Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional*. Prefácio de Florestan Fernandes. São Paulo: Nacional, 1960.

CARDOSO, F. H. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964

_____ & FALETTO E. “*Dependência e desenvolvimento na América Latina*” Rio de Janeiro, Ed.Civilização brasileira, 2001

CEPÊDA, V. A. *Roberto Simonsen e a formação da ideologia industrialista no Brasil*. Tese de Doutorado, FFLCH\USP, 2004. (mimeo)

CEPÊDA, V. A. *“Raízes do pensamento político de Celso Furtado – desenvolvimento, nacionalidade e Estado democrático.* (Dissertação de Mestrado em Ciência Política). FFLCH/USP. 1998. (mimeo)

_____. *“Roberto Simonsen e a formação da ideologia industrialista no Brasil.* (Tese de Doutorado), FFLCH/USP, 2004. (mimeo)

_____. *“Estado, democracia e nação na teoria da dependência.* In: V Encontro da ABCP, 2006, Belo Horizonte. Anais do V Encontro da ABCP, 2006. (mimeo)

DRAIBE, Sônia. *Rumos e Metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil.* São Paulo: Edusp/FDE, 1995

FERREIRA, Márcia. O CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS DE SÃO PAULO (1956-1961). FEUSP, Mimeo, 2001

FERNANDES, F. *A Sociologia no Brasil. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1980.*

_____. *A integração do negro na sociedade de classes,* São Paulo, Cia Editora Nacional, 1965.

_____. *Educação e Sociedade no Brasil.* São Paulo: Dominus/Edusp, 1966.

_____. *A ciência aplicada e a educação como fatores de mudança cultural provocada. Estudos e Documentos,* São Paulo, n. 05, p. 09-74, 1967.

FRANCO, R. *La FLACSO Clásica (1957-1973): Vicisitudes de las Ciencias Sociales en America Latina,* Calalonia, Flacso Chile, 2007

GIANNOTTI, J. A. *Recepções de Marx,* São Paulo, Novos Estudos CEBRAP, N.º 50, março, 1998

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo, *Preconceito de cor e racismo no Brasil.* REVISTA DE ANTROPOLOGIA, SÃO PAULO, , v. 47 nº 1, USP, 2004

GOLDENSTEIN, L. *Repensando a dependência.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994

GOUVÊA, G.F.P. *Burocracia e elites burocráticas no Brasil,* São Paulo, Paulicéia, 1994

IANNI, O. *Estado e planejamento econômico no Brasil: 1930-1970.* 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1986

LAHUERTA, M. *“Intelectuais e transição: entre a política e a profissão”.* Tese de doutorado, São Paulo, Departamento de Ciência Política da USP, 1999, (mimeo)

_____. *“Intelectuais, vida pública e ditadura,* Cadernos AEL, n. 14-15. IFCH, Unicamp, 2001.

LAMOUNIER, Bolivar. *Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação.* In: BORIS, Fausto (org.). *O Brasil Republicano. VII.* Rio de Janeiro: Difel, 1985.

- MARX, K e ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*, Editora Escriba, São Paulo, 1968
- MARX, K. *O dezoito de Brumário de Louis Bonaparte*, Editora Avante, Lisboa, 2009
- MANTEGA, G. *Economia política brasileira*. São Paulo: Editora Poli, Petrópolis: Editora Vozes, 1984
- _____. *Teoria da dependência revisitada* Relatório de pesquisa N° 27/São Paulo EAESP/FGV/NPP – Núcleo de pesquisas e publicações 1997 (mimeo)
- MANTEGA, G e REGO, J.M, *Conversas com Economistas Brasileiros II*, São Paulo Editora 34, 1999
- MATTOS, P. T. L. *A formação do Estado regulador*, São Paulo, Novos Estudos 76 CEBRAP, Novembro de 2006
- MICELI, S. (Org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. Vol. 2 São Paulo: Editora Sumaré/FAPESP, 1995.
- MICELI, S. *Intelectuais e classe dirigente no país (1920-1945)*. São Paulo/Rio de Janeiro : Difel, 1979.
- MOORE Jr., B. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MOURÃO FILHO, O. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. Porto Alegre, L&PM, 1978
- NUNES, E. O, *Gramática Política do Brasil: Clientelismo e Insulamento*. Rio de Janeiro Zahar Editores, 1997.
- ORTIZ, R. *Ciências sociais e trabalho intelectual*, São Paulo, Olho d'água, 2002.
- PÉCAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo, Ática, 1990
- PIRANDELLI, Claudinei. *Trajetórias intelectuais: professoras do Curso de Ciências sociais da FFCL-USP (1934-1969)*. Tese de doutorado, FFLCH, USP (Mimeo), 2008.
- PRADO JR. Caio. *História Econômica do Brasil*. 16ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- PRANDO, R. *Fundamentos e Circunstâncias: as palavras do Presidente Fernando Henrique Cardoso*, Tese de doutorado, FFCL, Araraquara, 2009
- SALLUM Jr. B. *Metamorfoses do Estado Brasileiro no final do Século XX*, Revista Brasileira de Ciências Sociais, Jun 2003, vol.18 (mimeo)
- SANTOS, W. G. “*Cidadania e Justiça*”, Campus, Rio de Janeiro, 1977

- SCHWARTZ, R. *Um seminário de Marx*, Novos Estudos CEBRAP, N.º 50, março, 1998
- SCHWARTZMAN, S., “*Bases do Autoritarismo Brasileiro*”, Editora Campus, 1988
- SOLA, Louders. “*Idéias econômicas, decisões políticas*” Edusp, 1997
- SORJ, B. *A Construção Intelectual do Brasil contemporâneo. Da resistência a ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.
- TILLY, C. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: Ed. USP, 1996
- VILLA, M, “*Jango: um perfil, 1945-1964*”. Editora Globo, 2004
- VITAGLIANO Luís, A CEPAL no fim do milênio: a resposta aos programas de ajustes neoliberais, Tese de doutorado, Unicamp, (Mimeo) 2004
- WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, 3ª edição. Coleção Estudos Brasileiros, vol. 25.
- WAHRLICH, B. *Reforma Administrativa na Era de Vargas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.
- WEBER, M. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*; Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: UNB, 1991.
- _____. *Ciência e Política: duas vocações*, Trad. Leonidas Hegenber e Octany Silveira da Mota, São Paulo, Editora Cultrix, 1968.